

REVISTA
N.º 32 **NOVOS RUMOS**



ANTONIO ROBERTO BERTELLI
EDUARD BERNSTEIN
MARCOS DEL ROIO

BERNSTEIN-DEBATTE

1899-1999

INSTITUTO ASTROJILDO PEREIRA
INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIAIS
E TECNOLÓGICAS

O PANO DE FUNDO HISTÓRICO- TEÓRICO DO *BERNSTEIN-DEBATTE**

Antonio Roberto Bertelli**

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do século passado o pensamento marxista defrontou-se, entre tantas outras, com uma complexa e contraditória questão. Diferentemente do que sugeriam algumas leituras equivocadas da teoria do colapso (*Zusammenbruchstheorie*)¹ e da teoria das crises colocadas na obra de Marx, não se estaria diante de uma crise estrutural deterministicamente provocada pelos mecanismos internos, intrínsecos à dinâmica de seu desenvolvimento histórico, mas de uma realidade extremamente distinta que apontava no sentido de uma nova etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista, na qual se davam profundas mudanças e transformações que desmentiam as previsões do colapso feitas por certas leituras apressadas das teorias marxianas.

Em conseqüência, apesar dos grandes avanços experimentados pelo movimento operário organizado – a social-democracia –, não se configuravam possibilidades de que se estivesse às portas de uma batalha final para derrubar o capitalismo e instaurar o socialismo. Daí, se poderia deduzir que o pensamento marxista não fora capaz de prever e muito menos de analisar essa situação tão diferente daquela que as grandes elaborações de seus teóricos haviam mostrado até então. Era preciso, pois, raciocinar e refletir em torno de toda essa problemática.

Foi exatamente visando detectar que tipos de transformações eram experimentadas pelo sistema capitalista que o questionamento das análises marxianas e marxistas até então existentes foi desencadeado por Bernstein. Suas indagações foram iniciadas com as elaborações esboçadas na série de artigos sobre os “Probleme des Sozialismus” (Problemas do socialismo) e, mais tarde, consolidadas em sua obra maior, *Die Voraussetzungen des Sozialismus die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia).² Foram essas colocações que provocaram um dos momentos mais ricos de discussões teóricas do pensamento marxista, o *Bernstein-Debatte*, que teria desenvolvimento nos anos iniciais do século XX, até a eclosão da guerra, em 1914.³ O que se questionava basicamente era que a tendência do desenvolvimento capitalista estava se dando de modo diverso daquele previsto nas análises de Marx:

- a) não havia uma concentração da propriedade, como tal, do capital;
- b) percebia-se, pois, uma pulverização de empresas, sobretudo com o surgimento das sociedades anônimas;
- c) não se dava uma queda tendencial da taxa de lucro;

* Versão condensada de um estudo mais amplo sobre a social-democracia alemã especialmente para publicação neste número de *Novos Rumos*.

** Sociólogo e editor.

- d) não havia o empobrecimento nem relativo nem absoluto da classe operária;
- e) não se percebia a concentração da estratificação social, com poucos burgueses de um lado e muitos proletários de outro: ao contrário, surgiam novos estratos médios, a burguesia diversificava-se em várias camadas e o mesmo acontecia com o proletariado;
- f) a anarquia da produção, desperdício, superprodução, subconsumo, etc., próprios do capitalismo concorrencial, estavam sendo absorvidos e reestruturados por uma nova forma de capitalismo organizada e regulamentada.

Se Bernstein foi o expoente da social-democracia alemã a perceber e apontar essas questões – mas não só ele, diga-se –, o “pensamento burguês” alemão já se dera conta das transformações capitalistas e dos problemas levantados por Bernstein da parte social-democrata e procurava analisá-los e interpretá-los. Assim, nos

diferentes campos do pensamento científico, homens como Schmoller, Sombart, Weber, Tönnies, Simmel, Wundt, Windelband, Rickert e tantos outros buscavam elaborar e formalizar teorias capazes de servir não somente de explicação, mas de suporte teórico para embasar o desenvolvimento da nova sociedade capitalista que se configurava.⁴



Kaiser Wilhelm II

Assim, no momento em que explode o *Bernstein-Debatte*, muitos pensadores burgueses acompanhavam a edição dos livros de *O capital*, feita sob a responsabilidade de Engels. Se no “Prefácio” ao Livro II, de 1885, ele já se referia a essas críticas e tentava refutá-las, seria com a publicação do Livro III, em 1894, que Engels, também no “Prefácio”, enfrentaria as mais contundentes.⁵ Aí podemos ver que entre os críticos de Marx que merecem resposta de Engels encontra-se, além de um social-democrata, Conrad Schmidt – que, não estando entre os hoje considerados expoentes do pensamento marxista da social-democracia alemã, foi, contudo, um pensador extremamente arguto e

original e um dos mais qualificados teóricos da posição revisionista ao longo do *Bernstein-Debatte*, cujas análises a respeito da obra de Marx mereceram o elogio do velho Engels –, estão vários desses estudiosos burgueses. Entretanto, se tomamos um outro texto de Engels, exatamente o último que escreveu, um pouco antes de sua morte, podemos perceber que voltava a refutar as críticas feitas a *O capital*, e aparecia novamente a figura de Schmidt como crítico da teoria de Marx, mas sobretudo surgia um outro crítico que teria importante papel no debate com o marxismo: Werner Sombart.⁶

Esse trabalho de Engels, deixado incompleto, sem título, foi denominado, depois, “Complemento e adição ao tomo III de *O capital*”,⁷ e, naturalmente, nas muitas edições posteriores da obra foi agregado a ela.⁸ Na verdade, são dois curtos fragmentos de anotações, sendo que o primeiro, dedicado à “lei do valor e da taxa de lucro”, está destinado exatamente a comentar e a refutar as críticas de Schmidt e Sombart, como afirmava Engels numa carta a Kautsky. O segundo fragmento, ainda menor, apresentava a curiosidade de ser destinado à análise de “A bolsa” (de valores), coincidentemente matéria em que Schmidt era o especialista do SPD que

se incumbia de comentar nos órgãos do partido trabalhos sobre essa nova forma de configuração do capital.

A guerra de 1914-1918 serviu de instrumento para permitir a reorganização do sistema capitalista, pelo fato de que a sua expansão imperialista entrou em choque com a organização nacional de cada país, ou seja, as condições objetivas da necessidade de seu desenvolvimento eram tolhidas pelas organizações nacionais dos países capitalistas mais avançados, e tal contradição só podia ser resolvida pela guerra. Com ela, diante de seus horrores e destruições, surgia a oportunidade histórica de uma nova configuração, uma nova ordem econômica e social. A mudança lançou na arena política não somente camadas burguesas urbanas e industriais, mas, da mesma forma, projetou o seu antípoda, o proletariado urbano-industrial, como sujeito político, pronto a disputar a hegemonia do sistema.

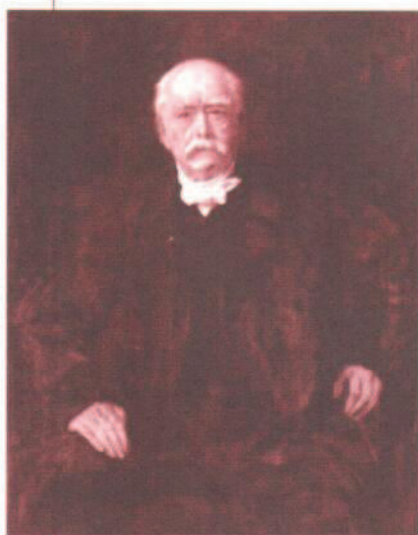
Foi em países mais atrasados da Europa central e oriental que a realidade capitalista sofreu as mais radicais transformações. Os dois grandes impérios centrais, o alemão dos Hohenzollern e o austro-húngaro dos Habsburg, que haviam feito a guerra para tentar uma expansão imperialista e deslocar de seus domínios os países imperialistas mais avançados, foram derrotados não só no campo militar: acabaram destruídos politicamente. Assim, o proletariado, ao lado de setores mais progressistas das burguesias locais, tomou parte ativa na proclamação da república e na instauração da democracia parlamentar como forma de governo. É verdade que houve tentativas como as da Baviera e da Hungria para tentar criar repúblicas operárias conselhistas ou soviéticas, mas foram derrotadas, e somente a república capitalista pôde ser implantada. Na Europa oriental, ao contrário, a Revolução de 1917 destruiu o império czarista, talvez o mais cruel e atrasado de todos os impérios capitalistas e semifeudais, e depois de uma curta experiência democrático-burguesa instaurou-se a república soviética dos bolcheviques.

Diante dessa situação, o que podemos inferir, em resumo, é que a crise do sistema capitalista, depois do término da guerra de 1914-1918, apontava para a seguinte realidade: de uma parte, permanecia desafiadoramente clara a situação que já nos derradeiros anos do século XIX fora percebida pelos teóricos da social-democracia, particularmente por Bernstein, ou seja, que o desenvolvimento do capitalismo e o conseqüente não-desenvolvimento do socialismo ou do movimento socialista nos países de capitalismo avançado, especialmente na Inglaterra, mostravam a provável ineficácia das análises de Marx e Engels que haviam previsto que seria exatamente nessas sociedades que se dariam as crises mais profundas do capitalismo e os avanços mais conseqüentes do movimento socialista. De outra parte, via-se que precisamente em países capitalistas de desenvolvimento tardio, como a Alemanha, a Áustria e a Rússia, a crise se manifestava com mais profundidade e gravidade e o movimento socialista da classe operária, mais forte e organizacionalmente mais bem estruturado, podia almejar a disputa do poder com a burguesia recém-convertida em classe dominante, tentando mesmo substituir a possibilidade histórica da instauração de uma república democrático-burguesa por uma república popular socialista calcada na dominação e na hegemonia da classe proletária.

Frente a esse quadro, colocava-se uma exigência ainda mais séria e grave: de que modo o marxismo, como forma de pensamento e de ciência da sociedade, encarava tais questões e como se deveria agir para criar e formalizar as bases de uma teoria científica capaz de embasar a ação do movimento organizado da classe

operária para inserir-se nessa nova configuração que se abria. Se essas eram as preocupações básicas colocadas nos trabalhos teóricos dos diferentes pensadores marxistas dessas três sociedades no imediato pós-guerra, deve-se salientar que estavam calcadas em fundamentos teóricos do marxismo que eram profundamente controversos e passíveis de distintas leituras, já que as grandes polêmicas do debate do final do século XIX e dos primeiros dez anos do século XX, sobre a “crise do marxismo”, haviam permanecido em suspenso devido à eclosão da guerra, e, agora, superadas as condições impostas pelo conflito, reapareciam ainda mais complexas e agudizadas, numa prova evidente de que as colocações de Bernstein atingiram a fundo não só o movimento intelectual, mas também o político, envolvidos na luta pelo socialismo.

A percepção original e pioneira de Bernstein a respeito das transformações capitalistas e da necessidade de uma “revisão do marxismo” para que pudesse, enquanto metodologia e epistemologia, avançar no sentido de apreender e analisar as transformações e permitir assim a marcha do movimento do proletariado no sentido de realizar a transição do capitalismo ao socialismo, não deixou de ter contrapartidas no interior do pensamento burguês, como logo se verá.



Otto von Bismarck

MARXISMO, SOCIALISMO E INTELLECTUAIS

Na Alemanha, a *Intelligentsia* mais conseqüente percebera que uma das condições essenciais para que o país se colocasse à altura de disputar um lugar de honra no contexto internacional das nações seria o rompimento das amarras feudais ou semifeudais que impediam a livre consecução de um desenvolvimento baseado nas relações de produção capitalistas. Evidentemente que as saídas e soluções propostas eram contraditórias e guardavam especificidades nacionais.⁹ Mesmo antes, a camada mais avançada da nobreza, embora ligada à visão *Junker*, predominantemente agrária e feudal, sentira que somente estabelecendo uma frente política com a emergente burguesia industrial e comercial, que dominava

as atividades próprias de uma sociedade capitalista, poderia levar a Alemanha a uma situação capaz de permitir que se tornasse uma grande potência a nível mundial. A tarefa realizada com total êxito por Bismarck foi de unificar toda a nação alemã em torno dessa frente política, possibilitando que houvesse um equilíbrio entre as aspirações da nova classe em ascensão e as tradições e o conservadorismo dos nobres latifundiários *Junker*-prussianos.

Entretanto, Bismarck também percebera claramente que, ao se aliar à burguesia industrial e comercial, estava trazendo, juntamente com o novo bloco histórico no poder, para o cenário do desenvolvimento da sociedade, a própria classe operária nascente, isto é, o proletariado urbano-industrial. Desse modo, se por uma parte lutou ferozmente contra a social-democracia, fazendo aprovar as ditatoriais leis anti-socialistas, colocando o partido operário na ilegalidade,

prendendo seus líderes, fechando seus jornais e revistas, proibindo qualquer propaganda social-democrata, por outra, fez aprovar uma legislação social bastante avançada para a época, reconheceu direitos sociais e corporativos da classe operária e, de certa forma, promoveu a primeira integração da classe operária na sociedade alemã.

Foi de tal ordem o sentido dessas medidas, que marcou profundamente a visão e a ação de grande parte do movimento operário alemão, repercutindo mesmo no interior de suas principais formas de organização, a partidária e a sindical. Assim, amplos setores operários sentiram-se parte da nação e do Estado alemães, e não foi gratuitamente que a influência dessas medidas apareceu em homens como Lassalle e em diferentes tendências do movimento operário alemão e tiveram que ser levadas em conta pela social-democracia ao se dar a unificação para a sua organização em partido político, em 1875, no Congresso de Gotha, a ponto mesmo de provocar fortes reações de Marx (*Crítica ao Programa de Gotha*) e, posteriormente, a grande luta travada por Engels, como consciência da social-democracia, para enfrentar no seio do próprio partido alemão as fortes correntes remanescentes de tipo lassallistas que, a seu ver, desvirtuavam a atuação do partido (*Anti-Dühring*, por exemplo). Porém, apesar das ressalvas dos dois fundadores, houve a permanência de tais influências até os tempos das crises e das disputas na época da guerra de 1914. E não seria exagero afirmar que a decisão de aprovar os créditos de guerra, em 4 de agosto de 1914, tomada por grande maioria da fração parlamentar do SPD e acatada por sua direção nacional (com a reação da minoria liderada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht), muito deve a essa integração que parte da classe operária sentia em relação ao Estado alemão.

Mas a obra de engenharia política de Bismarck estava condenada a ser superada, já que a realidade objetiva do desenvolvimento de uma sociedade calcada nas relações de produção capitalistas colocava contradições profundas que de certa forma eram insuperáveis sem o rompimento entre algumas tendências conservadoras de tipo *Junker*-latifundiárias e as aspirações progressistas e liberais mantidas pela burguesia urbano-industrial. Evidentemente que tais contradições se davam não somente a nível da crua e concreta atividade econômica, mas se refletiam fortemente em nível da consciência e do pensamento das diferentes correntes da *Intelligentsia* alemã. E a crescente forma crítica de ver a realidade da sociedade alemã por parte de sua elite pensante nada mais fazia que manifestar em nível mais abstrato as contradições que concretamente eram sentidas em nível da produção.

E saliente-se que essa crítica já vinha mesmo de antes da unificação imperial promovida por Bismarck. De Fichte, Kant e Hegel, passando por Feuerbach e pelos “hegelianos de esquerda”, até chegarmos aos próprios Marx e Engels, a crítica foi se aprofundando e terminou por tornar impossível a aceitação de que a aliança burguesa-*Junker*-prussiana de Bismarck pudesse ser considerada como definitiva para configurar a idéia da nação alemã.

Da mesma forma, na medida em que a sociedade alemã se industrializava e se tornava mais complexa, deixando para trás a visão romântica e bucólica de uma sociedade agrário-camponesa, a crítica da *Intelligentsia* deixava o campo meramente especulativo da filosofia para entrar no campo mais concreto da ciência. E ao mesmo tempo em que desenvolviam as investigações e as técnicas calcadas numa visão positivista e mecânica das ações humanas diante do mundo,

progrediam igualmente as pesquisas e as indagações em termos de melhor interpretar e conhecer a história e a vida social e política dos homens na sociedade.

Se a resposta apresentada pelo pensamento alemão foi de um forte e progressivo desenvolvimento das ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e das ciências culturais (*Geisteswissenschaften*), a profunda tradição da filosofia clássica alemã não podia deixar de submeter a possibilidade de um desenvolvimento das ciências, fossem naturais ou culturais, a uma espécie de controle e indagação filosóficos. Simplesmente pelo fato de que as ciências deviam e tinham que ser pensadas antes de tudo como sendo referentes ao mundo, à sociedade e ao ser humano, ou à humanidade, precisamente na busca da compreensão de que tipo de objeto podia ser identificado para cada um desses campos abrangidos pelas ciências, devia o pensamento filosófico refletir, de forma a definir claramente, além do próprio objeto das ciências, que tipos de sujeitos estariam envolvidos na sua ação.

Essa grande polêmica marcou fortemente um longo período de toda a reflexão do pensamento alemão e passou a ser conhecida como a disputa sobre o método

(*Methodenstreit*), que teve profunda repercussão em todo o posterior desenvolvimento do pensamento filosófico e científico não somente alemão, mas de todo o mundo, inclusive no seio do pensamento marxista. Não se trata, aqui, de desenvolver uma retrospectiva de toda essa ampla e complexa questão. O que se pretende é apontar de que forma o desenvolvimento levou o pensamento burguês alemão a refletir sobre tais problemas e a elaborar teorias que caminhavam no sentido de deixar para trás a tradição da visão *Junker*-prussiana e a defender novas formas de enfoques para basear teoricamente o desenvolvimento capitalista para a sociedade. Assim, no bojo dessas polêmicas, foram sendo forjadas teorias específicas nos campos da economia, da política, da sociologia, do direito, da antropologia e, inevitavelmente, da própria filosofia que buscavam exatamente atingir tais metas. E surgiram pensadores como Tönnies, Simmel, Weber, Schmoller, Dilthey, Sombart, Wundt, Windelband, Ricker e tantos outros que ofereceram obras fundamentais a respeito da sociedade alemã, das ciências culturais e naturais, de filosofia, etc.

Porém, se até aqui havia uma certa má vontade da social-democracia alemã para com a intelectualidade acadêmica, começava a se impor uma condição que apontava no sentido de se ter que levar em conta a necessidade de uma aproximação e de um debate com essa intelectualidade a respeito da questão da ciência e do saber. Assim, a partir de 1883, com a fundação da *Die Neue Zeit*, a social-democracia procurava dar a público um veículo que fosse capaz de exprimir os posicionamentos do partido e do pensamento marxista social-democrata de uma forma “acadêmica” e não meramente panfletária e programática. Kautsky, em 1905, ao publicar o índice dos primeiros vinte anos da revista, dirá que

a capacidade de consolidação da revista, enquanto unidade de “órgão de partido” e “órgão científico”, passara, primeiro no momento de sua cons-



Ferdinand Lassalle

tituição, e depois, durante a discussão sobre o revisionismo, por sua capacidade de apresentar uma imagem do marxismo claramente separada e até frontalmente oposta às tendências que operavam na cultura alemã: “As leis de exceção, ao frustrarem os sonhos dos Schäßfle, de Höchberg, dos rodbertusianos, etc., também puseram fim às tentativas de publicar uma revista científica do socialismo como órgão dos intelectuais da social-democracia para a conquista dos intelectuais da burguesia.”¹⁰

Desse modo, se as leis anti-socialistas impediram que camadas progressistas da intelectualidade burguesa mantivessem suas publicações (as revistas de Schäßfle, de Höchberg e dos rodbertusianos), impediram também que a social-democracia tivesse uma revista ampla, aberta para tentar “a conquista dos intelectuais da burguesia”. Entretanto, cinco anos depois da promulgação das leis anti-socialistas, isto é, em 1883, e apesar das mesmas, o SPD, graças a um arranjo “comercial” com o editor Dietz, lançava a revista *Die Neue Zeit*, que nada mais era do que um “órgão de partido” e um “órgão científico”, exatamente como na avaliação de Kautsky.

Em seguida, em 1895, o SPD lançava uma nova revista, exatamente com a finalidade de ser um “órgão acadêmico” do socialismo. E o título da mesma não deixava dúvidas quanto a isto: *Sozialistischer Akademiker*, “ou seja, uma revista feita por intelectuais social-democratas e dirigida especificamente para os problemas da cultura”.¹¹ No artigo programático da *Sozialistischer Akademiker* nº 1 podia-se ler:

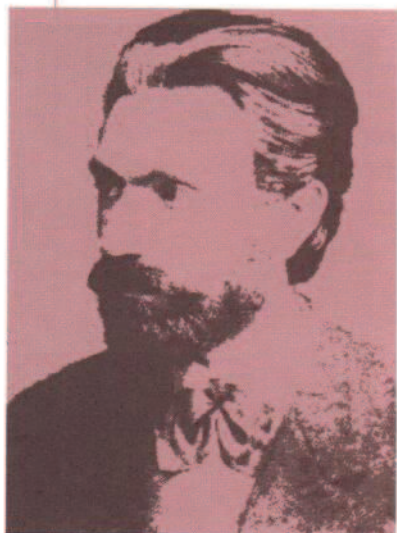
Reprovam-nos porque existem muitas obras que têm uma força agitativa extraordinária. O fato é que existe também uma literatura burguesa que, levando em conta as conquistas da ciência moderna, e, por conseguinte, também do socialismo, procura justificar, com uma lógica não muito rigorosa, a atual sociedade. Não se trata de uma literatura unitária, “fechada em si mesma”; pelo contrário, se serve dos sistemas filosóficos mais diversos e tem uma influência sobre o mundo da cultura que não pode ser desprezada. A imprensa socialista não tem a capacidade suficiente para acompanhar dia-a-dia tais teorias em seus detalhes, porque os leitores para os quais é destinada propriamente, isto é, as fileiras dos trabalhadores assalariados, têm necessidade de outros alimentos que não as “especialidades” do mundo da “cultura”. A inteligência dos trabalhadores é muito sábia para não distinguir os traços característicos dos absurdos dessas teorias e nesse sentido seria supérfluo insistir ainda mais no tema. Este é um ponto que tem não pouca importância mesmo para o mundo acadêmico. De fato, essas teorias servem para confundir determinada inteligência que poderia ser utilizada de outra maneira, e da mesma forma, uma coisa talvez igualmente importante, formam em grande parte os fundamentos das opiniões políticas desses meios. Nosso periódico, baseando-se na sólida lógica do socialismo, deve lançar um protesto contra a pretensa superioridade desses meios.¹²

Percebe-se aqui a perigosa linha de afirmar a possibilidade da existência de uma ciência e de uma arte proletárias em oposição a uma ciência e uma arte burguesas. E essa opção, pelo que até aqui temos considerado, não fugia ao sentido das teses defendidas pelo SPD diante da inteligência alemã, que não somente era vista como a porta-voz da visão de mundo da burguesia no campo do saber e das artes e também por não nutrir qualquer forma de simpatia pelo socialismo e

pelo marxismo, mas aparecia como inimiga de classe incapaz sequer de manter uma polêmica digna com o pensamento marxista, isto é, socialista. E, nesse sentido, o enfoque do SPD sobre a cultura e a arte reafirmava os fundamentos da visão da “decadência da cultura burguesa”. Parecia, assim, que estava superada a etapa da possibilidade da reconstrução do grande bloco histórico de 1848, entre intelectuais e o “povo oprimido”, e o proletariado, agora, deveria cuidar de criar a sua arte, sua ciência e sua cultura.

Nesse período não se pode negar que Franz Mehring exerceu não somente uma grande ação enquanto pensador, mas também provocou uma grande polêmica interna no SPD com suas teses; polêmica que se desenvolveu através principalmente da *Die Neue Zeit*, nos anos de 1894 a 1896.¹³

Aqui já entramos nos debates que começavam a ser travados no interior do SPD, envolvendo uma série de problemas que passavam a influir diretamente na existência do partido e que caracterizaram o cerne da grande polêmica sobre a “crise do marxismo”. São as polêmicas anunciadoras do *Bernstein-Debatte*: recorde-se que a série de artigos de Eduard Bernstein sobre os “Problemas do socialismo” é publicada entre 1896 e 1898 na *Die Neue Zeit* e que seu livro emblemático sobre *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* é de 1899.



A. Bebel

Especialmente sobre o problema dos intelectuais iniciam-se debates que mostram sérias reações às posições dominantes, teorizadas por Mehring. Tratava-se de levar em conta que a sociedade alemã estava se tornando mais complexa em termos de estratificação social, graças a um profundo desenvolvimento do capitalismo, e novos estratos sociais, inclusive camadas médias situadas entre a burguesia e o proletariado, apareciam e começavam a jogar um papel social e político importante na sociedade.

E um desses estratos médios que começava a aparecer significativamente na vida social e política – com uma feição diferenciada daquela camada de intelectuais do passado –, era aquele formado por cientistas, escritores e artistas, enfim uma nova categoria de intelectuais. Assim, uma nota editorial da *Die Neue Zeit* afirmava: “Duas grandes questões ocupam atualmente nosso partido: por um lado, sua posição diante das diversas classes da população agrícola e, por outro, sua posição em relação aos diferentes estratos da chamada inteligência.”¹⁴ Pode-se ver que a afirmação contida na revista teórica do SPD sugere que o movimento político da classe operária devia enfrentar uma questão extremamente original e nova, que aparecia naquele período de sua história precisamente em decorrência do desenvolvimento do sistema capitalista de produção e das transformações pelas quais passava em virtude das novas configurações que se colocavam diante da cada vez mais complexa realidade desse desenvolvimento.

Todavia, não se pode negar que, para enfrentar tal situação, a social-democracia alemã teria que buscar na teoria marxista o embasamento para balizar sua ação enquanto movimento político na sociedade alemã, o que inevitavelmente

levava o sentido dessa pesquisa em direção ao estrato específico envolvido nas questões de teoria: os intelectuais. Porém, devemos verificar qual era o tipo de intelectual revolucionário ligado à classe operária, que se diferenciava do intelectual típico de seu tempo. Não se trata de tentar desenvolver uma “sociologia dos intelectuais revolucionários” que, em última instância, refere-se à questão mais geral do socialismo e dos intelectuais, que constitui um dos problemas centrais e mais controvertidos do grande debate sobre “a crise do marxismo”, ou do *Bernstein-Debatte*, e que é precisamente o tema central do belo e fundamental ensaio de Leonardo Paggi aqui citado, que tem o sugestivo título de “Intelectuais, teoria e partido no marxismo da Segunda Internacional. Aspectos e problemas”. Trata-se, ao contrário, de distinguir algumas características que fazem com que tais intelectuais se diferenciem dos demais intelectuais.

Michael Löwy abre seu livro sobre a sociologia dos intelectuais revolucionários expressando exatamente que “o problema dos intelectuais que se unem à luta do proletariado é tão velho quanto o próprio movimento operário. Marx e Engels o mencionam numa célebre passagem do *Manifesto comunista*”.¹⁵ A menção ao trecho do *Manifesto comunista* refere-se exatamente à própria justificativa de Marx e Engels para explicarem a divisão da sociedade em duas classes, precisamente no item “Burgueses e proletários”, quando afirmam que “uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, a classe que traz em si o futuro”. Por sua vez, é interessante destacar que muitos anos antes, em 1894-1895, quando a questão do socialismo e os intelectuais agudizara-se no seio do movimento social-democrata, Karl Kautsky, buscando estudá-la e analisá-la, recorreria à mesma passagem do *Manifesto*, transcrevendo-a na íntegra – como Löwy o faz em seu trabalho –, afirmando que se tratava de “uma questão já esclarecida pelo *Manifesto*”.¹⁶

Mas avançando suas considerações, Löwy destaca:

Exceto Gramsci, raros foram os intelectuais marxistas que tentaram explicar este fenômeno, não obstante decisivo para o movimento operário e cada vez mais importante e freqüente no curso do século XX. Lênin sublinhou o papel crucial dos intelectuais revolucionários na luta contra a burguesia e na construção do partido de vanguarda, mas não deu senão poucos elementos para compreender as causas de sua ligação ao campo proletário (da qual ele mesmo é um exemplo ilustre).¹⁷

De fato, coube a Gramsci realizar estudos dos mais originais e inovadores sobre a questão dos intelectuais, que todos conhecemos e estimamos, e, também, a referência a Lênin é justa e correta.¹⁸ Entretanto, devemos salientar que falta à análise de Löwy precisamente referências ao debate instaurado no seio do marxismo da Segunda Internacional, especialmente no decorrer do *Bernstein-Debatte*, em que a questão foi bastante discutida e configuraram-se as duas posturas profundamente diferenciadas de considerar o problema dos intelectuais e o socialismo e, por decorrência, entre intelectuais e revolução, entre intelectuais e movimento operário, entre intelectuais e marxismo: de uma parte, nas teses elaboradas e formalizadas por Karl Kautsky, cujo ensaio acima citado é emblemático e representativo do pensamento marxista “oficial” da “época da Segunda Internacional”, e, de outra, nas teses de Max Adler, tão distintas das de Kautsky, formalizadas ao correr de suas análises sobre a questão da relação entre marxismo e

ciência – das quais o texto sobre *Causalidade e teleologia* é o mais emblemático –, culminadas de forma mais específica no lapidar trabalho de 1910, *Der Sozialismus und die Intellektuellen*, trabalhos que serviriam para caracterizar não somente uma posição particular e especial na forma de ver tais questões no interior do marxismo da “época da Segunda Internacional”, mas seriam uma das marcas diferenciadoras da singularidade do austromarxismo.¹⁹

Porém, deixando de lado tal lacuna na análise de Löwy, podemos verificar que, depois de mais algumas considerações, irá concluir que podem ser considerados dois tipos de intelectuais revolucionários que deixam o campo da burguesia e aderem ao campo do movimento proletário: aqueles que eram intelectuais “tradicionais” (pelo que se percebe, Löwy toma o sentido de intelectuais “tradicionais” como sendo o definido por Gramsci, ou seja, dos intelectuais “organicamente ligados às classes desaparecidas ou em via de desaparecimento”). Mas agrega ainda uma outra condição: “com todas as implicações universitárias e/ou culturais”. Do que se pode concluir que para esse tipo de intelectual “tradicional” está implícito

que se ligou ou está ligado às atividades especificamente acadêmicas típicas da universidade, que abandona em proveito de uma militância política diretamente vinculada ao partido do proletariado (ver os exemplos de Marx e Lukács que Löwy acentua). Quanto às implicações culturais exigidas, parecem ser aquelas decorrentes exatamente da ambiência em que está situado o intelectual e da sua vivência nesse meio, ou seja, sua relação com a cultura, a arte, a ciência, etc. de seu tempo.

Depois, existem aqueles que, não sendo intelectuais “tradicionais”, podem assim mesmo ser intelectuais revolucionários, ao que parece como “intelectuais orgânicos” no sentido gramsciano. Vejamos:

Lukács é, depois de Marx, provavelmente o intelectual “tradicional” (com todas as implicações universitárias e/ou culturais) mais importante que passou para as fileiras do movimento operário (com exceção, bem entendido, dos dirigentes políticos como Lênin, Rosa Luxemburg, etc., que estavam longe de ser intelectuais “tradicionais” típicos).²⁰

Mas há uma outra distinção interessante de Löwy:

Não é, em geral, uma parte da *burguesia* que se liga ao proletariado, mas uma parte dos ideólogos *pequeno-burgueses*. A diferença é muito significativa. Há casos de burgueses que se passaram para o movimento operário (Friedrich Engels!), mas eles são excepcionais e casos individuais, não constituindo uma *fração*, mesmo que pequena, da classe dominante.²¹

Mais à frente, temos a explicitação a respeito da situação de classe pequeno-burguesa:

Na verdade o rótulo de “intelectual pequeno-burguês”, malgrado seu uso abusivo, contém grande parte de verdade. Há entre a *Intelligentsia* e a pequena burguesia uma afinidade, uma intimidade, uma cumplicidade sociologicamente



György Lukács

explicável. De um lado, porque a maior parte dos membros da *Intelligentsia* são recrutados na pequena burguesia, mais precisamente no setor dos “trabalhadores intelectuais” (e não em outros setores desta classe: pequenos camponeses, etc.). Existe, então, um liame inegável de origem social entre uma larga fração da categoria social e classe pequeno-burguesa, liame que não se pode ignorar, nem superestimar. De outro lado, porque nas profissões intelectuais (escritor, professor, artista, etc.), os meios de trabalho e subsistência oferecidos aos intelectuais pertencem tradicionalmente, por sua natureza, à pequena burguesia, em geral, e às profissões liberais, em particular (o que não impede, bem entendido, que uma minoria de intelectuais pertença, por sua profissão e sua posição social, à burguesia, à aristocracia ou mesmo à classe operária).²²

De fato, se considerarmos as “implicações universitárias e/ou culturais”, Marx foi seguramente único entre os intelectuais tradicionais de sua época envolvidos nos movimentos revolucionários que deixou o campo da burguesia (classe em desaparecimento, segundo ele mesmo afirmaria) para se transferir para o campo do proletariado (classe em ascensão, historicamente destinada a tornar-se a classe universal, da mesma forma segundo suas próprias afirmações). Em consequência, Engels não poderia ser considerado, como afirma o próprio Löwy, um intelectual “tradicional” no sentido de Marx, já que não preenche as “implicações universitárias e culturais” exigidas para isto, sendo um “burguês” que passou para a classe operária, pois, ao contrário de Marx, era filho de família burguesa abastada, dono de indústria e casas comerciais de tecidos. Também diferentemente de Marx, não era de origem judia, mas um puro alemão e não fez cursos universitários regulares. Extremamente bem dotado, erudito e inteligente, teve a típica formação do autodidata de origem burguesa, já que por sua situação financeira podia estudar livremente, comprar seus livros e freqüentar os melhores meios boêmios e intelectuais. Ao contrário de Marx, que se transformou em intelectual revolucionário ligado à classe operária a partir de estudos sistemáticos desenvolvidos na universidade, Engels dedicou-se a estudar de forma anárquica, sem qualquer fundamentação metodológica e regular.

August Bebel e Wilhelm Liebknecht, os dois fundadores e consolidadores do SPD, eram de origem social diferente. O primeiro, um genuíno operário daquele período inicial do desenvolvimento capitalista da Alemanha; enquanto o segundo era um intelectual que não se ligara, como já mencionamos, às atividades acadêmicas, mas sim às atividades político-revolucionárias, como militante nas diferenciadas ações tão próprias dos movimentos revolucionários do tempo da revolução burguesa de 1848.

Entre os demais expoentes que surgiram com a nova geração exatamente nessa época, uma grande parte deles não tinha formação universitária sistemática e regular e muito menos era de origem operária. Kautsky,²³ Bernstein,²⁴ Cunow, Schmidt e muitos outros eram na sua esmagadora maioria de origem pequeno-burguesa (e em grande parte judeus) e tiveram sua iniciação na social-democracia através de vinculação a órgãos de imprensa e propaganda (jornais, revistas e editoras) do partido. Poderíamos encontrar duas exceções: Rosa Luxemburg e Franz Mehring.

Rosa Luxemburg, de origem polonesa, judia, fizera seus estudos regulares na Suíça – devido a ter sido obrigada ao exílio – onde terminou seu curso em

ciências jurídicas, sociais e econômicas. Sintomaticamente, sua tese de doutoramento foi sobre uma temática estritamente econômica, a respeito do desenvolvimento industrial da Polônia e sua relação com a economia russa, que era a economia dominante, já que a Polônia pertencia ao império czarista.²⁵ Emigrando para a Alemanha, chegou ao país exatamente no momento em que começavam a ser discutidos os problemas que se relacionavam diretamente com a “crise do marxismo” e em que Bernstein iniciava a publicação da série de artigos a respeito dos “Problemas do socialismo”. Sua estréia nos assuntos da social-democracia alemã foi exatamente a de responder criticamente as teses de Bernstein. Assim, em setembro de 1898, publicou uma série de artigos refutando os artigos de Bernstein sobre os “Problemas do socialismo”; em abril de 1899 publicava outra série de artigos criticando o livro *As premissas*. Ambas as séries foram publicadas no *Leipziger Volkszeitung*, um órgão do SPD.²⁶ Todavia, embora sendo formada numa universidade suíça, Rosa Luxemburg também não se ligou à carreira acadêmica na Alemanha (como Mehring, que jamais foi professor em universidades alemãs). Além de publicista e líder política, suas atividades docentes foram por algum tempo exercidas na escola de formação de quadros do partido.²⁷



Franz Mehring

Franz Mehring, nascido de família burguesa, estudou nas universidades de Leipzig (1866-1868) e de Berlim (1868-1870). Nesse ambiente, teve contatos exatamente com a intelectualidade burguesa alemã a que nos referimos, começando sua vida de militante intelectual primeiramente ligando-se a órgãos democráticos, como o jornal *Frankfurt Zeitung* e a revista cultural *Die Wage* (A Balança). Através dessa militância político-cultural nos meios democráticos, terminou por se aproximar do ambiente social-democrata, tendo se vinculado ao SPD somente em 1891, à época do Congresso de Erfurt, quando já tinha 45 anos de idade. De formação cultural extremamente erudita e ampla, dedicou-se a ser articulista de assuntos e temas políticos, culturais e literários nos órgãos do SPD, especialmente na revista *Die Neue Zeit*,²⁸ onde, em grande parte, publicou seus mais importantes textos, muitos dos quais terminaram por se transformar em livros, que, no conjunto, mostram emblematicamente o tipo de marxismo especial que representa em si, historicamente, a convergência de duas visões de mundo opostas – aquela da grande intelectualidade burguesa democrática alemã e a da nascente intelectualidade marxista proletária alemã –, convergência essa que a própria figura de Franz Mehring reflete.

Contudo, poderia se indagar: quais as razões para que não tivessem esses intelectuais, na maioria tão bem preparados cultural e teoricamente, procurado exercer atividades acadêmicas universitárias? A resposta é muito simples: as leis anti-socialistas de Bismarck proibiam aos “socialistas” qualquer atividade no serviço público do Estado prussiano-alemão. Dessa forma, os intelectuais a que nos referimos jamais poderiam ter a pretensão de se ligar a uma universidade na Alemanha, já que na grande maioria as universidades eram, evidentemente, controladas pelo Estado imperial. Assim sendo, toda essa camada de intelectuais alemães que faziam

opção pela social-democracia devia se organizar, de forma direta ou indireta, se quisesse exercer tarefas relacionadas com a produção intelectual, em órgãos ligados ao aparelho de divulgação do SPD. E diga-se que nos primeiros anos de vigência das leis anti-socialistas²⁹ tal opção só podia ser concretizada de forma mais plena a partir do exílio, quando grupos de intelectuais “social-democratas” (entre aspas pelo fato que muitos deles não eram verdadeiramente social-democratas, mas membros da burguesia ou da pequena burguesia democráticas) fundavam jornais e revistas no exterior para enviá-los ao interior da Alemanha, divulgando e propagando suas idéias socialistas. Dessa forma, por exemplo, Karl Kautsky e Bernstein desenvolveram grande parte inicial de sua vida de militantes na Suíça como publicistas, em torno de órgãos criados por Höchberg,³⁰ um milionário judeu que era um “socialista espiritual” ou, como afirma Procacci, um “filantropo socializante”.³¹

Entretanto, se a colaboração com homens como Höchberg poderia bastar como forma de num primeiro momento superar as dificuldades impostas pelas leis anti-socialistas de Bismarck para que a social-democracia pudesse manter seus órgãos de imprensa, seria preciso encontrar outras formas próprias de editar revistas e jornais no interior da própria Alemanha. Já em 1882, numa iniciativa juntamente com o editor Dietz, o SPD promoveu a fundação de uma revista que teria papel fundamental e determinante em termos de inserção teórica e científica do marxismo na realidade cultural da Alemanha, lançada em 1883: tratava-se da *Die Neue Zeit*. Sobre o papel e a importância dessa revista seria preciso todo um trabalho de análise que, infelizmente, não cabe aqui. O que se poderia dizer é que, graças à direção que a ela foi imposta por Karl Kautsky, que a partir de 1883 passou a ser o seu diretor, o SPD conseguiu realizar duas importantes ações:

- a) de uma parte, criou um instrumento de divulgação científica que passou a se confrontar com o pensamento alemão “oficial”, especialmente com aquelas correntes de intelectuais que começavam a indagar a respeito do sentido futuro do desenvolvimento capitalista da sociedade alemã e também em relação à sua inserção internacional no contexto das demais nações capitalistas avançadas;
- b) de outra, exatamente por refletir, através de seus editoriais e de seus ensaios, o que de melhor estava se produzindo no seio da social-democracia alemã em termos de teoria marxista, fortalecida pelos avanços políticos organizacionais e eleitorais que o SPD continuava a obter, mesmo diante das restrições das leis anti-socialistas, a revista foi se transformando no grande instrumento teórico de divulgação do pensamento marxista a nível externo, assumindo pouco a pouco o papel de órgão teórico da social-democracia mundial.³²

Dessa maneira, através da revista (e de outras publicações similares) puderam ser criados os instrumentos para que esse tipo de intelectual revolucionário encontrasse os meios para se ligar ao destino da revolução proletária. E dentre eles, certamente, a figura de Karl Kautsky foi emblemática, podendo-se dizer que se transformou, através de sua ação na direção da *Die Neue Zeit*, na “alma da social-democracia”.

E tais características, sobretudo a partir de 1890 – com a revogação das leis anti-socialistas, que permitiu a organização legal do partido e a livre circulação de seus órgãos de imprensa –, puderam desabrochar de maneira formidável. E a revis-

ta permaneceria assim até depois do término da guerra, à época da República de Weimar, quando, em decorrência da divisão do SPD, Kautsky momentaneamente abandonou as fileiras do SPD para se ligar ao USPD. Nesse momento, perdeu a direção da revista. Quando, em 1922, voltou ao partido, a revista já estava “fora de moda” e seria substituída pela *Die Gesellschaft*, fundada por Rudolf Hilferding, em 1924, que foi o seu diretor. Então, a estrela de Kautsky estava se apagando no interior do SPD e ele não foi incorporado à nova revista em qualquer função de direção.

Todavia, toda essa forma de desenvolvimento de uma intelectualidade social-democrata, extremamente ligada ao pensamento marxista, trouxe condições específicas e particulares para sua inserção na sociedade alemã, para suas relações com as ciências e a filosofia que eram desenvolvidas nos meios acadêmicos oficiais dessa sociedade e, sobretudo, marcou definitivamente o teor, o sentido e os fundamentos desse marxismo da social-democracia alemã.



Wilhelm Liebknecht

Na verdade, o sentido desse desenvolvimento histórico do pensamento marxista da social-democracia alemã levou a uma caracterização que o diferencia totalmente, por exemplo, do pensamento austromarxista. Na Alemanha, pelos fatos que acima mostramos, o centro intelectual do pensamento marxista desenvolveu-se fora da universidade e dos meios acadêmicos, promovido por intelectuais de inegáveis qualificações teóricas, mas sem uma formação científica sistemática e em oposição ao pensamento oficial da universidade, mesmo daquela camada de intelectuais que se dispunha a ver marxismo com uma certa boa vontade:

Nos debates que se travavam na social-democracia alemã, aqueles que nós hoje chamamos de “intelectuais” eram habitualmente designados como *Akademiker*, ou seja, eram pessoas que tinham diploma. A respeito disso, são necessárias duas observações. Em muitos países, entre as

pessoas que exerciam uma profissão, fazia-se uma clara distinção entre aquilo que os alemães denominavam *Kunst* (todas as artes) e o que eles chamavam de *Wissenschaft* (todo o mundo do saber e da ciência), ainda que para ambas a área de recrutamento estivesse nas classes médias [...]³³

E, continuando, também podemos verificar, ainda na afirmação do mesmo analista:

Os ambientes intelectuais e acadêmicos alemães, apesar do liberalismo que tinham manifestado em 1848, estavam profundamente ligados ao império guilhermino nos anos 90 e eram, em geral, decididamente hostis ao socialismo. As exceções eram constituídas pelos intelectuais judeus, dos quais cerca de 20% a 30% – segundo estimativa não documentada feita por Michels em 1907 – eram simpatizantes com a social-democracia [...] O marxismo e a social-democracia preocupavam os intelectuais e os acadêmicos alemães, porém não despertavam simpatias entre eles. Além disso, há documentação que comprova que, entre os que se aproximavam do marxismo, ao menos nos últimos anos que antecederam 1914, eram mais numerosos aqueles que manifestavam

tendências moderadas ou revisionistas do que os de esquerda (a organização dos estudantes socialistas alemães, por exemplo, foi porta-bandeira do revisionismo). É compreensível, portanto, que o partido social-democrático alemão apresentasse uma composição predominantemente proletária, talvez mais do que qualquer outro partido socialista de massa. Outra indicação de que a atração do marxismo sobre os intelectuais alemães foi relativamente modesta parece encontrar-se, também, no fato de que vários teóricos mais influentes do partido social-democrático alemão eram de origem estrangeira: Rosa Luxemburg era de origem polonesa, Kautsky e Hilferding provinham do império-austro-húngaro, Parvus era nascido na Rússia.³⁴

Para finalizar, o mesmo Hobsbawm nos oferece uma visão que poderia definir as relações entre a *Intelligentsia* alemã e o marxismo nos seguintes termos:

A economia como disciplina separada das outras ciências sociais quase não existia na Alemanha, onde predominava a influência da “escola histórica” e se sentia o peso do conceito de “*Staatswissenschaft*” (ciências do Estado). Por isso, o impacto do marxismo – isto é, o impacto da compacta realidade representada pela social-democracia alemã – sobre a economia não podia ser enfrentado isoladamente. Não precisamos lembrar que na Alemanha do kaiser Wilhelm as ciências sociais assumiam uma orientação acentuadamente antimarxista, embora os velhos liberais, que tinham polemizado pessoalmente com Marx (Lujo Brentano, Schäffle), parecessem mais empenhados na controvérsia do que a escola de Schmoller, mais orientada no sentido prussiano. O *Schmollers Jahrbuch* não publicou nenhum ensaio sobre Marx até 1898, ao passo que Schäffle, em sua revista *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, reagiu à ascensão da social-democracia com uma série de artigos (sete entre 1890 e 1894), antes de se calar sobre o assunto. Em geral, conforme já se observou, o interesse dedicado na Alemanha pelos estudiosos de ciências sociais ao marxismo cresceu paralelamente ao fortalecimento da social-democracia.³⁵

O DEBATE TEÓRICO: ANTICAPITALISMO ROMÂNTICO, HISTORICISMO E NEOKANTISMO

Foram os debates em torno da questão agrária³⁶ que deveriam levar a um posicionamento claro e definitivo da direção do partido de forma a encerrar as contradições tanto políticas como teóricas que grassavam em suas fileiras. Depois de inúmeras polêmicas que transcorreram por diversos congressos e que ocuparam os trabalhos de uma comissão especialmente constituída para avaliar o problema, as discussões terminaram inconclusas e a pendência permaneceu por algum tempo.

Diante do impasse, a direção do SPD preferiu adotar uma decisão que podia ser considerada ambígua, na medida em que acatava as posições dos “revisionistas”, ou seja, daquela facção capitaneada pelo líder bávaro von Vollmar, aceitando que o SPD optasse por políticas de aproximação e aliança com diferentes camadas agrárias, isto é, pequenos e médios proprietários rurais, camponeses de diferentes tipos e trabalhadores rurais assalariados; o que quebrava a rígida política do SPD de uma ação política meramente dedicada à classe operária urbano-industrial. Ao mesmo tempo, para desbastar a novidade, reafirmava-se a tese

central “marxista” de que a aliança preferencial seria sempre com os trabalhadores rurais assalariados, que estavam surgindo das relações de trabalho no campo, caminhando essas relações para serem estritamente capitalistas.

Diante dessa confusa situação, optou a direção do SPD por recorrer mais uma vez à competência do seu já então “teórico oficial”, Karl Kautsky.³⁷ Surgiria então a grande obra de Kautsky, *A questão agrária*, publicada em 1899, que inegavelmente apresentava uma análise primorosa e extremamente inovadora em termos de fundamentação marxista em relação à problemática da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo. Editada com o beneplácito da direção do SPD, a obra se tornaria a posição oficial não só do partido alemão, mas seria adotada como orientação teórica básica por toda a social-democracia mundial, inclusive pela russa: basta ler os elogios feitos por Lênin no “Prefácio” da igualmente formidável obra de sua autoria, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.³⁸

Porém, no que se refere à questão agrária, há também uma outra coincidência que merece ser explicitada, à qual já nos referimos de passagem mais acima, que é

uma novidade que merece ser destacada. A problemática do desenvolvimento do capitalismo na agricultura começava igualmente a preocupar uma parte da inteligência “burguesa”, mais avançada e comprometida com formas mais progressistas de ver tal avanço na Alemanha:

Mas o interesse por essa questão não estava limitado aos meios socialistas. Data de 1892 a publicação de uma pesquisa sobre as condições dos trabalhadores agrícolas na Alemanha, realizada por aquela Verein für Sozialpolitik do qual faziam parte homens como Gustav Schmoller, Werner Sombart e o jovem Max Weber. A este último, em particular, foi confiada a parte relativa às condições dos camponeses nos territórios alemães a Leste do Elba, as terras clássicas do *Junkertum* e da grande propriedade. Os resultados da pesquisa foram discutidos numa sessão da Verein,

da qual participaram, entre outros, alguns dos que se contariam como os principais participantes do debate social-democrata de Breslau. Refiro-me a Quark e a Schoenlank, que eram ao mesmo tempo membros do Verein e do SPD. A essa discussão de doutos, o *Vorwärts* julgou oportuno dedicar um editorial.³⁹

Como primeira indicação importante devemos destacar, nesta passagem de Procacci, a menção à participação de dois intelectuais de vinculação social-democrata no interior da Verein für Sozialpolitik, na equipe dedicada ao estudo da questão agrária, que também fizeram parte da comissão do SPD encarregada de estudar o problema entre os diferentes congressos em que ele foi discutido, de forma a apresentar à direção central do SPD subsídios para decisões: Quark e Schoenlank. De fato, ambos tiveram papel importante nessas discussões e certamente puderam desfrutar das informações e conclusões que receberam dos debates travados junto aos pensadores aí agrupados. Mas o que tal participação revelava de mais importante era que especialistas do SPD estivessem em contato com uma



Eduard Bernstein

instituição como a *Verein*, eminentemente “burguesa” e até então julgada incapaz de poder servir de interlocutora confiável para uma instituição “proletária”. Daí, a irônica menção de Procacci a respeito de que a “essa discussão de doutos, o *Vorwärts* julgou oportuno dedicar um editorial”.⁴⁰

Porém, a passagem de Procacci apresenta outras revelações que devem ser brevemente comentadas. De uma parte, reafirma-se a presença de uma nova camada da inteligência alemã que começava a se preocupar de fato com as condições em que o desenvolvimento capitalista estava se dando na Alemanha. Michael Löwy, exatamente estudando a consolidação dessa camada de intelectuais alemães que passava a ter uma perspectiva mais progressista e crítica diante do capitalismo, no item dedicado a “O anticapitalismo dos intelectuais na Alemanha”, nos oferece informações extremamente relevantes para nos situarmos de melhor forma diante dessa característica “anticapitalista” assumida por uma parte da grande intelectualidade alemã da época.⁴¹

Especificamente sobre essa instituição, a *Verein für Sozialpolitik* (Associação para uma Política Social) nos mostra que nela se reflete, de fato, aquela divisão que vinha se dando na *Intelligentsia* alemã, na qual havia, de uma parte,

uma “ortodoxia” tradicionalista e reacionária, característica dos setores menos expressivos, politicamente menos nítidos e intelectualmente menos significativos do *establishment* universitário alemão; e um “conservantismo esclarecido” ou “modernista”, mais realista, mais sofisticado, do qual os principais representantes se recrutam nas ciências sociais. Mas os limites entre as duas correntes não eram sempre tão nítidos e pode-se encontrá-las freqüentemente juntas no interior de movimentos de caráter parcialmente anticapitalista, dos quais o mais típico é a *Verein für Sozialpolitik* (Associação para uma Política Social).⁴²

Entretanto, para ainda melhor fundamentar o sentido da análise, vejamos algumas outras indicações de Löwy:

A crítica cultural do capitalismo manifesta-se nessa época na Alemanha entre os intelectuais em geral, em muitos escritores e poetas em particular, mas sua expressão mais intensa, mais sistemática e mais coerente encontra-se nos círculos acadêmicos. Por que a universidade se torna um foco ideológico anticapitalista (romântico)? Os universitários alemães em geral, e, sobretudo, o setor das *Geisteswissenschaften* – humanistas, filósofos, juristas, historiadores, cientistas sociais – desfrutaram no decorrer do século XIX de uma situação social particularmente privilegiada. Esses “mandarins” que constituíam uma comunidade relativamente homogênea, integrada, ocupavam uma posição dominante no sistema de estratificação na Alemanha, por seu prestígio, influência e lugar social (*status*). Esta proeminência da *Intelligentsia* acadêmica corresponde a uma etapa precisa do desenvolvimento da formação social alemã: aquela em que o modo de produção feudal está em via de perder seu domínio, sem que o capitalismo industrial tenha ainda estabelecido sua hegemonia definitiva [...]⁴³

Dessa forma, essa camada de intelectuais de origem acadêmica, que, como já mostramos ao correr deste trabalho, começava a se preocupar seriamente com o sentido do desenvolvimento da nação alemã sob o jugo da visão *Junker*-prusiana de extração bismarckiana, vai aos poucos buscando seu caminho, pode-se dizer, prensada entre as duas visões limites que se colocam no horizonte históri-

co da sociedade alemã: de uma parte, a visão dominante, *Junker*-prussiana, de outra, a visão proletária, que despontava igualmente em decorrência dessa etapa de transformação do capitalismo alemão, consubstanciada no plano da política pela social-democracia e no plano da teoria pelo pensamento marxista. Assim, não haveria nada de estranho que surgisse uma instituição acadêmica, formada por representantes diferenciados de distintas correntes intelectuais, que visasse exatamente analisar e compreender essa nova etapa por que passava a sociedade alemã da época.

Fundada em 1872 por um grupo de universitários eminentes (sobretudo economistas, Gustav Schmoller, Adolph Wagner e Lujo Brentano) – com a participação de Tönnies e Max Weber no fim do século –, a *Verein* foi o centro ideológico do célebre *Kathedersozialismus*. Na realidade não havia muito “socialismo” (no sentido proletário ou marxista) na sua doutrina, mas uma crítica do individualismo burguês, do utilitarismo materialista, do *laissez faire* econômico e do egoísmo dos empresários capitalistas; tratava-se

de refutar igualmente o marxismo e o liberalismo manchesteriano, em nome dos valores éticos e supremos, da grandeza nacional, da harmonia social e da tradição cultural germânica. Seu programa social concreto propunha uma “orientação ético-social da economia” pela intervenção do Estado, através de reformas sociais; as leis de inspeção de fábricas, planos de segurança social, impostos progressivos, etc. Entretanto a *Verein für Sozialpolitik* não era homogênea do ponto de vista ideológico: num pólo conservador, encontra-se Wagner, que defende os interesses da Alemanha rural contra a indústria, que faz campanha pela elevação das tarifas agrícolas, e que se coloca como promotor apaixonado do nacionalismo e da autarquia econômica; num pólo oposto acha-se Lujo Brentano, que luta contra os grandes proprietários de terra, que participa da campanha contra o aumento do preço dos cereais, e que quer dar aos sindicatos operários certo papel no quadro de uma

política social “eticamente orientada”. Entre os dois, Schmoller, defensor entusiasta da monarquia e da burocracia prussiana – “os únicos elementos neutros na guerra social das classes” – que propõe um governo paternalista, capaz de realizar as reformas sociais limitando as conseqüências mais nefastas da luta entre os trabalhadores e os empresários. Não se pode explicar a colaboração no interior da *Verein* de personagens aparentemente tão diversas, se não se compreender que estas diferentes posições não são mais que variantes de uma mesma problemática anticapitalista romântica, produto ideológico das aspirações e inquietudes do mandarinato universitário em crise.⁴⁴

Dos nomes citados, especialmente daqueles pertencentes ao *Kathedersozialismus*, Michael Löwy já nos oferece uma primeira caracterização; mas há ainda Tönnies, Sombart e Weber (os mais novos) a serem melhor definidos, e veremos as razões que fazem com que, embora ligados a esses representantes mais tradicionais da *Intelligentsia* alemã acadêmica, deles se afastassem nos derradeiros anos do século passado, terminando por romper com a *Verein für Sozialpolitik*, já



Eduard Bernstein

nos primeiros anos de nosso século. E aqui entramos em outro terreno: o da formação do pensamento sociológico alemão, especialmente daquele “Círculo Weber de Heidelberg”, que entre 1906 e 1918 agruparia um grupo de pensadores da melhor qualidade e que teria um papel fundamental para uma nova e inovadora fundamentação para o pensamento “burguês” alemão, que, da mesma maneira, será extremamente relevante como interlocutor para Max Adler em seu debate com o pensamento burguês e para a conformação de sua teoria sobre o socialismo e os intelectuais:

O principal centro de pensamento sociológico da Alemanha do início do século XX era Heidelberg, onde se reunia em torno de Max Weber uma plêiade brilhante de intelectuais e universitários. Entre os participantes regulares ou episódicos desse famoso “Círculo Weber de Heidelberg” encontram-se, de 1906 a 1918: os sociólogos Ferdinand Tönnies, Werner Sombart, Georg Simmel, Alfred Weber (o sociólogo da cultura, irmão de Max), Arthur Salz (membro da Verein für Sozialpolitik dos “socialistas de cátedra”), Robert Michels (nessa época, “sindicalista revolucionário”), Ernst Troeltsch (sociólogo das religiões, de orientação “social-cristã”), Paul Honigsheim (então jovem estudante); os filósofos neokantianos Wilhelm Windelband, Hugo Münsterberg e Emil Lask, os neo-hegelianos Ehrenberg (judeu tornado místico cristão) e Rosenzweig; o jurista Georg Jellinek; o esteta Friedrich Gundolf (amigo do poeta Stefan George); o poeta pacifista Ernst Toller; o psiquiatra e futuro filósofo kierkegaardiano Jaspers; o especialista em Dostoiévski Nikolai von Bubnov; e dois jovens dostoiévskianos escatológicos: Ernst Bloch e Györg Lukács.⁴⁵

Entretanto, para chegar a esse resultado, houve toda uma disputa teórica entre os diferentes pensadores envolvidos nas ações da Verein, todos eles, ou pelo menos quase todos, críticos da situação atravessada pelo capitalismo alemão engessado pela visão *Junker*-prussiana-bismarckiana dominante. Crítica que, segundo Löwy, evidentemente calcado na célebre posição lukacsiana, assentava-se totalmente numa visão anticapitalista romântica que não demorou a se transformar numa postura de defesa do imperialismo germânico, que teria graves consequências futuras para o pensamento filosófico e sociológico alemães, fornecendo os elementos necessários para embasar as “idéias de 1914”⁴⁶ que, por sua vez, fundamentariam, depois da guerra, graças a uma considerável parcela do pensamento burguês alemão, os alicerces do irracionalismo nacional-socialista, ou seja, do nazismo.⁴⁷

Entretanto, aqui, devemos abrir um parêntese para falar da posição de Lukács sobre essa problemática, isto é, de sua análise a respeito desse anticapitalismo romântico da *Intelligentsia* alemã. Certamente que sua colocação pode ser vista de forma emblemática em sua obra *Die Zerstörung der Vernunft* [A destruição da razão] (Berlim, 1953).⁴⁸ Como não se trata de submeter o discutido livro de Lukács a uma análise exaustiva, devemos, contudo, emitir uma opinião sobre o que consideramos uma inverdade e até mesmo um exagero a seu respeito: a afirmativa de alguns críticos da obra lukacsiana, de boa ou má fé, não importa, de que Lukács transformou todo o grande pensamento filosófico e sociológico alemão, “de Schelling a Hitler”, em pensamento nazista. Assim, segundo esses críticos, o “stalinista” Lukács não vê qualquer diferença entre os distintos pensadores desse período, convertendo-os a todos em nazistas declarados. Pode-se discordar de muitas das análises de Lukács a respeito de cada um

desses grandes pensadores alemães, de suas obras, de suas posições filosóficas, epistemológicas e científicas; todavia, não se pode deixar de acentuar que o fio vermelho de sua análise, a trajetória do irracionalismo no pensamento alemão, é correto e extremamente rico e instigante, pois foi a acentuação cada vez mais desenfreada desse irracionalismo no pensamento alemão que permitiu a passagem do anticapitalismo romântico para o irracionalismo imperialista que desaguou nas “idéias de 1914”; e, a partir delas, transfigurou-se no irracionalismo fascista do pensamento nacional-socialista.

Dito em outras palavras, foi a “destruição da razão”, através do irracionalismo do pensamento filosófico e sociológico alemães, que constituiu o “ovo da serpente” para gerar os fundamentos teóricos (“filosóficos” e “sociológicos”) que serviram de base para o horror nazi-fascista.

Especialmente quanto ao período a que nos referimos (anticapitalismo romântico) e aos pensadores enfocados, a análise de Lukács pode ser vista a partir do capítulo IV: “A filosofia da vida na Alemanha imperialista”; capítulo V: “O neo-hegelianismo”; e capítulo VI: “A sociologia alemã do período imperialista”, do seu livro.⁴⁹ No primeiro, filósofos como Dilthey e Simmel e economistas como Brentano, Schmoller e Wagner são analisados. Vejamos como Lukács os situa.

Sobre Dilthey diz o seguinte:

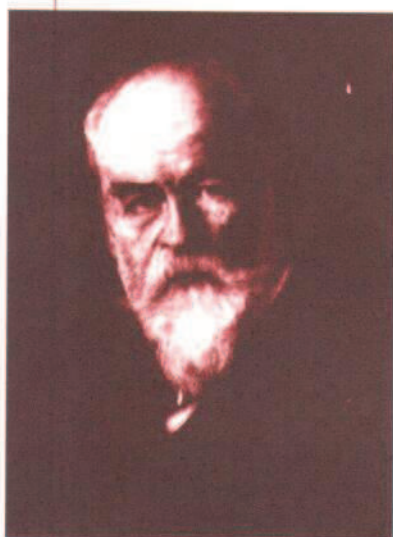
[...] Ainda que seja verdade que Dilthey, nem por seu conteúdo nem pela metodologia que se propõe aplicar, nada tem em comum com o fascismo, não é menos certo que as repercussões – nada fortuitas, ao contrário – de sua filosofia fazem dele, objetivamente, um precursor, embora inconsciente e indireto, da luta aberta que mais tarde se travará contra a razão, do obscurecimento da consciência filosófica na Alemanha.⁵⁰

Sobre Simmel:

[...] Pessoalmente, Simmel não é, como não o foi Dilthey, em sentido direto, um iniciador dos que mais tarde haveriam de enterrar o espírito de honradez na filosofia e suplantá-lo por um cínico manuseio de mitos arbitrariamente elucubrados. Mas, ao conduzir o jogo com sutilezas discursivas para transações conscientes e, às vezes, abertamente cínicas, não há dúvida de que este pensador empurra o processo de desintegração para uma fase muito mais avançada que Dilthey.⁵¹

A respeito de alguns socialistas de cátedra diretamente vinculados à Verein für Sozialpolitik, que nos interessam mais de perto, a análise de Lukács caminha no seguinte sentido:

Nessa nova situação, um grupo de economistas alemães (Brentano, Schmoller, Wagner e outros) procura ampliar o domínio da economia nacional até convertê-la numa ciência da sociedade. Aspira-se a criar uma economia nacional puramente ateórica, empírica, histórica e, ao mesmo tempo, “ética” que, repudiando a economia clássica, possa do mesmo modo abordar os problemas



Gustav Schmoller

da sociedade. Essa eclética pseudociência brota da reacionária Escola Histórica do Direito (Savigny) e da velha economia alemã (Roscher, Knies, etc.). Metodologicamente considerada, carece totalmente de princípios: plasma-se nela a ideologia dos círculos burgueses que crêem encontrar na “política social” de Bismarck a solução das contradições de classe. Divide com a velha geração dos economistas alemães a luta contra a economia clássica estreitamente vinculada à luta contra o marxismo. E traz para a economia uma tendência radicalmente subjetiva: perdem-se totalmente de vista os problemas econômicos objetivos colocados pelos clássicos e se limita a polemizar contra suas concepções psicológicas supostamente estreitas, que vêem no egoísmo o único motor da conduta econômica dos homens. É essa “psicologia” que agora se pretende “aprofundar”, dando-lhe ao mesmo tempo um conteúdo ético [...] Esses economistas mostraram-se, portanto, contrários a toda “abstração” e a toda “dedução”, isto é, a todo tipo de teoria; são puros empiristas históricos e relativistas. Não há, pois, nada de estranho em que o neokantismo positivista então em voga viesse reforçar essas concepções no sentido do agnosticismo empirista.⁵²

No que se refere a Ferdinand Tönnies, iniciando a análise da sociologia alemã contemporânea desse período, Lukács destaca a importância da obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* [Comunidade e sociedade], as influências por ele recebidas da obra de Marx, Engels e Morgan, e, especialmente, os equívocos cometidos pelo autor em relação a essa problemática, afirmando, entre outras coisas:

Estes dois conceitos [comunidade e sociedade] mistificados da vontade aparecem, em Tönnies, como os criadores das formações sociais. A “sociedade” é o capitalismo, visto pelos olhos do anticapitalismo romântico. Em Tönnies encontramos, é verdade, o matiz especial, chamado a influir eficazmente nas doutrinas posteriores, de que nele já não se percebe o anseio do retorno a estágios sociais superados, principalmente ao feudalismo. Contudo, sua posição serve de base para uma crítica da cultura na qual, mesmo que destacando-se fortemente os traços problemáticos e negativos da cultura capitalista, se salienta ao mesmo tempo o caráter inevitável, fatal, do capitalismo. Pois bem, o caráter dessa crítica vem determinado pelo “tipo” antagônico da “comunidade”. É o antagonismo entre o que a “sociedade” tem de morto, de mecânico e de maquinização com o que há de orgânico na “comunidade” [...] Esta contraposição não tem, certamente, nada de original, mas adquire aqui uma significação metodológica pelo fato de que Tönnies, partindo dela, chega ao contraste entre a “civilização” e a “cultura”, de importância tão decisiva para a sociologia alemã posterior.⁵³

A análise lukacsiana seguinte refere-se a Max Weber. Aqui as considerações de Lukács devem ser melhor pesadas. Em primeiro lugar, pelo fato de tratar-se certamente da maior e mais importante figura do pensamento sociológico, e, ao mesmo tempo, do pensador que pode ser considerado, ao lado de Marx e Freud, como um dos mais destacados teóricos que possibilitaram os reais fundamentos metodológicos e epistemológicos para as modernas ciências humanas e sociais (*Geisteswissenschaften*). De outra parte, como já se falou, não podemos descuidar que Lukács pertenceu ao “Círculo de Heidelberg”, tendo participado como jovem ouvinte das reuniões mantidas e lideradas por Weber, desenvolvendo uma profunda admiração e um altíssimo respeito pelo mestre alemão.

Evidentemente que não se trata de fazer agora, neste passo, uma avaliação crítica da análise de Lukács a respeito de Weber. Todavia, como afirmei acima, há acertos e equívocos. No primeiro caso, julgo que a colocação de Weber entre os pensadores alemães mais importantes que fundamentaram cientificamente o desenvolvimento do pensamento imperialista alemão é extremamente correta. Entretanto, concluir daí que Weber é um *precursor direto* e consciente do pensamento nazi-fascista é muito mais delicado e difícil. Conclusão que Lukács evidentemente não avança, mas que, a partir de suas análises, foi adiantada por muitos estudiosos “marxistas-leninistas” e teve uma ocorrência nada desprezível no seio do pensamento de extração comunista em tempos mais recentes. Porém, mesmo assim fica a pergunta: teria a análise de Lukács permitido a ilação, ou não? A resposta poderia surgir da observação de algumas passagens da crítica

lukacsiana a Weber. Em primeiro lugar, a respeito da posição de Weber em relação à democracia; depois, quanto à posição epistemológica de Weber no que se refere ao objeto da sociologia enquanto ciência, ou seja, uma questão metodológica e epistemológica.

No primeiro caso, Lukács aponta, corretamente, que Weber compartilha a visão dos demais sociólogos alemães da época a respeito da oposição entre comunidade e sociedade, entre cultura e civilização, em que, evidentemente, o capitalismo (sociedade), com sua industrialização e urbanização acentuadas, aparece como destruidor daquelas condições ideais e extremamente “normais” da comunidade, que nada mais era que a realidade econômico-social alemã anterior à invasão que as formas capitalistas experimentaram no interior dessa

comunidade, fazendo explodir, como já se disse, o glorificado regime bismarckiano até então soberano e vigente. Mas a postura de Weber era profundamente diferenciada, guardando, pois, uma singularidade:

Max Weber ocupa, nesta trajetória, um lugar especial. Seus fundamentos metodológicos são, evidentemente, muito semelhantes aos dos outros sociólogos de seu tempo; também ele repete a crítica dos sociólogos ocidentais contra a democracia moderna. Mas sua atitude ante esta é inversa: apesar de criticá-la, considera a democracia como a forma mais adequada para a expansão imperialista de uma grande potência moderna. E as falhas do imperialismo alemão estão, segundo ele, precisamente na ausência de um desenvolvimento democrático naquilo que se refere à sua política interna: “*Só um povo politicamente maduro pode ser um ‘povo senhorial’ [...] Só os povos senhoriais têm a missão de intervir no mecanismo das rodas do desenvolvimento universal. Se os povos que não possuem tal qualidade tentam fazê-lo, não somente se rebelam contra isto o instinto das demais nações, mas, além do mais, aqueles fracassarão também interiormente na tentativa [...] A vontade de impotência no interior, que os literatos prevêem, não é compatível com a ‘vontade de poder’ no mundo, que tão clamorosamente se reclama.*”⁵⁴



Adolphe Wagner

Mais à frente, Lukács acentua:

Esta posição de Max Weber demonstra uma repulsa categórica pelo “regime pessoal” dos Hohenzollern e do poder da burocracia, intimamente vinculado a ele. Max Weber sempre não só combateu politicamente esse regime, mas, em sua sociologia, também sempre pintou a sombria perspectiva que se abria diante do país. Dá voltas para mostrar que um regime como o alemão não significa, de modo algum, a “liberdade orgânica”, mas, ao contrário, a restrição burocrático-mecanizada de toda a liberdade individual. (Perspectiva que utilizava também, é verdade – seja dito entre parênteses –, para pôr em guarda contra o socialismo, ao qual considera como a mais acabada burocratização da vida.)⁵⁵

Em seguida, Lukács chama a atenção sobre a contradição desse democratismo de Weber que, embora considere que a inferioridade da política externa alemã não esteja no erro de algumas pessoas, mas no próprio sistema, e defenda a idéia de que somente um “poderoso parlamento e um regime democrático podem tornar possível uma seleção acertada dos dirigentes”, não deixava de manifestar idéias contrárias a tal postura, como aquela que afirmou, depois da guerra, ao general Ludendorff, segundo narrou sua mulher na obra biográfica que escreveu sobre o marido.

Na democracia, o povo elege seu líder, no qual deposita sua confiança. Depois do que, o eleito diz: “Agora bico calado e mãos à obra! Nem o povo nem os partidos têm mais o direito de nada lhe cobrar [...] Mais tarde, o povo emitirá seu julgamento, e se o *Führer* se equivocou, à força com ele!” Nada há de estranho que, ao escutar tais palavras, o general Ludendorff, segundo o mesmo testemunho, exclamasse: “Uma democracia assim conta com minha aprovação”. Como se vê, a democracia de Max Weber nada mais é do que um cesarismo bonapartista.⁵⁶

Até aqui, transcritas as opiniões críticas de Lukács, o que podemos inferir é que para ele Max Weber não vê a democracia no sentido de ser uma conquista para todo o povo, ou seja, que inclua no âmbito da liberdade, da igualdade e da fraternidade também o proletariado no sentido marxista. Como para Lukács essa democracia ampla só poderá ser conseguida pelo socialismo e sendo Weber um anti-socialista, seu democratismo nada mais é que um cesarismo bonapartista.

Já no que se refere à citação da provável conversa de Weber com Ludendorff – general prussiano que comandou o Estado-Maior alemão durante grande parte da Primeira Guerra Mundial, sendo visto como um mítico herói por grande parte do povo alemão – tem um sentido forçado que não enobrece a análise de Lukács. Não há dúvida de que o general Ludendorff era um reacionário prussiano declarado; que era um adversário feroz do socialismo e até mesmo da república democrático-burguesa alemã; que tenha se aliado a Hitler em 1923, participando da fracassada marcha de Munique, e que, embora tenha se afastado da atividade direta a partir daí, continuou a apoiar Hitler e o movimento nacional-socialista. Entretanto, representava o que Max Weber detestava profundamente, o militarismo *Junker*-prussiano, e não é de supor que tal conversa, citada fora do contexto mais amplo em que se deu, possa servir de argumento para sugerir que Weber estaria apoiando algo semelhante com o regime nazi-fascista que viria a ser im-

plantado mais tarde. Poderia muito bem se concluir que Weber estivesse defendendo, diante do general Ludendorff, monarquista radical e inimigo declarado da república, um regime parlamentar burguês como aquele que viria a ser proclamado na República de Weimar e que a frase “à força com ele”, ou seja, o *Führer*, não passasse de uma frase de efeito. E, também, o termo *Führer* não pode aqui ser tomado no sentido nazi-fascista que assumiu mais tarde: *Führer* em alemão quer dizer líder, guia, chefe, etc., e para Weber é o líder que surge em determinados tipos de sociedade de dominação carismática.⁵⁷

Ademais, embora não se cite a data da conversa, ela ocorreu antes de 1920, ano em que Weber morreu, e, nesse período, o general era apenas um radical e reacionário monarquista *Junker*-prussiano; seu apoio ao movimento nacional-socialista se deu em 1923, e mesmo nessa época o nacional-socialismo defendia apenas a derrubada da república democrático-burguesa e a volta ao império guilhermino. Recorde-se que foi somente depois de 1923, após a prisão de Hitler, que houve a transformação e o surgimento das teses nazistas prefiguradas no *Mein Kampf*, escrito exatamente na prisão por Hitler. Contudo,

seria interessante salientar que mais recentemente um outro marxista, discípulo de Lukács, tem a mesma opinião. Em uma obra de 1989, publicada mais recentemente entre nós, István Mészáros, entre tantas citações que faz da obra de Lukács em que se enfoca sua crítica à obra de Weber, transcreve em certo momento as mesmas passagens que mais atrás transcrevemos relativas à obra de Weber,⁵⁸ e, da mesma forma, a passagem mencionada por Lukács do seu encontro com o general Ludendorff, concluindo por dar apoio ao arremate de Lukács.⁵⁹



Werner Sombart

Entretanto, se tomarmos as críticas lukacsianas a Weber no que se refere às questões metodológicas e epistemológicas, podemos verificar que os juízos são ainda mais severos. E, neste sentido, aparecem muitos dos acertos de Lukács a respeito da obra de Max Weber. Desta maneira, em todo o item dedicado a Weber, no capítulo “A sociologia alemã do período imperialista”, ou seja, o

item IV: “A sociologia alemã do período guilhermino (Max Weber)”,⁶⁰ Lukács não deixa de submeter a obra weberiana a uma crítica metodológico-epistemológica demolidora. Assim, submete a um severo juízo a tentativa de Max Weber de analisar os aspectos não-econômicos do surgimento e desenvolvimento do capitalismo, especialmente as religiões, o Estado, o direito, etc., colocando-a como uma tentativa para desmentir o materialismo histórico que veio a fortalecer o reformismo e o revisionismo no interior da social-democracia.

E o mesmo acontece com Max Weber, que analisa a interdependência entre as formações econômicas e as religiões, rejeitando categoricamente a prioridade da economia: “Uma ética da economia não é, simplesmente, ‘função’ das formas da organização econômica, do mesmo modo que, ao contrário, não faz com que estas brotem univocamente dela [...] Por mais profundas que puderam ser, em casos concretos, as influências sociais, econômicas e politicamente condicionadas sobre uma ética religiosa, são as próprias fontes religiosas que primariamente impõem sua marca.”⁶¹

A seguir, continuando na mesma linha de análise, Lukács afirma:

Max Weber, partindo inicialmente da interdependência entre os motivos materiais e a ideologia, combate o materialismo histórico, o qual afirma, com argumentos cientificamente inadmissíveis, segundo ele, a prioridade do econômico. (Não se diz que também o materialismo histórico salienta, na realidade social concreta, um jogo de complicadas ações mútuas, no qual os fundamentos econômicos só se impõem, segundo as palavras de Engels, em última instância.) Contudo, esta estrutura da interdependência que tão bem retrata o moderno relativismo não se mantém de pé: nada mais é do que o prolegômeno polêmico contra o materialismo histórico. Os raciocínios de Max Weber estão sempre encaminhados para atribuir aos fenômenos ideológicos (religiosos), com força cada vez maior, um desenvolvimento “imaneante”, nascido de sua própria entranha, e esta tendência acaba se impondo sempre, de tal modo que tais fenômenos afirmam, por fim, sua prioridade sobre todo o processo.⁶²

Uma outra crítica metodológico-epistemológica a Weber colocada por Lukács refere-se exatamente à questão da autonomia da sociologia enquanto ciência, isto é, quanto ao objeto da análise sociológica científica. Inicia sua crítica da seguinte forma:

Na Alemanha, esse desenvolvimento assume um matiz especial, porquanto a sociologia se mostra muito propícia a recolher as concepções romântico-irracionalistas da história contidas na tradição de Ranke. E, de acordo com isto, vemos como a imperante teoria da ciência do kantismo manifesta cada vez mais a disposição para conceder à sociologia um lugar modesto e relegado, dentro do sistema das ciências. Nesse sentido, torna-se instrutivo comparar a crítica da sociologia de um Rickert com a que encontrávamos em Dilthey. Para Rickert não há qualquer contradição lógico-metodológica em considerar, num sentido “generalizador, os fenômenos sociais do ponto de vista da ciência natural”; esse tipo de sociologia é, portanto, segundo ele, perfeitamente possível, ainda que se deva colocar em dúvida, segundo suas palavras, “que esta ciência possa nos dizer como se desenvolveu realmente a vida da humanidade em seu curso individual e irrepetível”. Dito em outras palavras: há lugar para uma sociologia, mas essa não pode jamais suplantar a história.⁶³

Todavia, no que se refere ao método em sociologia, Lukács avança ainda mais sua crítica a Weber, procurando mostrar a relação de sua posição com aquele neokantismo imperante em todas as *Geisteswissenschaften* da época, diferentemente, por exemplo, dos termos com que Max Adler e os austromarxistas em geral enfrentaram a questão da disputa pelo método das ciências (*Methodenstreit*) com o grande pensamento burguês:

Esse fundamento político concreto da crítica sociológica da cultura mostra também em suas manifestações oposicionistas uma profunda afinidade com a filosofia mantida simultaneamente pelo período imperialista: com as formas específicas do neokantismo e com a filosofia da vida, que vai amadurecendo nos mesmos anos. Também em sociologia deparamo-nos com o formalismo extremo dessa metodologia, com um relativismo e um agnosticismo extremos no que diz respeito à teoria do conhecimento, que ao chegar aqui se

transformam numa mística irracionalista. A sociologia se comporta, segundo vimos, como uma ciência especial e até, precisamente, como ciência auxiliar da história. Contudo, seu formalismo destrói nela toda a possibilidade de uma explicação histórica real. Também a esse respeito decorrem paralelamente as trajetórias das diversas disciplinas, que se tornam cada vez mais formalistas; cada uma delas cria uma casuística formal imanente para ela mesma, o que faz com que passem umas às outras, mutuamente, seus problemas essenciais tanto no tocante ao conteúdo como os que se referem à origem dos fenômenos estudados.⁶⁴

E, mais à frente, Lukács prossegue:

O problema dos tipos converte-se, com Max Weber, no problema central da metodologia. Weber considera como fundamental entre as funções da sociologia o estabelecimento de “tipos ideais” puramente construídos. Somente partindo deles é possível, segundo ele, a análise sociológica. Mas essa análise não oferece

uma linha de desenvolvimento, mas simplesmente a justaposição de uma série de tipos ideais casuisticamente escolhidos e ordenados. O próprio curso da sociedade, concebido à maneira de Rickert em sua irrepetibilidade como algo não sujeito a leis, apresenta aqui um caráter incuravelmente irracionalista, ainda que se nos diga que, para a casuística racional dos tipos ideais, o irracional é o “perturbador” e o “desvio”.⁶⁵

Ao finalizar, pois, sua crítica à sociologia de Max Weber, Lukács arremata então:

[...] Não é difícil ver que Max Weber leva a carência de perspectivas do “ateísmo religioso” resolutamente para mais além do que Dilthey e do que o próprio Simmel. Com essa atitude, pode ser identificado diretamente com o niilismo dos pensadores existencialistas, como se identificará, de fato, ao chegar-se a Jaspers. Pelo que Max Weber só expulsa o irracionalismo da metodologia, da

análise dos fatos concretos, para introduzi-lo como a base filosófica de sua concepção do mundo, com uma decisão até então desconhecida na Alemanha. Por outra parte, essa eliminação do irracionalismo do campo da metodologia não é tampouco total, mas, ao contrário [...], não existe dúvida de que os raciocínios expostos mais acima marcam pela primeira vez, com traços reais, a transição do neokantismo imperialista para a irracionalista filosofia existencial. Por isso, não tem nada de estranho que Jaspers descubra em Max Weber um novo tipo de filósofo. Com que força expressa Max Weber, neste ponto, a tendência geral da intelectualidade alemã mais culta (e, no político, orientada para a esquerda) do período imperialista; a que ponto sua rigorosa cientificidade nada mais é do que um caminho para a definitiva instauração do irracionalismo na concepção do mundo; o quanto se encontravam indefesos, pois, os melhores intelectuais da Alemanha diante do assalto do irracionalismo demonstra – para dar somente um exemplo – a seguinte passagem de uma carta de Walther Rathenau: “Queremos chegar com a linguagem e as imagens do intelecto até as portas da eternidade; não para



Georg Simmel

derrubá-las, mas para acabar com o intelecto, ao realizá-lo.” Dessa atitude até o predomínio do irracionalismo já não existe mais que um passo: a resoluta renúncia a este “rodeio” através do intelecto e da cientificidade. Passo que não se fará esperar muito. No fundo, Spengler nada mais fará que construir, com seu estilo de diletante e sua aberta mitologia, o mesmo trajeto do relativismo extremo à mística irracionalista que Max Weber expõe à maneira de uma confissão, em sua passagem da ciência exata à concepção do mundo.⁶⁶

Feitas estas considerações, fecha-se o parêntese em torno da posição lukacsiana a respeito do anticapitalismo romântico do pensamento alemão e sua trajetória, através do irracionalismo imperialista, no sentido do irracionalismo nacional-socialista. Voltemos, pois, ao nosso problema da divisão no interior da Verein für Sozialpolitik, que reflete as duas posturas diferenciadas do pensamento anticapitalista romântico dos grandes intelectuais alemães.

Como vimos, a partir do que acima se expôs, seja na avaliação de Michael Löwy ou na análise de Lukács, no interior da Verein für Sozialpolitik agrupavam-se duas tendências: de uma parte, aquela representada pelos socialistas de cátedra, formada pelos membros mais velhos, como Brentano, Wagner, Schmoller e outros; de outra, a representada pelos mais novos pensadores incorporados à Verein, como Weber e Sombart.

Aqui, devemos considerar um elemento para melhor compreendermos a especificidade do pensamento desses dois intelectuais: suas posturas diante de Marx e do marxismo de extração social-democrata. Sombart, mais progressista que a maioria de seus coetâneos, manteria uma relação de diálogo muito estreito com a social-democracia e com o marxismo, agindo sempre como um crítico sério e respeitado diante das posições de seus interlocutores marxistas. Já vimos o aparecimento de seu nome no “Prefácio” ao livro III de *O capital* e também no derradeiro texto de Engels, publicado postumamente com o título de “Complemento e adição ao Livro III de *O capital*”, nos quais Engels procurava refutar as suas críticas, de forma elogiosa e respeitosa.

Também em outras oportunidades Sombart interviria em polêmicas com o pensamento marxista, não da forma angustiada e obcecada com que Max Weber debateria com o “fantasma de Marx”, mas de modo consistente e original, como, por exemplo, em sua instigante intervenção no debate sobre a “crise do marxismo”: por exemplo, através do texto das oito conferências sobre as relações entre socialismo e movimento social, publicadas mais tarde em livro.⁶⁷ Ou, então, em suas famosas palavras no artigo necrológico sobre Friedrich Engels, onde oferece, de forma breve, uma espécie de perfil de sua posição diante do marxismo:

Se me perguntarem sobre o significado do marxismo para o desenvolvimento social, parece-me indubitável que a figura de Engels ocupa o primeiro plano, já que talvez a influência pessoal que Engels exerceu efetivamente sobre o movimento operário foi maior e em todo caso mais imediata e tangível que a de Marx. Chegou-se a dizer que, como Marx foi o maior teórico, Engels foi o maior tático [*Taktiker*] do proletariado. Parece-me que esta é uma distinção muito clara entre dois aspectos que estiveram unidos nos dois amigos: recorde-se a direção de Marx na Internacional e na estruturação da orientação inaugural e dos estatutos, ambos saídos da pena de Marx e que são verdadeiras obras-primas da arte política [*taktischen Kunts*]. Contudo,

continua sendo certo que sobretudo a geração jovem teve maior oportunidade de considerar Engels como “*Taktiker*” e que em geral este último cuidou certamente mais desse aspecto. Nisso se viu favorecido pelo fato de ter sobrevivido a Marx doze anos, num período em que pela primeira vez o desenvolvimento internacional do socialismo havia conhecido propriamente seu começo. Mas antes de tudo foi determinante para a maior acentuação político-prática da atividade engelsiana a conhecida maneira com que Marx e Engels regularam sua divisão do trabalho.⁶⁸

Economista e sociólogo, Sombart seria autor de uma vasta obra, na qual, em sua grande parte, realiza análises que, não podendo ser consideradas marxistas, não deixam contudo de se relacionar diretamente com os fundamentos essenciais da teoria marxista.

No que diz respeito a Max Weber, o problema se torna mais complexo e até mesmo contraditório. Pode-se aceitar que sua primeira experiência no sentido de



Ferdinand Tönnies

colocar em xeque o apoio teórico à política *Junker*-prussiana veio inicialmente em função de sua vida familiar. De um lado, a militância política de seu pai, também Max Weber, se dera no plano da oposição liberal-burguesa à política bismarckiana, fracassada com a derrota burguesa na primeira Constituição de Weimar, em que a burguesia liberal acabou por sucumbir às pressões *Junker*-prussianas e terminou por comodamente aderir a elas, encerrando de forma melancólica a resistência liberal-burguesa ao domínio conservador e reacionário da nobreza latifundiária prussiana em torno da unificação da nação alemã. Porém, a frustração que sentiu com essa adesão liberal-burguesa à política bismarckiana, cujo reflexo podia ver na cômoda postura de Weber pai, não levou a princípio a que Max Weber tivesse uma posição burguesa democrática no que se refere ao seu enfrentamento com a visão *Junker*-prussiana.⁶⁹ Ao contrário, o que ele sentia era que tal política não seria capaz de colocar a nação alemã à altura de enfrentar o desafio que a nova conformação capitalista passava a exigir. Ou seja, a Alemanha não poderia responder ao desafio histórico de se transformar numa potência mundial capaz de lutar e vencer as demais potências capitalistas, especialmente França e Inglaterra, se não tivesse uma política externa agressiva e uma política interna forte e autoritária. Começavam a se configurar aquelas transformações que davam início à política do colonialismo e que, logo, seria a nova fase imperialista do capitalismo mundial. Assim, a reação de Weber à política *Junker*-prussiana caminhou no sentido de teorizar uma política alternativa que pudesse fundamentar o desenvolvimento capitalista da Alemanha de forma a colocá-la entre as grandes nações imperialistas mundiais.

Desta forma, a análise de Lukács a respeito de que a teoria da história de Weber situa-se no campo daquele pensamento alemão que forneceria os fundamentos para uma visão imperialista burguesa que nada devia àquela que vinha da

parte *Junker*-prussiana é correta e pertinente. Tese que, como citamos, é partilhada por Mészáros no trabalho igualmente mencionado.

Mas a “virada” de Weber tem como ponto de partida sua aproximação com a Verein für Sozialpolitik, a entidade que, como frisamos, reunia um grupo de expressivos pensadores. Aqui, da mesma forma, a influência familiar foi determinante para encaminhar Max Weber no sentido de aproximar-se de uma instituição como essa. De fato, foi depois de ter aderido a uma entidade similar, mas de caráter religioso, a Evangelisch-Soziale Verein – que se dedicava a estudar os problemas sociais e econômicos do ponto de vista da doutrina protestante –, por sugestão de sua mãe, Helene, foi que Weber acabou se aproximando da Verein für Sozialpolitik, uma entidade, ao contrário, laica, que tinha a mais alta respeitabilidade à época.⁷⁰

Aí pôde não só participar das discussões e polêmicas que estavam sendo travadas em meio a essa camada da intelectualidade alemã, mas desenvolver, de forma sistemática, os seus primeiros grandes trabalhos, cuja divulgação permitiria que deixasse de ser um jovem e rico estudioso e se transformasse num respeitado e importante intelectual alemão.

Seus estudos da economia *Junker*, empreendidos em princípios da década de 1890 por estímulo de uma sociedade reformista, e que incluía os “socialistas de cátedra”, foram as suas primeiras publicações econômicas. Firmaram sua reputação como perito em problemas agrários. Procurava ele descobrir as razões sociais e econômicas para o deslocamento da população alemã no Leste, pelos colonizadores russo-poloneses. Demonstrou que os interesses agrários e imobiliários do capitalismo *Junker* eram responsáveis pelo despovoamento do Leste alemão, área outrora densamente povoada pelos camponeses, e com muitas propriedades. Decompondo as estatísticas do censo oficial em pequenas unidades, Weber mostrou que forças irresistíveis de despovoamento se faziam sentir sempre que surgiam as grandes propriedades vinculadas. Ao mesmo tempo, os capitalistas agrários importavam trabalhadores temporários da Polônia, que, em virtude de seus baixos padrões de vida e da facilidade com que se deixavam explorar, acabaram afastando a população camponesa alemã. A compreensão desse processo colocou Weber em oposição política à classe dominante da Prússia e com isso em oposição à classe que, em virtude de uma disposição constitucional de fachada da Prússia, dominava o resto da Alemanha. Sua oposição a esses senhores de terra baseava-se na convicção de que seus interesses contrariavam os interesses nacionais.⁷¹

Assim podemos ver de que modo Weber tomava conhecimento dessa dura situação agrária a Leste do Elba, região que mereceria, como vimos, a atenção especial dos pensadores da social-democracia envolvidos no grande debate da *Agrarfrage*, região sem dúvida alguma das mais atrasadas e que, no campo das relações econômico-sociais, refletia sem dúvida alguma aquela realidade *Junker*-prussiana que tão singularmente marcava o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. Dessa forma, não fora gratuitamente que Engels a ela já dedicara algumas análises:

Se temos do nosso lado os trabalhadores do Leste do Elba, um novo vento soprará sobre a Alemanha. A semi-servidão em que os operários agrícolas do Leste do Elba são de fato mantidos é a base principal em que se assenta a dominação dos *Junker* na Prússia e, portanto, a base do específico predomínio prussiano na Alemanha. De fato, os *Junker* do Leste do Elba estão cada vez

mais submetidos ao empobrecimento, ao endividamento e ao parasitismo à custa do Estado e dos particulares e, justamente por isso, aferram-se cada vez mais ao seu domínio; eles criaram e conservaram o específico caráter prussiano da burocracia e do corpo de oficiais do exército, cuja altivez, sordidez e arrogância tornaram o Reich alemão da nação prussiana – mesmo levando-se em conta sua precária inevitabilidade como única forma atualmente possível de unidade nacional – tão odiado no interior como pouco respeitado no exterior, não obstante suas brilhantes vitórias.⁷²

Com as palavras de Engels estamos no terreno da realidade que mais acima vimos com certa freqüência, da especificidade da situação *Junker*-prussiana na unificação da Alemanha e, da mesma forma, daquela situação que Max Weber levantara em seus estudos antes mencionados que, de acordo com os autores citados (e não somente eles), o levariam a iniciar a ruptura com seu passado “nacional-liberal” para se integrar na luta burguesa contrária à dominação *Junker*-prussiana na nação alemã.



Max Weber

Percebe, pois, que o debate sobre a *Agrarfrage* que se instalara no seio do SPD e do pensamento marxista também atingira essa camada da nova inteligência alemã que buscava encontrar explicações para uma melhor interpretação de sua sociedade e, do mesmo modo, romper com a visão *Junker*-prussiana dominante que representava exatamente a atrasada visão ideológica que essa realidade agrária impunha.

Mas, quanto a Weber, é preciso ainda destacar sua importância e participação no segundo problema dos debates da “crise do marxismo” aqui apontado, a questão dos intelectuais. Sobretudo diz respeito à revista dirigida por ele, Edgar Jaffé e Sombart, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, que, de acordo com Hobsbawm, tornou-se de fato a primeira revista de intelectuais burgueses alemães a publicar seriamente artigos sobre marxismo e social-democracia, inclusive inserindo trabalhos de autores vinculados ao SPD, como era o caso de Conrad Schmidt: “A esse propósito, podemos observar que na revista de Max Weber – *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* – foram publicados somente quatro artigos sobre o tema entre 1900 e 1904, mas entre 1905 e 1908 o assunto mereceu quinze artigos.”⁷³

Nesse sentido, seria interessante destacar que se sugeriu uma estranha, senão curiosa, indicação a respeito de possíveis simpatias de Max Weber pelo “sindicalismo revolucionário” e até mesmo pela social-democracia, que poderia explicar de alguma maneira essa direção tanto do próprio Weber como de sua revista e de seus companheiros:

Sem esta dimensão anticapitalista – que seguramente não é senão um aspecto de um sistema teórico complexo, matizado e às vezes contraditório – é difícil compreender alguns fenômenos como a simpatia de Weber pelos sindicatos operários: “Eles são os únicos no interior do Partido Social-Democrata que [...] não se rebaixaram, e que mantiveram o idealismo em face da mediocridade do Partido [...] O único refúgio do trabalho idealista no seio

do Partido Social-Democrata são e serão, em nossas condições alemãs, os sindicatos” [...] Segundo Eduard Baumgarten, para Weber os sindicatos constituem precisamente um contrapeso ao aburguesamento e à burocratização do Partido, ponto de vista que aproxima o eminente sociólogo de Heidelberg de seu discípulo “sindicalista revolucionário” Robert Michels. O próprio Michels sublinha em outro lugar o interesse de Weber por suas idéias e a abertura das páginas do *Archiv für Sozialwissenschaften* para a corrente sindicalista, com a publicação de artigos de Hubert Lagardelle, Arturo Labriola, Enrico Leone, etc. Enfim, segundo o testemunho sempre revelador e penetrante de Paul Honigsheim, a *Weltanschauung* de Weber transporta-o para “a vizinhança dos anarquistas e, sobretudo, dos sindicalistas bergsonianos”. É somente dentro desse contexto que se pode compreender o comentário surpreendente que fez Lukács a seus amigos de Heidelberg: “Max Weber é o homem que poderá arrancar o socialismo do miserável relativismo produzido pela ação de Frank [um dirigente social-democrata revisionista e direitista] e seus asseclas” – juízo errado de ponta a ponta, mas fundado sobre ilusões inexplicáveis se não se toma em consideração a dimensão anticapitalista *sui generis* do pensamento de Weber.⁷⁴

Da mesma forma, pode-se ler algo semelhante em outros analistas da vida e obra de Max Weber, quando se afirma:

Sua mulher declarou que a simpatia de Weber pela luta do proletariado em favor de uma existência humana e digna vinha sendo, há décadas, tão grande que ele freqüentemente examinava a possibilidade de ingressar em suas fileiras como membro do partido – chegando sempre, porém, à conclusão negativa. Seu raciocínio, segundo ainda sua mulher, “era de que só poderia ser um socialista honesto, tal como um cristão, se estivesse pronto a participar do modo de vida dos pobres e, de qualquer modo, só se estivesse pronto a abrir mão de uma existência culta baseada no trabalho deles. Devido à sua enfermidade, isso era impossível para Weber. Sua erudição dependia, simplesmente, de uma renda do capital. Além disso, ele continuava sendo, pessoalmente, ‘individualista’.”⁷⁵

Weber resolveu assumir a direção do periódico *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik* em 1903⁷⁶ e, segundo os mesmos Hans Gerth e Wright Mills, na apresentação que citamos, “propôs, sistematicamente, dedicar atenção às questões suscitadas pelos marxistas”.⁷⁷ O que explicaria certamente a inserção dos textos sobre o marxismo e a social-democracia publicados em sua revista. E há um outro fato que na verdade não é mera coincidência: as análises do inovador e pioneiro texto de Max Adler, *Causalidade e teleologia*, publicado no volume 1 dos *Marx-Studien*, discutindo as premissas levantadas por Gustav Stammler em sua grande obra *Wirtschaft und Recht nach der materialistischen Geschichtsauffassung* (Economia e direito na concepção materialista da história), de 1895, feitas por Conrad Schmidt, remetiam também à problemática discutida pelo próprio Weber em seu ensaio sobre “A ‘objetividade’ cognoscitiva das ciências sociais e da política social”,⁷⁸ e essa foi exatamente a identidade que Conrad Schmidt apontou na sua resenha sobre o ensaio de Adler, exatamente na revista dirigida por Weber. De fato, toda essa problemática estava diretamente vinculada à *Methodenstreit* que marcou a discussão da época entre os mais importantes e salientes expoentes do pensamento alemão e também austríaco, fossem “burgueses” ou marxistas.

Entretanto, se a abertura desses intelectuais mais arejados permite a conclusão de que se quebrava o afastamento da inteligência oficial alemã diante do marxismo e da social-democracia, em seu interior desenrolavam-se ainda os debates em torno das teses bernsteinianas da “revisão do marxismo”. Nos anos anteriores à eclosão do *Bernstein-Debatte* a discussão a respeito da questão dos intelectuais fora dominada pela figura e pelas teses de Franz Mehring. Em 1903, no Congresso de Dresden, a questão voltou a se apresentar com toda a força. Instauradas as discussões, setores identificados com as posições bernsteinianas questionaram a validade da posição mehringuiana e surgiam as teorias que apontavam no sentido de se buscar uma nova posição do SPD diante da questão da inteligência.

Renovando seus ataques ao materialismo histórico, sobretudo expostos em sua obra sobre *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, Bernstein escrevera em 1902:

Por mais que acreditemos que somos vigorosos materialistas, poderemos nos dar conta com um rigoroso exame que raciocinamos como qualquer idealista,

apenas afastamos os olhos da vida cotidiana sem incidentes, para voltá-los para os problemas mais profundos da vida. Então nos deparamos sempre com pontos que nada têm a ver com os fatos perceptíveis pelos sentidos ou capazes de ser demonstrados, a não ser com argumentações de nossa razão, como “idéias” sob as quais supomos que existe uma realidade mais ou menos provável, mas que não pode ser demonstrada. Todo materialista, numa palavra, só está condicionado e aproxima-se mais do modo de pensar espiritualista que o nega e não daquele que o reconhece [...] Kant, o idealista transcendental, era de fato um realista muito mais rigoroso do que o chamado materialista físico.⁷⁹



Friedrich Engels

Leonardo Paggi, teve o mérito de ser, com a “introdução do momento ético, do reino dos fins”, “o meio para se chegar a uma consideração da autonomia da esfera ideológica e para forçar a redução kautskiana do plano em que se desenvolve a luta política de massa no movimento das forças materiais”.⁸⁰

Se o momento ético poderia provocar a autonomia da esfera ideológica, abrindo-se mão da necessidade intrínseca da ação política e organizada do movimento social (social-democracia), possibilitando ao pensamento (marxismo) um desenvolvimento que se desenrolaria nos níveis específicos das ciências e, mais que isto, concedendo que necessariamente também o desenvolvimento da social-democracia, enquanto partido do proletariado, poderia até mesmo acontecer independentemente do marxismo, já que o desenvolvimento e a organização da classe operária poderiam se dar corporativamente (Bernstein reafirmava suas críticas quanto ao que acontecera e acontecia na Inglaterra), desmentindo as previsões e afirmações dos fundadores, as teses mehringuianas estariam dessa maneira perdidas, pois uma ciência e uma arte do proletariado, exclusivas, não poderiam se dar, já

que esses não eram níveis de pensamento a que estariam sujeitos em sua ação exclusiva enquanto classe organizada para lutar por seus interesses específicos e corporativos. Estava claro que as teses revisionistas, sobretudo colocadas por Bernstein e Schmidt, abalavam a unidade defendida por Kautsky entre teoria e partido, entre doutrina e movimento. Dessa forma,

no dia seguinte ao término do Congresso de Dresden, numa defesa-reabilitação de Mehring (duramente atacado nos debates do congresso, que exumara sua antiga polêmica contra o partido), Kautsky tomava como ponto de partida a reevocação daquelas que haviam sido as vicissitudes nas relações entre os intelectuais e o partido, entre o marxismo e a cultura liberal durante a segunda metade dos anos sessenta do século passado, para defender com firmeza aquilo que, em sua opinião, constituía um dos principais resultados alcançados na luta contra o revisionismo. As equivocadas posições defendidas então por Mehring deviam ser atribuídas a um clima de confusão e de mistura, ao qual tinha definitivamente colocado fim a polêmica de Engels contra Dühring, “que abrisse uma nova era para o marxismo”. Desde então, o marxismo reunificara estritamente sua dupla natureza de ciência e de doutrina de partido, aparecendo assim como um órgão dotado de um desenvolvimento autônomo e auto-suficiente. Ao definir a velha tese lassalliana de uma aliança entre ciência e operários como contrária à teoria marxista dos antagonismos de classe, Kautsky reforçava sua condenação a muitas das instâncias apresentadas no debate dos anos anteriores: “Uma ciência que pretenda contribuir para a emancipação do proletariado não poderá ser desenvolvida a não ser pelo próprio proletariado”.⁸¹

Aqui estavam as novas articulações teóricas de Kautsky visando reafirmar sua ortodoxia diante das teses revisionistas, oferecendo uma

interpretação da autonomia do marxismo, conseguida com pouco esforço mediante a teorização da indiferença e da hostilidade para com qualquer possível processo de desenvolvimento colateral da cultura contemporânea, essa frontal oposição entre o partido da classe operária e os intelectuais, enquanto expressão e porta-vozes de novas formas de consciência e elaboradores e especialistas da ideologia, não era nada mais que um aspecto, embora essencial, do novo conceito de ortodoxia colocado à prova por Kautsky.⁸²

Entretanto, na medida em que na defesa-reabilitação de Mehring Kautsky sacrificava suas posições, afirmando que Mehring havia cometido erros provocados pelo “clima de confusão e mistura” da época, de certa maneira entrava num beco sem saída para suas teses sobre a ciência unicamente desenvolvida pelo proletariado. De fato, se as teses de Mehring, calcadas no “espírito de 1848”, em que a aliança entre a inteligência e o “povo oprimido” pudera não somente promover, mas revolucionar toda a ciência, a arte, enfim, o saber – e aqui a rejeição kautskiana partia da sugestão de que essa tese mehringuiana fora herdada de Lassalle e não dos fundadores – não podiam ser adotadas em bloco pelo SPD, já que sugeriam que o proletariado, depois da “decadência burguesa” pós-1848, não tivera um desenvolvimento capaz de suprir essa ausência da intelectualidade burguesa revolucionária. Para Kautsky se dera exatamente o contrário, ou seja, o proletariado, enquanto classe, experimentara um desenvolvimento espetacular e indubitá-

vel e devia elaborar a sua ciência. Mas quem poderia elaborar e formalizar a ciência do proletariado?

Diante desta indagação, Kautsky deveria encontrar um meio de explicar como tal ciência do proletariado deveria ser criada. De outra parte, se a partir do *Anti-Dühring* de Engels estava explicitado que o marxismo era um bloco de teoria e ação, evidentemente que para Kautsky essa ciência devia ser criada pelo partido, ou seja, pelos quadros partidários mais capazes. E, como vimos atrás, esses quadros eram conseguidos com a adesão de membros da inteligência burguesa ou pequeno-burguesa, que, proletarizados, passavam para o campo do proletariado. Dessa forma, como destacamos, em seu célebre e emblemático ensaio de 1894, publicado na *Die Neue Zeit*, Kautsky já deixava a pista de sua posição:

Neste caso não se trata da questão de se a social-democracia deve considerar favoravelmente a presença de membros da inteligência em suas próprias fileiras. Trata-se de uma questão já esclarecida pelo *Manifesto* e pelo próprio

fato de que os fundadores da social-democracia, um Marx, um Engels, um Lassalle pertenciam à inteligência. Para a social-democracia é bem-vindo qualquer um que aceite seus princípios e colabore em sua luta de emancipação, qualquer que seja a classe da qual venha. A concepção de que a causa dos trabalhadores assalariados só pode ser representada pelos trabalhadores assalariados é característica dos setores mais atrasados do proletariado, encerrados ainda num ponto de vista corporativista [...]⁸³



Karl Kautsky

Por sua vez, também é preciso ver uma outra afirmação de Kautsky a respeito de que desde o *Anti-Dühring* de Engels, isto é, desde “a polêmica de Engels contra Dühring”, a questão da relação do marxismo com a grande ciência burguesa estava definida. Ou seja, Kautsky quer se referir certamente à questão central da obra engelsiana das “três fontes do marxismo”, salientada especialmente no capítulo “Do socialismo utópico ao socialismo científico”

do seu livro, celebrado e consagrado como um texto à parte, publicado em folheto, que se tornou extremamente popular como forma de divulgação do marxismo. Aliás, a essa mesma questão Karl Kautsky se dedicará mais tarde, em 1908, redigindo um texto precisamente relacionado ao tema, por ocasião do 25º aniversário da morte de Marx, que é ilustrativo para apontar sua postura a respeito da questão das ciências e o marxismo.⁸⁴

O *Anti-Dühring* foi para Kautsky a primeira leitura apaixonada e comprometida através da qual tomou contato com o pensamento de Marx e Engels. O “shock” que a obra engelsiana, publicada, como sabe, em fascículos no *Vorwärts* de 1877 a 1878, exerceu sobre ele foi notável, como notável havia sido para muitos contemporâneos simpatizantes da social-democracia. Tanto mais que a autoridade de Dühring e a influência de seu pensamento não deixaram de influir sobre ele. Pela primeira vez percebia a distância que havia entre o materialismo histórico e a cultura e as orientações que vinha formando com seu apaixonado estudo de autodidata. Pode-se dizer que os anos de sua vida que vão de 1880 a 1883 se caracterizavam por um trabalho

processo de aprofundamento desta separação e por uma aproximação gradual da nova concepção da realidade, que a leitura do *Anti-Dühring* lhe abrisse.⁸⁵

E aqui estamos no terreno da questão fundamental da formação do que os analistas mais modernos viriam a denominar de “o marxismo de Kautsky”:⁸⁶ de um lado, as leituras não-sistemáticas e autodidatas, especialmente de cunho darwinista; do outro, a formação marxista conseguida sobretudo a partir dos textos apressados e extremamente orientados para uma polêmica travada a nível popular, de divulgação, mais política que científica, pelo velho Engels contra certas correntes de “literatos” e “professores” que buscavam se infiltrar no interior da social-democracia, trazendo de contrabando as suas distorções teóricas e metodológicas de caráter idealista.

Embora não seja o lugar para aprofundar a questão do “marxismo de Kautsky”, podemos apontar, graças a tais indicações, duas grandes lacunas que marcaram essencialmente esse “marxismo”, ou seja, a pouca familiaridade com exatamente os fundamentos de duas “fontes” do marxismo: a economia política e a filosofia clássica alemã.⁸⁷ Familiaridade não no sentido de não ter um gigantesco e erudito conhecimento das mesmas: este, Kautsky tinha e não se pode negá-lo. Mas no sentido de não estar preparado teoricamente para desvendar e apreender os emaranhados metodológicos e epistemológicos existentes nessas “fontes”. O que, todavia, não impediu que tivesse sido sem dúvida alguma “o homem em que, mais do que em qualquer outro, parece refletir a vida, o desenvolvimento e a falência da social-democracia alemã no período da II Internacional”, ou seja, mais do que ninguém, “a alma da social-democracia alemã”.

Mas voltemos à indagação anterior: quem produziria a ciência e a arte do proletariado? Para chegarmos à resposta que Kautsky formalizou, devemos tentar estabelecer um breve e esquemático resumo do que até aqui se pôde ver do sentido tomado pela discussão do tema no interior do SPD.

Primeiramente, o tom pessimista da postura mehringiana da “decadência da cultura burguesa pós-1848” levava, de fato, a social-democracia a um beco sem saída. A grande visão de mundo da cultura burguesa fora conseguida a partir da união entre a inteligência burguesa revolucionária e o “povo oprimido”. Nesse sentido, os grandes movimentos revolucionários burgueses que levaram à grande Revolução Francesa, depois o heróico momento jacobino, haviam sido antecedentes que permitiram chegar aos movimentos revolucionários de 1848 e tiveram como embasamento uma formulação filosófica forjada pelos grandes pensadores burgueses desde os iluministas, passando pelos jacobinos e outros, até chegar aos próprios Marx e Engels (incluindo-se aqui todos os que estiveram envolvidos nas grandes lutas revolucionárias que antecederam e levaram aos levantes de 1848), que deram assim ao “povo oprimido” os elementos teóricos e científicos de que precisava para desenvolver sua ação política revolucionária.

A derrota de 1848 havia colocado uma separação nesse bloco histórico, situando de um lado o pensamento burguês e do outro o “povo oprimido”. Assumindo o poder, a burguesia se aliara a setores conservadores e até reacionários, remanescentes do feudalismo nobiliárquico (aqui colocam-se os diversos movimentos de restauração), para estabelecer um novo bloco histórico que se incumbiria de hegemonizar o desenvolvimento da nova sociedade burguesa que estava se consolidando. Daí que, para Mehring, a perda dessa identidade, com a traição da

burguesia, ou melhor dizendo daquela parte da burguesia que exatamente se remetia ao nível da inteligência e do pensamento, provocava um vazio que só poderia ser preenchido na medida em que os líderes e os pensadores vinculados à social-democracia resgatassem essa generosa visão de mundo e retomassem o bloco histórico entre inteligência e “povo oprimido” para configurar uma nova visão de mundo capaz de levar à revolução.

Ora, se os pensadores burgueses eram agora simplesmente porta-vozes ideológicos da burguesia, contra os desígnios históricos do “povo oprimido”, essa grande e generosa visão de mundo já não podia embasar os novos tempos revolucionários, e a cultura, a ciência e a arte que apareciam agora eram profundamente reacionárias e contra os interesses da classe proletária. E aqui Mehring, tomando o mesmo caminho de Engels, subvalorizava a importância de Fichte, de Hegel e de Kant como pensadores burgueses que, de uma maneira ou de outra, pertencem à grande tradição do pensamento revolucionário burguês.

No entender de Lukács, Korsch e seus adeptos, o marxismo era de fato – como aliás Engels afirmara em seu influente ensaio sobre Ludwig Feuerbach em 1888 – o herdeiro da filosofia clássica alemã. E, bem por isso, os marxistas tinham a obrigação de não reincidir num pensamento pré-crítico – isto é, pré-kantiano. Desde que Engels tinha, aqui e ali, sucumbido a essa tentação, Lukács – seguro de que em Heidelberg, nos anos anteriores à guerra, assimilara totalmente o significado da filosofia de Kant e Hegel [...] pôs em dúvida o entendimento que Engels tivera de Kant e de Hegel, como ainda foi a ponto de descrever o materialismo dos iluministas como “a forma ideológica da revolução burguesa”.⁸⁸

A posição reformista, com Bernstein à frente, corretamente havia detectado essa redução do pensamento marxiano a uma herança positivista calcada no materialismo iluminista e não na filosofia clássica alemã. Daí que, reagindo à tentativa de relacionar o marxismo com a agora influente posição epistemológica dominante nas *Naturwissenschaften*, exatamente espelhando as mesmas reações manifestadas pelos filósofos e cientistas sociais não-marxistas envolvidos na grande *Methodenstreit*, os revisionistas, não dominando com profundidade a riqueza das implicações metodológicas e epistemológicas que a teoria de Marx apontava, não poderiam deixar de se encaminhar, como os não-marxistas, para uma *Zurück auf Kant*, uma volta a Kant.

Mas essa era uma postura que, ao considerar o “momento ético”, ao relacionar ciência e vida, ao estabelecer a questão dos valores para as ciências, fazia com que os marxistas neokantianos apenas reduzissem o marxismo a uma forma de interpretação do mundo *desrevolucionada* e não o tomassem como uma teoria científica capaz de transformar o mundo, como fora ensinado por Marx na XI tese sobre Feuerbach.⁸⁹

A identificação do conceito de ciência próprio do marxismo com aquele, definitivamente, correspondente às ciências naturais, que leva Bernstein, em primeiro lugar, a considerar que o desenvolvimento dos fatos era uma base suficiente para propor uma revisão da teoria, o induz em seguida a transferir para o marxismo a oposição entre o mundo da matéria e o das idéias. Ou seja, a pensar que a valorização justa do papel das ideologias abre uma contradição de termos no interior do próprio conceito de socialismo científico, sendo o conceito de ciência sujeito a aplicação

somente ao mundos dos fenômenos físicos. Não se trata, pois, de incorporar Kant ao *corpus* teórico marx-engelsiano, tendendo para uma forma de sincretismo filosófico, existente também em outros setores do movimento revisionista. A introdução do momento ético, do reino dos fins, é o meio para se chegar a uma consideração da autonomia da esfera ideológica e para forçar a redução kautiskiana do plano em que se desenvolve a luta política de massa ao movimento das forças materiais.⁹⁰

Ora, Kautsky se dava conta perfeitamente desse caminho proposto pelos revisionistas neokantianos e contra ele reagia. Entretanto, apoiado em sua visão de um marxismo naturalista e organicista, não entendia a complexidade da questão proposta por Bernstein e revisionistas como Schmidt, como também não podia refutar as críticas colocadas ao marxismo por pensadores como Sombart, Weber e tantos outros que, no campo da ciência burguesa, estavam empreendendo céleres essa volta a Kant. Propunha, como mostramos, influenciado pelas leituras apressadas de Engels e suas teses sobre “as três fontes constitutivas do marxismo”, por suas leituras de tipo darwinistas e positivistas, uma saída reducionista do marxismo em que havia uma unidade indissolúvel entre ciência e política, entre marxismo e social-democracia, cuja produção intelectual, científica e artística, decorreria exatamente desse bloco formado por partido e movimento, tendo como fundamento o objetivo final (*Endziel*): o socialismo. Dessa forma, a ciência chegaria ao movimento organizado, à classe operária, trazida de fora pelos intelectuais arruinados e proletarizados, que deixavam de ser meros porta-vozes ideológicos da burguesia e se transformavam em defensores dos interesses do proletariado:

Contudo, essa interpretação da autonomia do marxismo, conseguida com pouco esforço mediante a teorização da indiferença e da hostilidade para com qualquer possível processo de desenvolvimento colateral da cultura contemporânea, essa frontal oposição entre o partido da classe operária e os intelectuais, enquanto expressão e porta-vozes de novas formas de consciência e elaboradores e especialistas da ideologia, não era ainda mais que um aspecto, embora essencial, do novo conceito de ortodoxia colocado à prova por Kautsky. O objetivo de toda a sua [de Kautsky] batalha contra o revisionismo fora de preservar uma concepção de programa entendido como um conjunto de reivindicações políticas determinadas, destinadas a estabelecer a iniciativa do partido em fases específicas de luta, na medida em que podiam ser modificadas uma ou mais vezes, mas como um bloco indissolúvel de teoria e política, dentro do qual os termos perdiam seus respectivos campos de autonomia e o marxismo se convertia em ideologia finalista do proletariado. “Teoria e prática encontram-se ligadas numa ação recíproca interna e não se pode modificar uma delas sem que se seja também obrigado a modificar a outra”; essa era a convicção que servia de base à concepção kautskiana do programa, definido como “uma espécie de catecismo da social-democracia”.⁹¹

A grande diferença instituída por Max Adler nesse debate consistia pois em rejeitar as grosseiras teses neokantianas dos revisionistas e também aquelas mais sofisticadas dos neokantianos não-marxistas, como da mesma forma não aceitava as posições reducionistas kautskianas entre ciência e política, entre teoria e movimento. Para Adler, a ciência tem um estatuto e um nível especial que deve ser considerado próprio daqueles que têm formação e condição para exercê-la. A distinção entre *Geisteswissenschaften* e *Naturwissenschaften*, colocada como fora

pelos defensores da “filosofia da vida”, do “momento ético” e dos “valores”, que seriam implícitos às *Geisteswissenschaften*, não podia ser levada em conta na medida em que esses pensadores misturavam dois tipos diferentes de considerações em relação ao objeto de cada um desses tipos de ciências, explicitando que tais condições só eram válidas para as ciências do espírito. Ora, aí estava para Adler a grande questão proposta por Stammler, entre causalidade e teleologia:

Para compreender qual é a dinâmica interna das posições de Max Adler [...] e para avaliar os resultados a que chega na interpretação de Marx é indispensável, porém, aprofundar o entrelaçamento entre as temáticas da discussão sobre o método das ciências sociais e as temáticas que operam na “revisão”. Quando Bernstein dizia que “a própria existência da vontade humana exclui a possibilidade de prefigurar-se cientificamente o desenvolvimento histórico, seguindo-se proposições gerais”, para Adler não fazia mais que tornar a pôr em discussão no interior do marxismo a conclusão a que chegara a discussão das *Geisteswissenschaften*: ou seja, o abandono, como dogma acrítico, da hipótese da unidade da ciência e a oposição entre as chamadas ciências do espírito e as ciências da natureza; as primeiras dominadas pelo conceito de valor e de teleologia, as segundas pelo conceito de lei e de causalidade. Nessa divisão Adler encontra a negação da possibilidade de um conhecimento científico e racional da história, que encontrou em Marx o seu ponto máximo de realização. Daqui não se pode deixar de derivar a desvalorização e o desinteresse pela própria perspectiva do socialismo e uma visão restritiva do movimento operário como organização de interesses corporativos e parciais incapazes de abrir uma nova perspectiva de desenvolvimento para a sociedade em seu conjunto.⁹²

Dessa forma ficava clara a afirmativa de Otto Bauer, ao esclarecer o “kantismo de Adler”:

o kantismo não havia significado para Max Adler uma aceitação da crítica “burguesa de Marx”, mas, ao contrário, era o instrumento essencial para “derrotá-la em seu próprio campo, no campo da teoria gnosiológica kantiana”; se unira ao kantismo “não para vinculá-lo ecleticamente ao marxismo, como faziam os revisionistas, mas para defender a ciência social de Marx de todos os contrabandos revisionistas exatamente com os meios da crítica gnosiológica de Kant”.⁹³

A partir dessas inovadoras e pioneiras posições, Adler desenvolverá suas análises, nas quais, como afirma Leonardo Paggi, “se Bernstein é o interlocutor político, Wildenband, Rickert e Stammler são os interlocutores teóricos”. Assim, concluirá: “1) a confirmação da unicidade do método de explicação científica a partir de um nível de abstração que se baseia, como veremos, imediatamente, no método transcendental; 2) a afirmação de que a análise científica que tende, por sua natureza, a estabelecer leis não elimina de modo algum a consideração do mundo histórico-social”.⁹⁴

Partindo da consideração da VII tese sobre Feurbach, de Marx, de que “toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que arrastam a teoria para o misticismo têm solução na práxis humana e na compreensão desta práxis”, Adler poderá concluir que desaparecem, pois, as posições contrárias desenvolvidas pelos protagonistas da *Methodenstreit*:

Considerar a relação de um homem com outro homem mediatizada pela relação comum com a natureza significa delinear um conceito de sociedade que precede logicamente todas as diferenciações seguintes entre a natureza e a história, entre conhecer e fazer, entre o individual e o geral. Do mesmo modo que já não é possível falar de uma experiência meramente natural, genérica, do homem que não seja mediatizada pelas relações que estabelece na atividade de trabalho, retira-se todo o fundamento à consideração do indivíduo humano abstrato.⁹⁵

Conforme afirma Leonardo Paggi, para “acompanhar a elaboração filosófica de Adler em toda a multiplicidade de suas especificações seria necessário um estudo especial”, que evidentemente nem ele mesmo tentou em seu ensaio, como obviamente não se tentará aqui. O importante é salientar que Max Adler colocava aspectos fundamentais que ficaram “sepultados por muito tempo pelo simplismo da interpretação ‘ortodoxa’”, aguardando por longo tempo novas considerações que levassem “ao aprofundamento da relação entre marxismo e filosofia”, e que aquilo que “nos anos recentes constituiu a razão essencial do renovado êxito de autores como Lukács e Korsch, era vivamente tentado por Adler nos primeiros anos do século, no momento de maior consolidação do marxismo da Segunda Internacional”.⁹⁶

Mas, aqui, nos encontramos diante de outra problemática que, por razões óbvias, não será tratada neste trabalho.

NOTAS

¹ O debate em torno da teoria do colapso (*Zusammenbruchstheorie*) e da teoria das crises do capitalismo foi um dos temas centrais do *Bernstein-Debatte*. Diretamente provocadas pelas teses bernsteinianas – se considerarmos como exceções os ensaios de Heinrich Cunow, Conrad Schmidt e outros de menor expressão, publicados especialmente na grande revista teórica do SPD, *Die Neue Zeit* – podemos salientar que as respostas mais importantes e contundentes a elas no seio do movimento social-democrata alemão foram o livro de Karl Kautsky, *Bernstein e o programa da social-democracia* (1899), conhecido como *Anti-Bernstein*, numa infeliz alusão ao *Anti-Dühring*, de Engels, e as duas séries de artigos de Rosa Luxemburg – que mais tarde, em 1899, foram editadas em livro: *Reforma social ou revolução?* – publicadas no mesmo ano do aparecimento da emblemática obra de Bernstein. Por sua vez, podemos afirmar que no leito desse debate grandes obras de teoria econômica marxista foram elaboradas precisamente para discutir e tentar oferecer respostas mais adequadas às problemáticas que estavam em debate. Assim, temos: Rudolf Hilferding, *Das Finanzkapital* (1910) [*O capital financeiro* (São Paulo: Nova Cultural, 1985)]; Rosa Luxemburg, *Die Akkumulation des Kapitals: Ein Beitrag zur ökonomischen des Imperialismus* (1912) [*A acumulação do capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo* (São Paulo: Nova Cultural, 1985)]. Mais modernamente, temos três obras da mesma dimensão: Henryk Grossmann, *Das Akkumulation-und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems* (1929) [*A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista*, da qual não existe edição brasileira]; Paul M. Sweezy, *The Theory of Capitalist Development. Principles of Marxian Economy* (1943) [*Teoria do desenvolvimento capitalista* (5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982)]; Ernest Mandel, *Der Spätkapitalismus: Versuch einer marxistischen Erklärung* (1972) [*O capitalismo tardio* (São Paulo: Abril Cultural, 1982)]. Uma interessante análise crítico-retrospectiva pode ser encontrada em Roman Rosdolsky, “La polémica em torno a los esquemas de la reproducción de Marx”, em *Génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)* (Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, 1983), pp. 491-554. Para se ter uma idéia geral sobre a polémica a respeito da teoria do colapso, ver Lucio Colletti (Org.), *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo* (2ª edição. Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, 1983), no qual estão reunidos textos de Marx até Grossmann.

² A série de artigos sobre os “Problemas do socialismo”, que eu saiba, nunca foi editada entre nós. Para uma consulta aos textos dos artigos, ver “Problemas del socialismo”, em Eduard Bernstein, *Las premisas del*

socialismo y las tareas de la socialdemocracia (Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, 1982), pp. 3-92. Especificamente sobre o livro de Bernstein é preciso um esclarecimento: a edição integral do mesmo não existe entre nós. De fato, há uma edição brasileira – *Socialismo evolucionário* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964) – feita a partir da edição norte-americana de 1961, que, por sua vez, foi calcada na edição inglesa de 1909, prefaciada especialmente pelo próprio Bernstein. Nessa edição inglesa foi retirado o capítulo II “O marxismo e a dialética hegeliana”, de forma que também a edição brasileira não contém tal capítulo. Contudo, no decorrer das sucessivas edições alemãs do livro, o autor retirava trechos, incluía outros, retirava e incluía notas, etc. Assim, uma edição integral foi conseguida da seguinte forma, descrita na edição em espanhol que acima citamos: “Nossa versão de *Die Voraussetzungen des Sozialismus die Aufgaben der Sozialdemokratie* foi realizada a partir da tradução italiana de Enzo Grillo para a editora Laterza (Bari, 1968) e cotejada com o original alemão da reimpressão de 1902, a qual, exceto por poucas variantes das quais fala o próprio Bernstein em seu prefácio, reproduz o texto da primeira edição publicada pelo editor Dietz em Stuttgart em 1889, e permanece substancialmente a mesma nas sucessivas reimpressões de 1906 e 1908 e na segunda edição de 1920. Esta última, não obstante ter sido enriquecida com numerosas notas e um epílogo, viu-se privada de algumas notas e de alguns fragmentos de notas da primeira edição. Aceitando o critério da versão italiana, reintegramos as notas e fragmentos suprimidos. Também se traduzem, além do epílogo e da parte essencial de um prefácio de 1908, as notas agregadas na segunda edição [...]” (Cf. “Advertencia del editor”, *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia* (Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, 1982), p. VIII).

³ Sobre o *Bernstein-Debatte*, sua importância, desenvolvimento e conseqüências, da mesma forma, quase nada existe publicado entre nós. Em 1987, preparando uma edição integral do livro de Bernstein, *As premissas*, exatamente a partir da edição que acima se menciona, escrevi uma apresentação para a obra, na qual busquei dar uma idéia resumida e esquemática do debate. Como a edição do livro não foi concretizada, a “Apresentação” foi publicada isoladamente em 1990 (ver Antonio Roberto Bertelli, “Bernstein e o marxismo: grandes indagações, respostas insuficientes”, em *Novos Rumos*, São Paulo, Editora Novos Rumos – Instituto Astrojildo Pereira, Ano 5, nº 18/19, pp. 39-49); no ensaio, há algumas indicações sobre o *Bernstein-Debatte*. Ver, ainda, Iring Fetscher, “Bernstein e o desafio à ortodoxia”, em Eric J. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo 2. O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982), pp. 257-298; Massimo L. Salvadori, “Kautsky entre ortodoxia e revisionismo”, em *Ibid.*, pp. 299-339. Do ponto de vista de um enfoque mais amplo, ou seja, histórico-teórico, dessa problemática, pode-se ver Giuliano Procacci, “Introdução a *A questão agrária* de Karl Kautsky”, em Vv. Aa., *Karl Kautsky e o marxismo* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988), pp. 77-156. Evidentemente que a literatura existente em outras línguas é extensa e relevante. O leitor poderá tomar conhecimento de parte dela especialmente pelos trabalhos indicados, de forma que seria apenas uma pedante manifestação de erudição tentar repeti-la aqui; assim, remeto o leitor às fontes apontadas.

⁴ Nesse sentido, pode-se consultar a “Introdução” de Procacci, já citada, ao livro de Kautsky, *A questão agrária*, em que se reconstrói grande parte dessas polêmicas com o pensamento burguês, especialmente em torno do debate sobre a questão agrária na sociedade alemã, mostrando-se como não somente os “socialistas de cátedra”, mas uma nova corrente, muito mais voltada para a modernidade das relações capitalistas que estavam se implantando com o desenvolvimento industrial, delas participou, essencialmente através da Verein für Sozialpolitik (Associação para uma Política Social) da qual faziam parte homens como Gustav Schmoller, Werner Sombart e o jovem Max Weber (ver Giuliano Procacci, “Introdução a *A questão agrária* de Karl Kautsky”, *cit.*, p. 109). De forma mais geral, pode-se consultar Eric J. Hobsbawm, “A cultura européia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX”, em *História do marxismo 2. O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)*, *cit.*, pp. 75-124. Finalmente, para uma perspicaz abordagem das inquietações dessa *Intelligentsia* alemã, ver a instigante análise de Michael Löwy, “III. O anticapitalismo dos intelectuais na Alemanha”, em *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários. A evolução política de Lukács (1909-1929)* (São Paulo: LECH, 1979), pp. 9-64.

⁵ Como curiosidade, pode-se ver que entre os vários nomes abordados por Engels vamos encontrar o de Julius Wolf, de Zurique, precisamente aquele mestre que foi o orientador da tese de doutoramento de Rosa Luxemburg, na mesma Zurique, em 1893. Engels inicia sua contracritica afirmando: “O professor Julius Wolf de Zurich nunca falta quando há a oportunidade de expor-se ao ridículo numa questão difícil” (ver F. Engels, “Prefácio”, em Karl Marx, *O capital*, Livro III, volume 4 (Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, s/d), p. 17).

⁶ Ver a esse respeito as preciosas indicações de Leonardo Paggi sobre a importante intervenção de Sombart nas polêmicas do *Bernstein-Debatte*, com sua série de conferências a respeito das relações entre socialismo e movimento social no século XIX (*Sozialismus und soziale Bewegung in 19 Jahrhundert*), de 1896, extremamente ilustrativas dessa inserção de pensadores burgueses nas discussões que se travavam no pensamento da social-democracia em relação à crise do marxismo” (ver “Intelectuales, teoria y partido en

el marxismo de la Segunda Internacional. Aspectos y problemas”, em Max Adler, *El socialismo y los intelectuales* (Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, 1980), pp. 32 e ss.).

- ⁷ Cf. F. Engels, [Complemento y adición al tomo II de “El capital”], em Karl Marx & Friedrich Engels, *Escritos económicos varios* (Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975), pp. 232-249. A nota crítica da editora afirma: “Estas páginas constituem o último trabalho de Engels, escrito um pouco antes de morrer. Em carta a Kautsky, de 21 de maio de 1895, Engels escreve sobre isso: “[...] entretanto, ocupo-me em preparar-te para a N[eue] Z[eit] um trabalho que te agrada: adições e complementos a *O capital*, livro III, número 1: A lei do valor e a taxa de lucro, resposta às objeções de Sombart e C[onrad] Schmidt. Mais adiante, seguirá o número 2: a função da Bolsa, que mudou consideravelmente desde que Marx escreveu acerca deste tema, em 1865. É preciso, e se dispuser de tempo, continuarei o assunto. O primeiro estaria pronto se tivesse a cabeça livre” (Marx-Engels, *Briefe über “Das Kapital [Cartas sobre O capital]*, pp. 377-378) [...]” (cf. *Ibid.*, p. 378).
- ⁸ Ver Friedrich Engels, “Aditamentos ao Livro Terceiro de ‘O capital’”, em Karl Marx, *O capital*, Livro 3, volume 6, cit., pp. 1.015-1.040.
- ⁹ Pense-se nas controvertidas posições de Weber, que embora se colocasse contra a visão *Junker*-prussiana dominante, teorizava sobre a racionalidade e a burocratização organizacional do sistema capitalista em desenvolvimento, concluindo por sua inevitabilidade histórica, mas mantinha, contudo, uma certa nostalgia em relação a muitos dos aspectos culturais, políticos e econômico-sociais da sociedade tradicional pré-capitalista alemã que estava se despedindo da história; também as teorias de Tönnies e Simmel estão profundamente impregnadas de nostalgias a respeito da velha comunidade agrário-artesã que estava sendo destruída pelo capitalismo. De resto, para ver essas posições românticas anticapitalistas dessa nova parcela da inteligência alemã, renova-se a indicação do texto de Michael Löwy sobre “O anticapitalismo dos intelectuais na Alemanha”, citado mais acima.
- ¹⁰ Leonardo Paggi, *op. cit.*, p. 16.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 17.
- ¹² *Apud* Leonardo Paggi, *op. cit.*, p. 19.
- ¹³ Para identificação dos protagonistas e dos ensaios publicados, ver L. Paggi, *op. cit.*, pp. 17 e ss.
- ¹⁴ *Die Neue Zeit*, XIII (1893-1894), vol. I, p. 551, *apud* L. Paggi, *op. cit.*, p. 20.
- ¹⁵ Cf. Michael Löwy, “Introdução”, *op. cit.*, p. IX.
- ¹⁶ Cf. Karl Kautsky, “La inteligencia y la socialdemocracia”, em Max Adler, *El socialismo y los intelectuales*, cit., 257.
- ¹⁷ Cf. Michael Löwy, *op. cit.*, p. X. Seria interessante destacar que mesmo um autor tão bem informado e cuidadoso como Michael Löwy, um reconhecido estudioso do marxismo, nesse seu livro sobre a sociologia dos intelectuais revolucionários, que é de 1979, ainda não levasse em conta a importância de um autor como Max Adler, que escreveu inúmeros trabalhos sobre a questão do marxismo e as ciências, e já em 1910 publicara o seu ensaio emblemático sobre “O socialismo e os intelectuais”. O que podemos inferir sobre a lacuna na análise de Löwy em relação ao austromarxismo em geral e à obra de Max Adler, em particular, é que à época de seu estudo, pelo fato de que estivesse inserido particularmente na realidade do “marxismo francês”, não dava, como acontecia com todo esse “marxismo francês”, grande importância ao pensamento do austromarxismo; ao contrário, como já salientamos, do marxismo italiano, que resgatou para o “marxismo ocidental” de nossos tempos a riqueza do pensamento de Otto Bauer e de seus companheiros.
- ¹⁸ No que se refere a análises e estudos sobre as teorias gramscianas da questão dos intelectuais existe uma extensa bibliografia, especialmente elaborada por estudiosos italianos, marxistas e não-marxistas, que é bastante difundida entre nós. Como estudo representativo dessa questão, ou seja, de levar em conta o desenvolvimento das teorias sobre marxismo e intelectuais no interior do “marxismo da época da Segunda Internacional”, tomando como base as teorias de Kautsky, Max Adler e também de Antonio Labriola, passando por Lênin e Lukács e Gramsci, como aqueles que poderiam ser considerados os mais representativos pensadores marxistas do “marxismo da época da Terceira Internacional”, ver a interessante obra de Giuseppe Vacca, *Il marxismo e gli intellettuali* (Roma: Editori Riuniti, 1985).
- ¹⁹ Exatamente sobre as originalidades e especificidades das teses adlerianas versa o ensaio de Leonardo Paggi indicado, que, como já se disse, trata-se de uma coletânea, organizada por ele, de textos de Max Adler sobre tal temática. Dessa forma, o trabalho “O socialismo e os intelectuais” pode ser visto em *op. e loc. cit.*, pp. 117-186. Contudo, para uma visão mais geral e abrangente sobre o austromarxismo, ver Giacomo Marramao, “Saggio introduttivo”, em *Austromarxismo e socialismo di sinistra fra le due guerre* (2ª edição. Milão: La Pietra, 1980), pp. 9-135; Giacomo Marramao, “Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo”, em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo 5. O marxismo na época da Terceira Internacional. A revolução de Outubro. O austromarxismo* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985), pp. 277-343; Perez Mehrav, “Social-democracia e austromarxismo”, em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo 5*, cit., pp. 251-276.

²⁰ Cf. M. Löwy, *op. cit.*, p. XIV.

²¹ *Ibid.*, p. IX.

²² *Ibid.*, p. 2.

²³ Devo salientar que entre nós a publicação de textos que se relacionam com a literatura marxista sobre o pensamento da social-democracia clássica é muito restrita. Não somente de textos de autoria de seus expoentes, mas também sobre eles. A respeito de Kautsky, organizei uma coletânea composta de alguns importantes textos que dão, no geral, mas de forma consistente e valiosa, referências interessantes e informações muito úteis sobre a figura e a obra de Kautsky: ver *Karl Kautsky e o marxismo* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988). Nessa coletânea, o ensaio que poderia ser destacado como fornecendo informações mais preciosas sobre a vida e obra de Karl Kautsky, especialmente destacando a origem e a trajetória político-cultural de Kautsky, é o texto de Giuliano Procacci, "Introdução a A questão agrária de Karl Kautsky", especialmente pp. 79 e ss. Sobre a relação de Kautsky com a universidade, Procacci afirma: "Entretanto, Kautsky iniciou seus estudos universitários. Da universidade, como ele mesmo nos faz saber, não recebeu muito; nenhum dos professores o satisfazia e sua formação cultural se fez fora da escola e sempre teve a marca do autodidata" (p. 81).

²⁴ Da mesma forma, sobre Eduard Bernstein praticamente quase nada está publicado em nosso país, e, como vimos mais acima, até mesmo sua obra emblemática foi publicada entre nós com ressalvas. Assim, segundo creio, a obra mais consistente, pelo menos nos aspectos que aqui estamos enfocando, de mais fácil acesso para nós, poderia ser a de Bo Gustafsson, *Marxismo y revisionismo* (Barcelona/México: Ediciones Grijalbo, 1975), que é uma obra densa e exaustiva exatamente a respeito dos primeiros anos de formação e iniciação da militância social-democrata de Eduard Bernstein; da mesma forma, ver Iring Fetscher, "Bernstein e o desafio à ortodoxia", em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo. O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)*, cit., 257-298.

²⁵ Sua tese de doutoramento tinha o título de *Die Industrielle Entwicklung Polens* (O desenvolvimento industrial da Polônia), e foi elaborada sob a orientação acadêmica de Julius Wolf, tendo sido concluída em 1893. Sua posição era de que a economia polonesa havia sido objeto de um rápido e forte desenvolvimento graças ao papel protecionista do Estado dominador e à sua política tarifária e aduaneira. Evidentemente que já nesse seu primeiro trabalho teórico – como era de seu feitio – Rosa Luxemburg contrariava as teses mais comuns de várias tendências, inclusive social-democratas, que apontavam um papel obstaculizador e negativo do imperialismo czarista russo em relação à economia da Polônia. A obra também não foi publicada entre nós.

²⁶ Como também sabemos, as duas séries de artigos foram agregadas em 1899, com o título *Reforma social ou revolução?*.

²⁷ O caso de Rosa Luxemburg, entre nós, constitui uma razoável exceção. Muitas de suas obras políticas e econômicas foram aqui publicadas. No que se refere à sua vida e obra, destacaria dois interessantes trabalhos: Paul Singer, "Apresentação", em Rosa Luxemburg, *A acumulação do capital* (São Paulo: Nova Cultural, 1985), pp. VII-XLII; Isabel Maria Loureiro, *Rosa Luxemburg. Os dilemas da ação revolucionária* (São Paulo: Editora Unesp, 1995). Todavia, pelo menos três fundamentais obras sobre Rosa Luxemburg não foram aqui editadas: a célebre biografia de Paul Frölich, seu amigo e camarada, *Rosa Luxemburg. Gedanke und tat* (Rosa Luxemburg, Pensamento e ação) (Paris: 1939); J. P. Nettle, *Rosa Luxemburg* (Londres: Oxford University Press, 1966); e, finalmente, Gilbert Badia, *Rosa Luxemburg. Journaliste. Polémiste. Révolutionnaire* (Paris: Editions Sociales, 1975).

²⁸ Aqui estamos diante de uma situação que reflete de forma extrema a lacuna bibliográfica sobre o marxismo da social-democracia entre nós. A respeito de Franz Mehring, uma figura de grande importância e relevo para melhor se conhecerem as qualidades e debilidades desse marxismo, nada sabemos. Segundo creio, as referências a Mehring entre nós são decorrentes apenas da publicação, no passado, de sua interessante e ilustrativa biografia sobre Karl Marx e a referência à célebre "Carta a Mehring", de Engels, na qual são feitas as conhecidas e discutidas menções à questão da dialética entre superestrutura e infra-estrutura no materialismo histórico. Todavia, a obra de Mehring, como teórico e divulgador do marxismo, é enorme e de grande importância. Basta recordar o seu famoso livro *A lenda de Lessing* (1892) em que são feitas interessantes considerações sobre a questão da análise marxista da arte e da literatura, tão bem recebido por Engels – nesse livro, em sua primeira edição, havia, como apêndice, o importante ensaio "Sobre o materialismo histórico", que inexplicavelmente desapareceu das edições posteriores da obra –, que, entre suas várias apreciações do trabalho, terminou por escrever a Mehring a carta já mencionada. Para ter uma idéia de sua obra, basta ver que a edição das *Gesammelte Schriften* (Obras completas), feita na Alemanha (Oriental), atingiu 14 tomos (para esses dados, ver "Advertencia" (pp. V-XVII) e "Nota bibliográfica" (pp. XIX-XXII), em Franz Mehring, *Sobre el materialismo histórico y otros escritos filosóficos* (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, n° 64, 1976).

- ²⁹ "Em 21 de outubro de 1878, entrou em vigor a 'lei contra as posições socialmente perigosas da social-democracia'; até novembro do mesmo ano haviam sido proibidos: 163 círculos, 40 periódicos e 231 publicações não-periódicas. O livro de A. Bebel, *A mulher e o socialismo* (1879) – com capa falsa – teve oito edições, embora fosse proibida sua distribuição durante as leis anti-socialistas. Em 4 de maio de 1880, a lei foi prorrogada até setembro de 1884. Em 12 de maio de 1884, foi novamente prorrogada por dois anos, o mesmo sucedendo em 21 de março de 1886 e em 17 de fevereiro de 1888, até que foi revogada em 25 de janeiro de 1890, porque inclusive os conservadores – para os quais o projeto de lei não era suficientemente amplo – votaram contra. O balanço de doze anos em que a atividade do partido fora proibida soma 155 periódicos e 1.200 textos impressos não-periódicos proibidos, 900 expulsões, condenações e mais de mil anos de prisão para 1.500 pessoas" (cf. Iring Fetscher, "Bernstein e o desafio à ortodoxia", cit., p. 257, nota 1).
- ³⁰ Kautsky esteve menos ligado às atividades jornalísticas de divulgação das lutas democráticas e social-democratas organizadas em torno de Höchberg. Ficou em Zurich os anos de 1880-1881 colaborando na revista *Jahrbuch für Sozialwissenschaft*, fundada por Höchberg e dirigida por Eduard Bernstein. Data daí sua grande amizade com Bernstein, a ponto de, a partir de então, passarem a ser conhecidos nos meios dos emigrados como Orestes e Píades vermelhos. Já quanto a Bernstein, iniciou seus trabalhos junto a Höchberg a partir de 1878, quando da fundação da revista. Em 1881, depois de alguns entevos com Engels, devido a artigos que publicou na mesma (como autor e editor) com posições contrárias às teses do partido, obteve a "absolvição", depois de uma visita ao velho mestre, em Londres, juntamente com Bebel, e assumiu então a direção do *Sozialdemokrat*, órgão do partido em Zurique (ver Bo Gustafsson, *op. cit.*, pp. 104 e ss.).
- ³¹ Ver Giuliano Procacci, *op. cit.*, p. 91.
- ³² Pode-se ver que a criação da revista se deu em plena vigência da lei anti-socialista. Entretanto, o fato de aparecer editada por uma editora "privada", o seu caráter "acadêmico" e os cuidados que a sua direção mantinha em não caracterizá-la como "órgão do partido" deviam ser fatores relevantes para permitir que fosse publicada.
- ³³ Eric J. Hobsbawm, "A cultura européia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX", cit., p. 87.
- ³⁴ *Ibid.*, pp. 89-90.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 105.
- ³⁶ Para uma análise ampla e profunda desses debates ver Giuliano Procacci, "Introdução a *A questão agrária* de Karl Kautsky", cit., e também Hans Georg Lehmann, *Il dibattito sulla questione agraria nella social-democrazia tedesca e internazionale. Dal marxismo al revisionismo e al bolscevismo* (Milão: Feltrinelli Editore, 1977).
- ³⁷ Mais uma vez, para a importância de Kautsky como a "alma da social-democracia alemã" e, especialmente, sobre as vicissitudes e glórias dessa formidável obra, devemos mencionar a importante "Introdução" de Giuliano Procacci tantas vezes aqui citada.
- ³⁸ Cf. "Prefácio à primeira edição", em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, Os economistas (São Paulo: Abril Cultural, 1982), pp. 6-8.
- ³⁹ Cf. Giuliano Procacci, "Introdução a *A questão agrária*", cit., p. 109.
- ⁴⁰ Para a participação de Quark e Schoelank nas comissões do SPD formadas para a discussão da *Agrarfrage*, ver pp. 117 e ss. do texto de Procacci aqui citado. Especialmente sobre o papel e a importância dessas comissões no debate sobre a questão agrária no interior do SPD, ver os itens "3. La commissione agraria tedesca e la sua attività" (pp. 157-165) e "4. Il progetto di programma della commissione agraria" (pp. 165-175), em Hans Georg Lehmann, *Il dibattito sulla questione agraria*, cit.
- ⁴¹ Cf. Michael Löwy, "III – O anticapitalismo dos intelectuais na Alemanha", em *op. cit.*, pp. 9-64.
- ⁴² *Ibid.*, p. 20.
- ⁴³ *Ibid.*, p. 15.
- ⁴⁴ *Ibid.*, pp. 20-21.
- ⁴⁵ *Ibid.*, pp. 28-29.
- ⁴⁶ Ver Roberto Racinaro, "Introducción. Marxismo, Estado y cultura moderna en Max Adler", em Max Adler, *La concepción do Estado en el marxismo* (Madri/México: Siglo Veintiuno Editores, 1982, pp. 11 e ss.
- ⁴⁷ Em Norbert Elias, *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997), pode-se ver uma análise insuperável a esse respeito.
- ⁴⁸ A edição de mais fácil acesso para nós pode ser Georg Lukács, *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler* (3ª edição. Barcelona/México: Ediciones Grijalbo, 1972).

- ⁴⁹ Cf. *El asalto a la razón*, cit., pp. 324-440; pp. 441-47; e pp. 471-537, respectivamente.
- ⁵⁰ *Ibid.*, p. 357.
- ⁵¹ *Ibid.*, p. 371.
- ⁵² *Ibid.*, pp. 474-475.
- ⁵³ *Ibid.*, pp. 478-479.
- ⁵⁴ *Ibid.*, pp. 491-492.
- ⁵⁵ *Ibid.*, p. 492.
- ⁵⁶ *Ibid.*, pp. 492-493.
- ⁵⁷ A passagem mencionada por Lukács encontra-se em Marianne Weber, *Biografía de Max Weber* (México: Fondo de Cultura Económica, 1995), pp. 593-594. Todavia, na obra, existem outras impressões de Max Weber sobre o general, que mostram um juízo nada positivo de Weber em relação ao mesmo.
- ⁵⁸ Cf. István Mészáros, *O poder da ideologia* (São Paulo: Editora Ensaio, 1996), p. 122.
- ⁵⁹ *Ibidem.*
- ⁶⁰ G. Lukács, *op. cit.*, pp. 485-500.
- ⁶¹ *Ibid.*, p. 487.
- ⁶² *Ibidem.*
- ⁶³ *Ibid.*, p. 485.
- ⁶⁴ *Ibid.*, p. 493.
- ⁶⁵ *Ibid.*, p. 494.
- ⁶⁶ *Ibid.*, p. 500.
- ⁶⁷ *Sozialismus und soziale Bewegung in 19 Jahrhundert* (Icna, 1896). Para a relação desse texto de Sombart com o debate sobre “a crise do marxismo”, ver Leonardo Paggi, *op. cit.*, especificamente item “3. Socialismo e movimento operário”, pp. 31-38.
- ⁶⁸ Cf. citação em Leonardo Paggi, *op. cit.*, p. 32, nota 66.
- ⁶⁹ Para uma interessante visão a respeito dessa contradição entre Max Weber e a figura acomodada de seu pai, ver Arthur Mitzman, “En la casa del padre (1886-1892)”, em *La jaula de hierro. Una interpretación histórica de Max Weber* (Madri: Alianza Editorial, 1969), pp. 47-76; também Marianne Weber, em *Biografía de Max Weber*, cit., descreve, nos capítulos iniciais da biografia do marido, reveladores aspectos dessa questão.
- ⁷⁰ Da mesma forma, ver os capítulos iniciais do livro de Marianne Weber, citado; e, especial e fundamentalmente, Arthur Mitzman, “Asalto a la hegemonia de los junkers”, *op. cit.*, pp. 77-136.
- ⁷¹ Cf. H. H. Gerth e C. Wright Mills, “Introdução. O homem e sua obra”, em Max Weber, *Ensaio de sociologia*, cit., p. 49. Um breve mas interessante relato sobre esse período dos estudos de Weber (1892-1895) a respeito da problemática agrária do Leste do Elba, pode se ver também em Arthur Mitzman, “Asalto a la hegemonia de los Junkers”, cit.
- ⁷² Friedrich Engels, *Die Bauerfragen und Deutschland*, apud Giuliano Procacci, *op. cit.*, p. 121.
- ⁷³ Eric J. Hobsbawm, “A cultura européia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX”, cit., p. 80. Deve-se, contudo, fazer um esclarecimento: foi exatamente em 1904 que Weber passou a dirigir a revista. Ela era de propriedade e dirigida por Heinrich Braun e conhecida como *Brauns Archiv*, sendo comprada por Edgar Jaffé, um rico professor de economia e grande amigo de Weber, que o convidou, juntamente com Sombart, para serem os três diretores da nova revista (ver Marianne Weber, *op. cit.*, p. 282).
- ⁷⁴ Cf. Michael Löwy, *op. cit.*, pp. 34-35.
- ⁷⁵ Cf. Hans Gerth & Wright Mills, *op. e loc. cit.*, p. 57.
- ⁷⁶ Weber, em carta de 17 de julho de 1903, explica: “[...] Portanto, decidi ingressar na equipe do *Archiv* de Braun, junto com Sombart, sempre que Jaffé queira. Parece-me que o editor deseja precisamente esta combinação, e já que estou aqui, posso ser útil para Jaffé, ainda que minha capacidade de trabalho ainda não seja grande” (Cf. Marianne Weber, *op. cit.*, p. 282).
- ⁷⁷ Cf. Hans Gerth & Wright Mills, “1. Marx e Weber”, cit., p. 64. Além do mais, nesse item do ensaio de Gerth e Mills há toda uma breve mas interessante análise do relacionamento teórico entre Weber e Marx e o marxismo.
- ⁷⁸ Deve-se acrescentar, como forma de salientar ainda mais essa relação, que Weber, um pouco mais tarde, 1907, dedicaria um ensaio para analisar a obra de Stammler, no qual, em nota de rodapé, inclusive faz uma referência à obra de Max Adler: “Sobre o sentido do termo ‘materialista’, em Marx, veja-se Max Adler, *Kausalität und teleologie im Streit die Wissenschaft* – in *Marx-Studien*, Band I, p. 198, nota 1, e p. 111 (argumento correto contra Stammler) e p. 116, nota 1 e em muitas outras passagens” (cf. Max Weber, “Stammler e a ‘superação’ da concepção materialista da história”, em *Metodologia das ciências*

sociais, parte 2 (São Paulo: Cortez Editora, 1995), pp. 211-261; para a citação de Weber, p. 217, nota 3). Há, também, um outro ensaio, publicado postumamente, que trata do mesmo tema: "Suplemento ao artigo 'Rudolf Stammler e a 'superação' da concepção materialista da história'", cujo subtítulo é sintomático: "Stammler e os conceitos de 'causalidade' e de 'telos'; Stammler e o conceito de 'vida social'" (*Ibid.*, pp. 263-279).

⁷⁹ *Apud*, Leonardo Paggi, *op. cit.*, p. 29.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 30.

⁸¹ *Ibid.*, pp. 10-11.

⁸² *Ibid.*, p. 11.

⁸³ Cf. Karl Kautsky, "La inteligencia y la socialdemocracia", em Max Adler, *El socialismo y los intelectuales*, cit., p. 257.

⁸⁴ Cf. Karl Kautsky, *As três fontes do marxismo* (São Paulo: Global Editora, s/d).

⁸⁵ Cf. Giuliano Procacci, *op. cit.*, pp. 84-85.

⁸⁶ Nesse sentido, evidentemente que o instigante ensaio de Giuliano Procacci, sobre o grande debate a respeito da *Agrarfrage* a que estamos nos reportando, oferece valiosas e importantes contribuições para se fixarem as características desse marxismo kautskiano. Por sua parte, uma outra visão – da mesma forma muito enriquecedora – pode ser vista em Erich Matthias, "Kautsky e o kautskismo. A função da ideologia na social-democracia alemã até a Primeira Guerra Mundial", em *Karl Kautsky e o marxismo*, cit., pp. 33-76.

⁸⁷ Aqui é preciso salientar que da mesma forma como o *Anti-Dühring*, o *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de Engels, exerceria uma influência do mesmo modo reducionista quanto à questão da grande tradição da filosofia clássica alemã e sua importância como base filosófica (como uma das três fontes) do marxismo. Engels, ao minimizar a importância de Fichte, Kant e Hegel, superdimensionando o materialismo francês iluminista, muito mais condizente com uma visão "materialista" de tipo positivista, exerceria sobre os teóricos da social-democracia da época da Segunda Internacional (não só nos alemães: pense-se, por exemplo, em Plekhánov e depois no marxismo-leninismo, uma orientação que terá desdobramentos e conseqüências terrivelmente equivocados para o pensamento marxista.

⁸⁸ Cf. George Lichteim, *Lukács* (São Paulo: Editora Cultrix, 1973), p. 54. Deveriam se passar muitos anos para que Lukács (assim como Korsch) chegasse a essas conclusões, que são expostas em *História e consciência de classe*, que é de 1923 (mas cujos ensaios foram escritos a partir de 1918), e, no caso de Korsch, em *Marxismo e filosofia*, da mesma época.

⁸⁹ Aqui, seria interessante consultar o erudito e cuidadoso ensaio de Leszek Kolakowski, especialmente no que se refere às diferenças entre as posições dos austromarxistas, particularmente Max Adler, e os marxistas neokantianos (Leszek Kolakowski, "Austromarxistas, kantianos en el movimiento marxista, socialismo ético", em *Las principales corrientes del marxismo II. La edad de oro* (2ª edição. Madri: Alianza Editorial, 1985), pp. 241 e ss).

⁹⁰ Cf. Leonardo Paggi, *op. cit.*, pp. 42-43.

⁹¹ *Ibid.*, pp. 11-12.

⁹² *Ibid.*, p. 103.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibid.* p. 104.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 106.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 107.

□ REVISIONISMO NA SOCIAL-DEMOCRACIA*

UM INFORME APRESENTADO EM AMSTERDÃ DIANTE DE ACADÊMICOS E TRABALHADORES

Eduard Bernstein

PREFÁCIO

O informe que aqui apresento ao grande público foi pronunciado em 4 de abril de 1909 no salão da Associação Operária de Amsterdã diante de uma assembléia que tinha sido organizada pela União de Estudantes de Amsterdã para Estudos Sociais juntamente com o Departamento Jurídico dos Estudantes de Amsterdã. Da assembléia, participou, além de estudantes e pessoas cultas, uma grande quantidade de membros do movimento operário socialista holandês.

A edição impressa se dá a partir de uma versão estenografada do informe, que foi revista e corrigida por mim, mas sem ser modificada materialmente em nenhuma passagem. Não suprimi por completo a forma direta do discurso, mas na grande maioria dos casos coloquei em seu lugar frases impessoais. Isto me pareceu necessário para realçar diante do leitor o mais energicamente possível o conteúdo do informe. Pela mesma razão, omiti aqui as notas da versão taquigrafada referentes à recepção de determinadas partes do informe pela platéia, assim como a declaração final da mesma. A divisão em capítulos curtos contribuirá para a clareza.

Num apêndice, o leitor encontra novamente as teses que formulei no final de março de 1909, na convenção eleitoral social-democrata de Charlottenburg, em Berlim, sobre o revisionismo e o programa social-democrata, que pretendem mostrar que a concepção revisionista, tal como eu a defendo, fornece um fundamento totalmente suficiente para um programa social-democrata. Em outras palavras, que os trechos aos quais me opus na parte teórica do Programa de Erfurt da social-democracia alemã são tão supérfluos do ponto de vista da agitação como insustentáveis diante do exame científico.

Schöneberg, Berlim, meados de abril de 1909

* Traduzido de "El revisionismo en la socialdemocracia. Un informe presentado en Ámsterdam ante académicos y trabajadores", em Eduard Bernstein, *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia* (México/Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1982), pp. 287-320. Tradução de Antonio Roberto Bertelli.

O SURGIMENTO DA DENOMINAÇÃO REVISIONISMO

Em seu amável discurso, o senhor presidente falou dos antagonismos na social-democracia entre *marxistas* e *revisionistas*. Eu considero não de todo correta essa oposição, e no desenvolvimento deste informe vou ter a oportunidade de fazer uma correção que me parece necessária. Mas, antes de tudo, quero referir-me ao fato não desconhecido de vocês de que, efetivamente, nos diferentes países já há algum tempo se manifestam na social-democracia correntes ou elementos que são caracterizados como revisionistas. Digo deliberadamente *são* caracterizados porque os interessados de nenhuma maneira – e muito menos no princípio – atribuíram a si mesmos tal denominação.

A denominação revisionista é imposta e criada por terceiros, e não é uma qualificação livremente escolhida. Mas na história, freqüentemente, tivemos exemplos de denominações introduzidas dessa maneira. Quem conhece a história dos

grandes partidos populares ou movimentos populares sabe perfeitamente o quão freqüentemente semelhantes denominações impostas, seja por obstinação, seja por indiferença, são admitidas imediatamente pelos partidos em questão como designação para seus movimentos e utilizadas por eles mesmos. Para não falar dos partidos da Antigüidade, isso ocorreu na Itália, na Idade Média, com o partido da reforma, que foi chamado por seus inimigos

de *Patarino*, isto é, partido de caloteiros. O mesmo aconteceu na época da Reforma: a denominação *protestantes* foi originalmente um mote. Também encontramos um exemplo na história dos Países Baixos no qualificativo *Geuse*, que se tornou famoso. Na grande revolução inglesa a denominação da importante seita dos *Quakers* foi de início um mote injurioso. E o mesmo ocorre com a denominação dos grandes partidos históricos da Inglaterra, os *Whigs* e os *Tories*. *Tory* significava originalmente ladrão e *Whig*, leite azedo.¹ Com tais denominações, os partidos primeiro se insultavam mutuamente, mas depois cada um aceitou tranquilamente a denominação que o inimigo lhe impôs, e a continuou usando, mas certamente a denominação *revisionista* não é tão terrível como a de “leite azedo”. No novo movimento republicano da França encontramos a denominação *oportunistas*, primeiro como mote injurioso para os republicanos liderados por Gambetta; e quando, em 1881-1882, se chegou a uma divisão da social-democracia francesa, uma tendência foi chamada pela outra de *possibilistas* e também ela utilizou tranquilamente a denominação pensada inicialmente como insulto. Nos Estados Unidos da América já houve políticos que, no começo, foram chamados



Congresso do SPD

por seus inimigos de *Mugwumps* (caciques índios) e depois eles mesmos com humor se designaram dessa maneira. Resumindo, tais denominações são cunhadas baseadas em qualquer superficialidade e depois aceitas.

Bem, quem são e o que querem os “revisionistas” socialistas? A palavra é, todavia, de data recente. Passaram-se aproximadamente entre sete e oito anos desde que na Alemanha se utilizou pela primeira vez a palavra revisionista na social-democracia, e isso ocorreu graças à publicação do livro de um homem que a partir de então desapareceu da social-democracia alemã, a obra do doutor Alfred Nossig, *Die Revision des Sozialismus* [A revisão do socialismo], um trabalho ao qual se remeteram todos os social-democratas, isto é, também aqueles a que agora se denomina de revisionistas. O doutor Nossig, como se salientou, retirou-se a partir de então do partido, mas a denominação revisionista ficou, e foi aplicada então a torto e a direito a todos aqueles socialistas que – incluindo quem fala – se opuseram à tradicional teoria da social-democracia.

Contudo, nesse sentido de crítica à doutrina socialista tradicional ou à sua exposição, o conceito de revisionista é algo mais antigo na social-democracia alemã. Já no congresso partidário que se realizou no ano de 1895, em Breslau, um delegado, o inteligente doutor Bruno Schoelank, falecido em 1902, expressava: “No partido tem lugar uma revisão dos conceitos.” Naquela época aplicou esse conceito à questão agrária, e reclamou a adequação da posição do partido ao modificado desenvolvimento das condições agrárias, mas posteriormente abandonou o tema da revisão. Não sei como foi afastado do caminho percorrido.

Mas, entretanto, nos anos 1896-1897, em *Die Neue Zeit*, a revista científica oficial da social-democracia, apareceram, sob o título de “Problemas do socialismo”, alguns artigos meus que criticaram toda uma série de idéias difundidas nos meios partidários. Na primavera de 1898 seguiu-se um artigo que se dirigia contra a idéia de uma próxima grande catástrofe econômica que estremeceria e levaria ao colapso toda a sociedade moderna. Nesse artigo deixei cair ocasionalmente contra um defensor da idéia da catástrofe, que naquela época nos havia reprovado, a Kautsky e a mim, de que em nossos artigos nunca se falava do objetivo final do socialismo, as seguintes palavras: “Para mim, o que tão comumente se chama de objetivo final do socialismo não é nada, e o movimento é tudo.” Por movimento, acrescento, entendo tanto o grande desenvolvimento social em geral como, especialmente, o movimento da classe operária. Por determinadas razões esse juízo foi aproveitado pelos partidos burgueses alemães, particularmente os burgueses liberais, e sobretudo naquela época o recentemente fundado partido nacional-socialista acreditou poder utilizá-lo contra a social-democracia. Mas, no partido, meu artigo foi energeticamente criticado por algumas pessoas e se colocou a exigência de que no próximo congresso do partido se tomasse posição contra ele. Assim ocorreu no congresso partidário que se realizou no outono de 1899 em Stuttgart. Como resposta a esses ataques dirigi ao congresso uma carta na qual me expressei bastante claramente sobre os principais pontos em disputa. Para não estender muito este informe vou deixar de ler aqui a carta; só quero salientar que o que escrevi então é ainda a minha crença hoje. A carta encontrou alguma oposição em Stuttgart, e depois do congresso fui exortado por alguns amigos daquela época a apresentar minhas idéias coerentemente num livro. Assim surgiu o trabalho publicado, já faz dez anos, *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, que desde então foi

editado oito vezes e traduzido para diversos idiomas. Em seu “Prefácio” encontra-se a carta endereçada ao Congresso de Stuttgart anteriormente mencionada, e dentro de certos limites deve ser considerada como um dos escritos fundamentais dessa orientação socialista que na Alemanha se denomina de revisionismo. Entre as demais grandes publicações dessa orientação, a mais importante é por certo, segundo minha opinião, o instigante trabalho de meu camarada de partido o doutor Eduard David: *Der Sozialismus und die Landwirtschaft* [O socialismo e a agricultura].

Outros revisionistas, e justamente aqueles que toleram tranqüilamente a denominação, entre os social-democratas alemães são: Dr. Joseph Bloch, redator dos *Sozialistischen Monatshefte*; Adolf von Elm, um homem extraordinariamente ativo surgido da classe operária, que foi durante longo tempo deputado à Dieta do império, mas que na última eleição foi derrotado; Paul Kampfmeyer, atual redator do *Münchener Post* e escritor muito frutífero; Paul Löbe, redator em Breslau; Heinrich Peus; Robert Schmidt, redator e deputado à Dieta imperial, secretário de trabalho das uniões sindicais alemãs, e muitos outros.



Karl Kautsky

Pois bem, o que defendem essas pessoas que acabo de enumerar? Têm elas um programa determinado? Até agora tal coisa não ocorreu. Inclusive se examinamos detidamente suas opiniões, podemos encontrar diferenças de critérios em relação à teoria e à prática. A esse respeito, quero apresentar um exemplo em relação à prática. Alguns revisionistas – já mencionei o Dr. Bloch; poderia indicar um segundo nome, muito trabalhador e capaz: Richard Caldwer – defendem o ponto de vista de que na política comercial a Alemanha não poderia deixar de adotar certas tarifas aduaneiras, enquanto David, eu mesmo e outros somos da opinião de que a classe operária moderna deveria defender firmemente o princípio do livre-câmbio entre os povos e procurar solucionar por outro caminho todas as dificuldades que possam estar relacionadas com a supressão das taxas protecionistas. Existem ainda outras diferenças semelhantes de critérios entre os revisionistas, o

que de modo algum justifica desde o início uma atitude contrária a essa orientação. Quem remontar às origens da história dos partidos vai enfrentar o fato de que todos os que estão constituídos por naturezas criticamente dispostas, ou seja, nos quais a crítica ocupa um primeiro plano, dificilmente podem ser organizados com base em determinados estatutos. E assim também o fato de que os revisionistas não estejam de acordo em muitos aspectos não pode ser apresentado como prova de uma inferioridade do movimento.

Mas se poderia perguntar, contudo, se num ponto pelo menos essas pessoas deveriam estar de acordo. Algo têm que ter em comum, e deveria se determinar o que as identifica. Isto me faz voltar ao destaque de nosso honrado presidente, no qual falou de marxistas e revisionistas como se dissesse: aqui os conhecedores do marxismo, e ali os revisionistas. Essa é inclusive uma concepção muito divulgada, mas já não se pode mais admiti-la como correta. Pois, se fosse correta, isso suporia que um revisionista é necessariamente um *antimarxista*. Mas eu não conheço nenhum revisionista a que se possa aplicar esta denominação.

A IDÉIA FUNDAMENTAL DO MARXISMO

Antimarxista é, logo, outra expressão para designar os “inimigos da teoria marxista”. Mas quais são os fundamentos, as idéias fundamentais da teoria marxista? Qual é a concepção básica, qual a doutrina de Marx diferenciada das doutrinas dos socialistas que o precederam? É a compreensão mais intensa e mais profunda da *idéia de desenvolvimento*, do *conceito de evolução* numa aplicação mais sistemática do que em qualquer outro socialista antes e durante a época de Marx. Aqueles socialistas que precederam Marx foram em geral utópicos, uns mais, outros menos fantásticamente dispostos; em todo caso, naturezas *especulativas* que imaginaram uma sociedade que seria melhor do que a atual, pessoas que se colocavam como objetivo uma sociedade o melhor possível. Ou eram reformistas que aproveitavam qualquer reforma ou reformas sociais que parecessem oportunas e as puseram em primeiro plano, mas sem uma análise profunda e fundamental da sociedade existente, sem que pudessem derivar diretamente essas reformas das necessidades dadas, sem que se perguntassem: como harmonizar a reforma com toda a marcha do desenvolvimento da sociedade, suas condições de existência e suas forças? Em oposição a isso, Marx salientou a concepção da sociedade moderna como um organismo que se desenvolve, que não se deixa modificar nem petrificar arbitrariamente, que antes tem suas leis absolutamente próprias de desenvolvimento, leis que têm que ser exaustivamente estudadas por aqueles que querem modificá-lo. Essa grande idéia já se encontra expressa em trabalhos anteriores de Marx, mas onde mais sistematicamente a sintetizou foi no “Prefácio” à obra que publicou no ano de 1859, com o título de *Zur Kritik der polistischen Okonomie*, o mesmo ano em que apareceu o primeiro grande livro de Darwin sobre a teoria da evolução na natureza orgânica, e essas publicações podem muito bem e com todo direito ser comparadas. Pode-se considerar como uma casualidade que elas aparecessem no mesmo ano, mas não é tão casual assim que tenham aparecido na mesma época histórica, no mesmo período de tempo. Em sua idéia fundamental respiram o mesmo espírito.

O livro de Darwin desenvolve a idéia de que as modificações na natureza viva não podem ser atribuídas a intervenções arbitrárias de um criador, mas têm que ser explicadas originariamente a partir das condições de vida dessa natureza, e o que Darwin expõe no que concerne ao surgimento de novas formas e classes de plantas e animais, o desenvolve ainda mais no que diz respeito à história das sociedades humanas. Naturalmente, as condições do desenvolvimento dessas são diferentes em pontos essenciais, pois tanto o mundo vegetal como o animal desenvolve-se inconsciente e não-intencionalmente, enquanto que a humanidade no transcurso do tempo toma consciência de suas condições de desenvolvimento e se torna cada vez mais consciente daquilo para o que luta. Mas inclusive essa consciência não ajuda os homens a passarem por cima de toda sujeição, o que, segundo a teoria de Marx, faz com que o desenvolvimento da sociedade não seja, todavia, um patrimônio da arbitrariedade. No curso de seu desenvolvimento a humanidade fica sujeita a suas próprias condições de existência. Em outras palavras: é finalmente a economia, o modo – eu acrescento, já que a natureza é a parte mais importante da economia — e as condições naturais da produção de bens de subsistência que constituem o último fato decisivo na história da transformação das sociedades humanas. Uma idéia que, certamente, já havia sido expressa antes de Marx, mas não na forma precisa com que ele o fez. Sobretudo corresponde a

Marx o mérito de ter retornado, como teórico do desenvolvimento social, à história dos meios de trabalho humano, de tê-la reduzido ao *desenvolvimento da ferramenta*, esse “prolongamento dos órgãos dos homens”.

A ferramenta determina a índole e a produtividade do trabalho e, através do trabalho, o nível cultural. O que o homem toma da natureza, como pode cultivar a terra, como continua a transformação dos produtos do solo e da riqueza da terra, de tal maneira que em determinados espaços vivam mais pessoas do que antes, tudo isso depende em última instância da natureza das ferramentas que os homens têm em cada momento à sua disposição. O comércio dos homens, a forma de colonização dos homens, as relações de dominação, a formação de classes no seio das sociedades humanas são determinados pelas relações de produção e o desenvolvimento da produção, colonização, comércio, dominação repercute por sua vez sobre os juízos morais. Também estes se modificam quando as condições de existência se modificaram fundamentalmente, e também se modificam as

noções de direito e o sistema jurídico, já que outras exigências se incorporam ao direito. Também têm que ser modificadas as estruturas políticas quando mudaram as bases econômicas da sociedade. Tudo isso foi expresso na teoria de Marx. Se por uma modificação das ferramentas se desenvolvem no seio da sociedade novos modos de produção, se a sociedade modifica a partir disso a sua organização, se primeiro inconscientemente se formam novas classes e depois se fortalecem e passam a um primeiro plano com crescentes demandas, então se chega sempre a um ponto a partir do qual a luta das novas classes progressistas contra as velhas classes privilegiadas, que têm a propriedade e exercem o poder, se converte numa luta pelo poder. Desse modo, a história das sociedades humanas é uma história das lutas de classes, que sempre voltam a se repetir de tempos em tempos e que também sempre têm lugar sob novas formas. Este é o pensamento fundamental da teoria marxiana.



Franz Mehring

Pois bem, isto pode ser interpretado unilateralmente. Poderia se exagerar o poder determinante dos fatores técnico-econômicos; poderia se esquecer que as pessoas têm cabeças, que pensam, assim como que as idéias e ideologias, a moral e os conceitos jurídicos têm seu próprio desenvolvimento. E que eles mesmos são fatores co-determinantes para o desenvolvimento cultural, para o desenvolvimento da produção. Poderia se interpretar muito parcialmente o conceito de “modo de produção”, ou exagerar-se muito a influência do fator econômico. Também, de outra parte, se poderia distorcer a concepção marxista da história, atribuir um poder demasiado determinante às ideologias, e demasiado pouco determinante aos fatores econômicos. Tudo isto tem que ser admitido, porém estes são ou poderiam ser erros, diferenças de interpretação, e sua refutação não atinge o núcleo central da teoria. Não há nenhum social-democrata, afirmo, não há nenhum teórico das ciências sociais de alguma importância que não tenha aceitado em princípio esse núcleo central, e se isso não tivesse ocorrido, então tal fato não falaria contra as pessoas, mas contra a teoria. Uma teoria que possui verdade interna se

impõe acima das lutas partidárias com força conclusiva. Mas este é o caso aqui. Hoje é quase que um lugar-comum na ciência que, se bem que as idéias tenham uma vida própria muito forte, os conceitos gerais de direito, etc. têm, contudo, sua raiz nas relações econômicas, na estrutura da sociedade, na natureza das classes das quais ela se compõe. Do mesmo modo como isso ocorre na política, se pode mostrar um pequeno exemplo da história, e mais precisamente da história da grande revolução inglesa.

Como se sabe, na grande revolução inglesa houve um partido democrata radical, cujos representantes foram chamados por seus inimigos de *Leveller*, isto é, revolucionários, niveladores, e de fato havia entre eles, juntamente com simples radicais e democratas, outros que eram comunistas. Ora, esses *Leveller* elaboraram, no momento culminante da revolução, um projeto constitucional a que chamaram de *contrato do povo – agreement of people*. Nele, propuseram a supressão de todos os privilégios de classe de seu tempo e exigiram o mesmo direito de voto, mas com a ressalva: “para todos aqueles que não se encontrem em situação de assalariado”. Se naquela época se tivesse dito a um *Leveller* em seu próprio idioma que essa restrição não é democrática, então teria feito uma cara de assombro e não teria entendido o protesto. Pois quem eram os que desse modo ficavam excluídos do direito de voto, que aspectos tinham naquela época os elementos que trabalhavam em troca de um salário? É muito característico dos fundamentos da revolução inglesa que, enquanto as revoluções, conforme a experiência, levam, uma após outra, todas as classes da sociedade a um primeiro plano, nos anais dessa revolução não se leia em nenhuma parte qualquer coisa acerca da intervenção da classe operária. Lemos certamente sobre rebeliões dos aprendizes de Londres, mas não dos operários ou de outros movimentos deles: na Inglaterra, a camada social que trabalhava pelo salário era, em consequência da estrutura da sociedade de então, ainda muito insignificante e pouco desenvolvida. O trabalhador, pouco depois de ter aprendido sua profissão, se convertia em mestre independente. O posto de operário assalariado era para ele somente um posto de passagem, levando em conta a prescrição de sete anos de aprendizagem, em geral um prazo muito curto na vida de operário individual. Em consequência disso, não se opunha a seu mestre como inimigo de classe. Socialmente menor de idade, era hóspede de seu mestre e fazia a política dele, e lhe pertencia organicamente. A idéia de dar a pessoas como esses trabalhadores o direito de voto não podia ocorrer aos políticos da época, os próprios operários não o exigiam e não teriam compreendido a demanda. Esse era o caso naquela época e também mais adiante ainda em outros países. Enquanto a situação de operário assalariado é um momento de trânsito para a esmagadora maioria dos aprendizes na profissão, os operários assalariados ainda não constituem uma classe no verdadeiro sentido da palavra e, portanto, tampouco colocam algumas demandas políticas.

O REVISIONISMO E A DOCTRINA MARXISTA DO DESENVOLVIMENTO

Assim como no século XVII a estrutura da sociedade de então engendrou determinadas idéias políticas que não puderam ser ignoradas nem sequer pelos políticos mais radicais da época, assim também o desenvolvimento capitalista da idade moderna criou outras idéias sociais que, a despeito de qualquer teórico ou

agitador, teriam aberto caminho igualmente em todas as partes. Criou uma classe operária da qual se diz: uma vez assalariado, toda tua vida assalariado. Isto é, uma classe de trabalhadores assalariados que permanente, e não temporariamente, depende economicamente de outra, mas em troca já não se trata, como os assistentes de artesãos na Idade Média, na Idade Média tardia e às vésperas da época capitalista, de menores de idade como cidadãos, mas que se casavam enquanto operários, formavam famílias como operários, e desse modo também como operários tinham amplos direitos no Estado e na sociedade, e tinham que defendê-los. O que os impostos interessavam para os oficiais artesãos daquela época? Eles dificilmente os atingiam de forma direta, mas em geral só indiretamente, através da pessoa de seu mestre. Na atualidade, toda a política comercial e impositiva atinge diretamente o operário, o pai de família; hoje, o aflige tudo o que encarece a vida e, em consequência disso, está interessado de modo muito diferente em todos os assuntos de Estado. Por isso, necessariamente, tem que despertar nele a necessidade e a pretensão de estar representado no poder legislativo, de ter influência sobre a legislação e a administração.



Eduard Bernstein

Assim, também, de forma natural, prescindindo-se por completo de ocasionais conflitos econômicos, se desenvolveu um antagonismo de classe entre os operários e seus mestres, convertidos em capitalistas. Os operários tomam consciência da profunda diferença social entre eles e o patrão, sua luta salarial adquire um caráter social. Esta não era a situação das lutas salariais na Idade Média e na Idade Média tardia. O que então existia como lutas salariais eram em geral somente conflitos por uma espécie de ganho para gastos particulares, mas não lutas por condições de existência. Mas em geral as lutas dos oficiais não giravam em torno do salário. A maior luta dos oficiais artesãos, da qual temos notícia na Idade Média na Alemanha, a luta de dez anos dos padeiros em Kolmar, na Alsácia, girava em torno da questão de qual lugar teriam que ocupar os oficiais em procissões nas festas da igreja. Isso pode parecer engraçado a muitos, mas para os oficiais da Idade Média o lugar na procissão não era uma questão insignificante, mas de bastante importância. Não se pode esquecer o grande papel que a Igreja desempenhava então na vida da aldeia; o lugar na procissão representava um elemento de importância social. Mas tinha importância para a profissão, não para a classe.

Fatores muito diferentes determinam na atualidade a luta dos operários. Hoje é a luta pelo salário, pelo tempo de trabalho e pelo direito trabalhista que imprime o caráter aos movimentos dos operários de todos os ofícios, e assim se abre, como a produção moderna reuniu operários de toda classe em fábricas e oficinas, o sentimento dos próprios interesses de toda a classe operária. O que na Idade Média e na Idade Média tardia eram somente movimentos individuais ou particularistas ou partes de levantamentos do povo oprimido em geral, se converte agora num movimento dos operários como *classe* que está ligado às necessidades reais dos perpétuos operários, a suas necessidades jurídicas no Estado, a suas necessidades econômicas na produção, na troca e na distribuição de bens, a sua

necessidade socialista de reconhecimento como maioria. Levando em conta esse fato, Karl Marx e seu colaborador Friedrich Engels expressaram a seguinte idéia do grande objetivo social da luta de classe operária na época moderna: os meios e fins do socialismo não têm que ser inventados, mas encontrados, isto é, têm que ser *descobertos* nas condições materiais e jurídicas dessa grande classe operária que se desenvolve cada vez mais, têm que *existir elementarmente* nas condições do desenvolvimento real dessa classe. Tão logo isso acontece, tais condições oferecem às aspirações socialistas um fundamento muito mais estável do que de alguma maneira pudesse ser imaginado. Dessa maneira, Marx e Engels fizeram o socialismo descer, se assim posso dizer, do terreno etéreo da fantasia para o duro solo dos fatos reais da vida social; trasladaram, em muito maior grau do que qualquer dos seus predecessores, a teoria socialista da esfera da especulação dedutiva para a da indução realista.

Contudo, naquela época isso era aos olhos de muitos socialistas uma severa limitação da teoria socialista. Sobretudo os utopistas socialistas, ou então os seus discípulos mais ou menos ortodoxos – pois Owen, Fourier e Saint-Simon já estavam mortos —, os fazedores de sistemas, que elaboraram sistemas sociais integrais, sociedades maravilhosamente perfeitas no papel, os socialistas especulativo-filosóficos da Alemanha, que se chamavam os verdadeiros socialistas, viram na doutrina de Marx um enorme enfraquecimento do socialismo. Um dos últimos, Karl Grün, chegou tão longe a ponto de caracterizar a transformação do Estado absolutista em um Estado constitucional como uma traição ao socialismo. O socialismo estava ainda tão profundamente enraizado no utopismo que ocorreu ao genial socialista operário alemão Wilhelm Weitling a idéia de que para a realização dos fins do socialismo havia que se mobilizar os presidiários. A todos os que pensavam assim ou de maneira semelhante, as teorias de Marx tinham que aparecer como um empobrecimento, quando não uma renúncia às grandes idéias obtidas de forma especulativa. Assim também em outras partes. Recentemente, num número de aniversário do *Vowärts* berlinense, o marxista russo Plekhánov relata como nos anos oitenta, na Rússia, aqueles que sustentavam a doutrina marxista da forma como acabo de esboçar brevemente aqui foram atacados pelos populistas e socialistas revolucionários de orientação especulativa como aliados ou serviços voluntários do capital, dado que salientavam a necessidade do desenvolvimento capitalista para o desenvolvimento da classe operária, como o fez também Marx. Mas o que ocorreu na Rússia de então aconteceu em muitos outros locais. Um exemplo é característico disso. Quando publiquei minha frase acima mencionada sobre o objetivo final, o próprio Plekhánov me atacou com extrema violência, mas não pôde evitar o destino de ser chamado pelos revolucionários russos de o “Bernstein russo”. A tradução da doutrina de Marx, tal como aqui foi desenvolvida, apareceu na prática a muitos socialistas como a renúncia ao objetivo final do socialismo, e, em certo sentido, *não deixavam de ter razão*. Pois, fundamentalmente, segundo minha opinião, a teoria de Marx derrubou de fato a idéia do *objetivo final*. Como para uma doutrina social baseada na idéia do desenvolvimento não pode haver um objetivo final, segundo ela a sociedade humana estará continuamente submetida ao processo de desenvolvimento. Pode ter grandes *linhas de orientação e objetivos*, mas não um *objetivo final*. Inclusive o que transitoriamente poderia ser considerado como um objetivo final não deve ser construído aprioristicamente nas cabeças, mas tem que ser elaborado a partir das lutas práticas do próprio movimento.

Certamente, nos escritos de Marx se encontra também prognosticado um quadro futuro. Como no final do *Manifesto comunista*, escrito já em 1847. Aí se diz que os operários, depois de que se apoderem do poder político, irão modificar toda a sociedade atual e construir uma nova sociedade de caráter corporativo. Mas isso está manifestado em traços tão gerais e corresponde tanto à idéia social da classe operária – como tinha que se desenvolver a partir de suas condições de vida e no essencial também como se desenvolveu – que não pode ser caracterizado como uma simples especulação. Desse modo, pode se prognosticar o futuro quando se diz: as tendências visíveis do desenvolvimento apontam para esta ou aquela conformação das coisas. Isso é também, por certo, uma dedução, mas com bases reais e não-especulativas. De todos os modos, o *Manifesto comunista*, por mais genial que seja em detalhes, por muito que já desenvolva a teoria da sociedade de Marx, não pode ser considerado como aquela produção de Marx que o mostra em seu máximo nível intelectual. A essa categoria pertencem muito mais aqueles escritos que Marx escreveu depois de ter feito seus estudos na Inglaterra, o país

economicamente mais desenvolvido de então. O livro *Contribuição para a crítica da economia política* constitui a primeira introdução a eles. No “Prefácio” a *O capital* encontramos duas passagens nas quais Marx assinala energicamente a idéia de desenvolvimento orgânico. A primeira delas diz: “Ainda que uma sociedade tenha descoberto a *lei natural que preside seu próprio movimento*, não pode saltar fases naturais de desenvolvimento nem aboli-las por decreto. Mas pode abreviar e mitigar as dores do parto.”

É evidente que essa passagem contém uma limitação essencial ou, se se quer falar de outro modo, um debilitamento da idéia socialista de revolução. Indica assim que não depende do capricho da classe operária, nem de nenhuma outra classe, transformar a sociedade segundo seus antolhos, sua fantasia ou algum esquema de classe. Todas as condições de vida da sociedade têm que ter se convertido em outras, têm que ter alcançado

uma determinada maturidade em seu desenvolvimento para que seja possível uma transformação social de importância.

A segunda passagem que quero apresentar e que, como a primeira, data do ano de 1866, diz: “A sociedade atual não é um cristal fixo, mas *um organismo capaz de transformar-se e que está continuamente em processo de transformação*.” O conceito da revolução socialista recebe também aqui uma delimitação muito determinada.

Pois bem, *todo* revisionista aprova essas passagens de Marx. O revisionista lhes atribui maior importância, maior transcendência do que talvez – isto confesso com gosto – o próprio Marx, e de todos os modos mais do que uma certa quantidade de pessoas que pertencem à escola de Marx, mas que segundo a opinião dos revisionistas constituem uma estreita ortodoxia marxista, na medida em que atribuem a passagens em que Marx expôs com base em determinadas premissas históricas uma força dogmática permanente, em lugar de aceitar sua importância relativa. Em lugar de reconhecer, como é o caso em diferentes ocasiões, que



quando o desenvolvimento real se afasta do desenvolvimento, em todos os casos só teoricamente prognosticado, então também as fórmulas que foram deduzidas com base na hipótese originária têm que ser modificadas. Em lugar disso, segundo nossa opinião, os marxistas ortodoxos – que têm em Karl Kautsky o seu principal representante – se agarram enérgica e de forma totalmente inútil àquelas fórmulas e buscam conservá-las mediante meios que são puras amostras de habilidade interpretativa e completamente indignos de uma verdadeira teoria científica. Poderia se dizer que muitos daqueles marxistas constituem uma seita no marxismo, que paulatinamente também recaíram em todos os tipos de passagens do *Manifesto comunista*, corrigidas pelo próprio Marx, posto que se remetem preferencialmente ao *Manifesto* antes que aos escritos que Marx concebeu no máximo de seu desenvolvimento.

O MARXISMO E O DESENVOLVIMENTO DA GRANDE INDÚSTRIA

O *Manifesto comunista* tem um erro, poderia se dizer um erro orgânico, um erro que também foi reconhecido por Marx, de tal maneira que ele mesmo o corrigiu mais tarde, e que Friedrich Engels admitiu expressamente. Tem o erro de que superestimou consideravelmente a velocidade e a parcialidade do desenvolvimento da sociedade moderna. Wilhelm Liebknecht, o companheiro de exílio de Marx por longos anos, manifestou publicamente em diversas ocasiões e me contou confidencialmente interessantes detalhes do muito que Marx superestimou em sua época o curso do desenvolvimento, o que por outra parte se compreende facilmente devido ao espírito ardentemente revolucionário e enérgico de Marx. Tampouco se deve esquecer que quando Marx escreveu o *Manifesto comunista* ainda não estivera na Inglaterra, mas somente ouvira falar de longe do grande movimento de luta de então dos operários ingleses, que por momentos parecia querer derrubar com uma força elementar todo o império mundial britânico. Em *O capital* Marx corrigiu algumas de suas hipóteses originárias, mas também aí encontramos ainda muito superestimada e parcialmente valorizada a velocidade do desenvolvimento no sentido capitalista. Assim, toda uma série de conclusões das hipóteses, sobre as quais Marx escreveu, são corretas; outras, ao contrário, não o são ou *já não o são*. O desenvolvimento da ordem econômica burguesa requereu muito mais tempo e demonstrou que essa forma de sociedade é capaz de uma expansão e de um desenvolvimento muito maiores do que Marx e outros contemporâneos seus haviam pensado. E porque o desenvolvimento demorou mais tempo e a economia burguesa, isto é, a economia do livre câmbio se estendeu muito mais, era inevitável que tivessem que dar vida a novas formas de organização, que de nenhuma maneira podiam ser previstas por Marx em todos os seus detalhes e apreciadas o suficiente em toda a sua transcendência. Citemos, por exemplo, um fato que Marx, por certo, previu acertadamente, mas cuja repercussão não estimou corretamente nem poderia ter estimado com exatidão sem meios sobre-humanos: a enorme expansão do comércio mundial causada pelo capitalismo, a incorporação de países de além-mar não só ao comércio mundial – isso já existia antes – mas também à produção e à troca de bens, que normalmente também obtemos ou fabricamos na Europa. O gigantesco incremento na produção de bens relacionado com isso somente se desenvolveu com toda a sua força

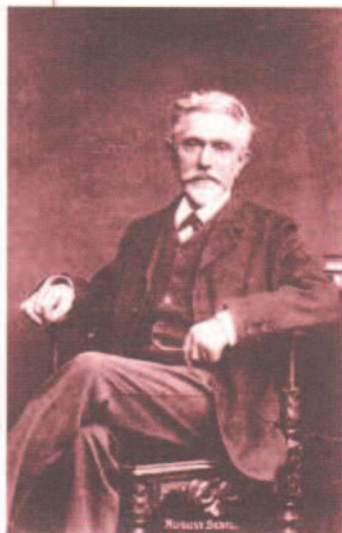
depois de que *O capital* foi escrito, e Marx tirara suas conclusões com base numa troca econômica muito menos desenvolvida e expusera toda uma série de proposições consecutivas que em parte sobreviveram.

Apresentemos aqui uns poucos dados de minha pátria, a Alemanha, para ver o quanto é atualmente grandiosa a produção e a troca de bens, e quão enormemente se desenvolveu o comércio mundial. O comércio externo da Alemanha atingiu no ano de 1880 quase seis bilhões de marcos em valores; no ano de 1907, em troca, atingiu 18 bilhões de marcos; portanto, o valor desse comércio triplicou, enquanto a população aumentou aproximadamente 40%. E esse comércio externo, no que se refere à exportação, na atualidade consiste principalmente na exportação de produtos industriais alemães. A indústria alemã, poderia se dizer, em suas maiores empresas e fábricas se elevou acima do simples quadro nacional, e assim abastece o mercado mundial e já não só o interior do país. Na Alemanha, temos indústrias que exportam até dois terços de seus produtos para o exterior, e colocam na própria Alemanha menos da metade de sua produção.

Quatro anos depois da morte de Marx, no ano de 1887, o transporte de carga das ferrovias alemãs para o exterior atingiu 18,89 milhões de toneladas; 18 anos depois, no ano de 1905, atingiu 43,6 milhões de toneladas. O movimento marítimo em portos alemães, que no ano de 1883, com carga de barcos que chegavam e saíam, atingiu 15,51 milhões de toneladas, se elevou no ano de 1905 a 38,38 milhões de toneladas.

Um exemplo de que relações se desenvolveram no mercado mundial e como foram elaboradas formas complementares novas para isso é fornecido pelo quadro de uma indústria muito moderna, que Marx só conheceu no seu início: a indústria da eletricidade, a fabricação de máquinas elétricas e o estabelecimento assim da exploração do fornecimento de força e luz elétricas. Uma das maiores companhias dessa indústria na Alemanha é a Companhia Geral de Eletricidade de Berlim. No ano de 1907 tinha um capital acionário de 100 milhões de marcos,

que segundo a cotação na bolsa representava um valor de 220 milhões de marcos; ademais, possuía um capital de obrigações de 37 milhões e uma reserva de 47 milhões de marcos. Portanto, prescindindo por completo da cotação da bolsa, dispunha de um capital investido e de exploração de 184 milhões de marcos. Mas com isso não termina seu poder de capital. Essa Companhia Geral de Eletricidade participa da Companhia de Centrais de Eletricidade de Berlim, que fornece eletricidade à maior parte de Berlim e tem um capital de 114 milhões de marcos no total, mas cuja cotação na bolsa é igualmente mais elevada. Além do mais, devido à posse de ações, constitui de fato a direção de um banco fundado por ela para empresas elétricas, que está situado em Zurique, porque ali se pagam menos impostos e se evitam algumas contrariedades e controles. Financia empresas elétricas em todo o mundo, que têm que comprar suas máquinas, etc., da Companhia Geral de Eletricidade de Berlim, e participa, através da posse de ações, de outras vinte empresas mais. Além disso, como filial da Companhia de Eletricidade existe uma companhia de Fornecimento de Eletricidade, e a companhia participa também de um acordo de reciprocidade – pode-se escolher também para



August Bebel

isso uma denominação menos inofensiva – com a maior companhia de eletricidade dos Estados Unidos, a General Electric Company. Poderia se dizer que as duas poderosas companhias repartiram o mundo por seu mercado externo: “Para você, esta metade do mundo, para nós a outra.” Assim, nenhuma delas invade o terreno alheio em suas pretensões de conquista. Por sua vez, a Companhia Geral de Eletricidade encontra-se em seu terreno em relação de cartel com a segunda grande companhia de eletricidade da Alemanha, a empresa que em primeiro lugar leva o nome do grande inventor Werner Siemens — onde hoje se encontram representados em primeiro lugar os comerciantes —, a firma Siemens und Halske, que representa um capital de 93 milhões de marcos e está intimamente ligada à Companhia Siemens-Schucker do Sul da Alemanha, cujo capital ascende a 110 milhões de marcos. Outra empresa secundária da união Siemens tem um capital de 15 milhões de marcos, e, além do mais, o “Elektrobank” fundado por ela tem em suas mãos certos negócios de financiamento para ela mesma. Ultimamente, as duas grandes uniões concertaram um tratado secreto sobre ação comum em licitações públicas com algumas das seguintes maiores firmas de eletricidade alemãs, das quais a mais importante é a firma Felten, Guillaume & Lahmeyer, cujo capital nominal ascende a 80 milhões de marcos, mas ao qual há que se acrescentar o capital de uma série de fábricas que constituem o séqüito dessa sociedade. De tal modo, uma verdadeira infinidade de gigantescas sociedades monopolistas estão associadas e conjugadas hoje em dia na Alemanha para submeter, no possível, toda a indústria elétrica, não só da Alemanha, mas de uma grande parte do resto do mundo. E assim como prospera essa moderna indústria, prosperam também nossas grandes siderúrgicas, organizadas no mundialmente conhecido consórcio siderúrgico. Temos igualmente consórcios na indústria têxtil, nas indústrias de papel e gráfica, etc., destinando todas elas sua atividade não só ao mercado interno, mas também ao externo e tendo estendido suas redes para muito além dos limites nacionais, com o que o emprego do operário entrou numa dependência nunca antes pensada em relação ao mercado mundial.

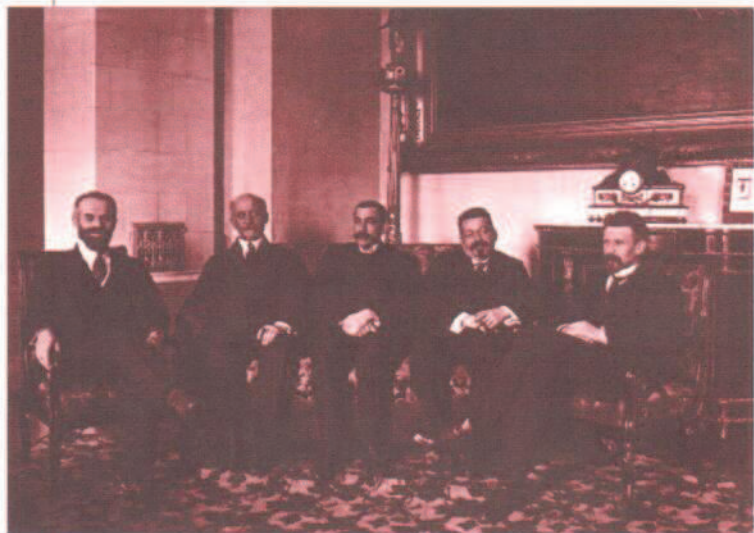
Em resumo, o mais recente desenvolvimento criou formas das organizações da indústria e da troca econômica que Marx não conheceu nem podia conhecer. Quando ele escreveu, as empresas que tinham entre 1.000 e 2.000 operários eram inusualmente grandes; atualmente, temos empresas que têm 20.000, 30.000 e até 40.000 operários. É interessante ver como esse fato se reflete na ideologia dos operários das indústrias mais desenvolvidas. Nossa estatística oficial alemã sobre as empresas distingue entre empresas pequenas, médias e grandes. Considera empresas pequenas aquelas que contam com até cinco pessoas, empresas médias as que têm entre seis e 50 pessoas e empresas grandes aquelas que contam com mais de 50 pessoas. Essa é a estatística oficial. E agora vejamos a opinião dos operários. Há sete anos, em janeiro de 1902, os operários metalúrgicos de Berlim prepararam para seu uso uma estatística das relações salariais e trabalhistas em tal cidade. Nesse levantamento, publicado como livro, se encontra também a divisão em empresas pequenas, médias e grandes. Mas os operários caracterizaram todas as empresas que abarcam *até 100 pessoas* como empresas *pequenas*! As empresas médias compreendem para eles as que têm entre 101 e 500 pessoas e somente com mais de 500 pessoas começa para eles a grande empresa. Isso se expressou de forma quase humorística numa assembléia de operários metalúrgicos que presenciei e na qual, depois dos discursos, se discutiram as condições nas diferentes fábricas. Aí se apresentou um operário, descreveu incidentes numa determinada

empresa e, com um movimento que expressava desdém, disse: “você podem imaginar que negócio é esse, ali há somente 100 operários empregados”. Um negócio com 100 operários já supõe um milionário como proprietário. Mas aos olhos do operário um negócio com “somente 100 operários” na indústria metalúrgica não significava muito mais do que antigamente um negócio de um feirante.

Tão colossalmente mudaram as coisas. No ano de 1850 eram utilizadas na indústria quase que exclusivamente máquinas que desenvolviam até 50 cavalos de força; hoje em dia, na grande indústria, se empregam máquinas de até 30.000 cavalos de força. A isso há que acrescentar hoje a aplicação de eletricidade como indutora da transformação de elementos, a *eletroquímica*, que criou ramos da produção completamente novos. Se bem que Marx não pôde descrever tudo isso com antecipação, tal fato se encontra na linha reta do desenvolvimento marxiano e, portanto, é citado por parte da ortodoxia do marxismo como prova da exatidão da teoria. Contudo, em sua repercussão sobre as relações econômicas, sobre as condições de luta da classe operária e as possibilidades e formas da revolução

social tem uma transcendência não levada em conta por Marx.

Podem-se estatizar indústrias mundiais? O que isso significa? Pode o Estado se encarregar de empresas cujos negócios são em grande parte de natureza especulativa? E se o Estado não pode nem quer fazê-lo, pode-se arriscar a que tais negócios – que ocupam um lugar tão importante na moderna economia nacional, que juntos em-



Liderança do SPD

pregam exércitos inteiros de operários e sobre cuja existência descansa grande parte do bem-estar da população –, se poderia arriscar que eles, dado que o Estado não pode se encarregar diretamente deles, sejam entregues à ruína em meio de uma catástrofe social? Isso também é impossível. Têm que ser empregados meios e métodos muito diferentes para colocá-los paulatinamente sob um maior controle, que só pouco a pouco vai chegar a dominá-los por completo. Entre outros, tal coisa chegaram a experimentar num movimento verdadeiramente revolucionário os operários nos centros industriais russos.

A revolução russa que se iniciou tão otimista e grandiosamente no ano de 1905 (e da qual de todos os modos pode-se dizer que o que obteve então lutando não pôde ser eliminado totalmente, algo pelo menos permaneceu, apesar de toda a brutalidade da reação czarista), essa revolução converteu temporariamente os operários na força dominante nos grandes centros industriais da Rússia: em Karkov, Rostov, Moscou, Petersburgo, Varsóvia e especialmente em Lodz, a Manchester russa. O poder dos tzares estava no chão; toda a autoridade dos funcionários

e da polícia estava quebrada, e se chegou à situação em que a polícia dissesse aos fabricantes: “Vede como vos aliastes com os operários; nós não podemos vos ajudar.” Em Lodz há fábricas com 7.000 e até 8.000 operários; nelas os operários foram subitamente quase que os donos. Os proprietários fugiram para o exterior e deixaram a condução dos negócios nas mãos de procuradores e diretores técnicos. Alguns deles foram mortos a tiros pelos operários; se quisessem salvar a pele tinham que simplesmente ceder às condições dos operários. Mas isso durou só um tempo relativamente breve. Nessas circunstâncias, chega seguramente um momento em que os proprietários das fábricas dizem aos operários: “Por nós, fiquem com a fábrica; nós não podemos explorá-la mais, agora nos é indiferente o que acontecer.” Se não me equívoco, Kautsky, na conferência que fez aqui na Holanda sobre o que ocorria no dia seguinte à revolução, desenvolveu a idéia de que o abandono voluntário das fábricas por parte dos fabricantes seria uma das primeiras conseqüências da revolução da classe operária, que os fabricantes diriam, da maneira descrita: “Pois bem, tomem as fábricas, mas nos deixem tranqüilos!” Certamente, isso pode muito bem ser possível, admito, mas a expropriação resultaria desse modo muito barata. A pergunta é somente: devem ou podem então os operários se encarregar das fábricas, das quais o Estado não pode se encarregar, e continuarem as explorando com resultados positivos? E depois de tudo o que vimos até agora sobre isso, chegamos necessariamente à conclusão de que os operários não vão querer nem vão poder se encarregar das fábricas. Numa revolução, as fábricas tão facilmente expropriadas seriam cascas vazias. Na Rússia, o domínio dos operários terminou em toda parte quando chegou o momento em que, ao contrário, os operários disseram aos fabricantes: “Reconhecemos, agora sois outra vez os senhores”, e se sujeitaram tranqüilamente a suas disposições.² A ditadura industrial dos operários simplesmente não foi realizável. A vida econômica tem certas leis vitais que a simples vontade dos homens não pode superar.

O MARXISMO E A DIVISÃO SOCIAL

Não são pensamentos antimarxistas que expresso; são conclusões que, se bem que Marx mesmo não as tenha deduzido, estão, contudo, em consonância com a idéia fundamental de sua teoria. Uma sociedade cujas organizações e costumes descansam sobre um desenvolvimento de milênios não pode mudar da noite para o dia num sentido completamente diferente. E, sobretudo, porque o capitalismo não teve o efeito que se esperou por longo tempo dele: simplificar a sociedade em sua estrutura e organismo, criar relações geralmente simples. Não; a sociedade se fez mais complicada, a divisão em classes aumentou, se ramificou cada vez mais. As pequenas empresas na indústria e no comércio não foram destruídas, só foram deixadas para trás e modificadas em sua natureza e posição econômica. Séries completas delas certamente foram destruídas ou absorvidas por grandes empresas, mas o capitalismo criou por sua vez novas pequenas empresas. Para não ficar no abstrato, vou apresentar um exemplo disso. Uma indústria que, em sua forma mais antiga, praticamente desapareceu por completo nos países modernos compreendidos pelo capitalismo é a latoaria. O mestre latoeiro já não faz atualmente panelas, tigelas, etc., hoje em dia são feitas em fábrica, e no máximo ele as vende. A antiga latoaria teve que abandonar uma grande parte de seu trabalho. Onde antes estava o mestre latoeiro, encontramos agora grandes, pequenos e médios montadores de instalações elétricas. Sobre o solo da grande indústria

se desenvolveu uma indústria com pequenas empresas de outras formas! Podemos observar algo similar ainda em muitos ramos industriais.

Na agricultura, a sobrevivência da pequena indústria é ainda maior. Aí tanto a pequena como a média indústria se revelou muito mais resistente e produtiva do que anteriormente supôs a social-democracia sob a influência das doutrinas econômicas de Marx. Ele previu o colapso da pequena indústria também na agricultura porque, quando realizou seus estudos econômicos na Inglaterra – o país mais desenvolvido do ponto de vista capitalista –, a agricultura estava de fato predominantemente nas mãos da grande propriedade. Mas essa grande propriedade foi criada e mantida artificialmente através de particularidades do direito inglês e também graças a outras condições especiais da Inglaterra. Além do mais, não se pode discutir absolutamente que o cultivo de cereais, ainda fortemente promovido na Inglaterra de então, em extensas regiões de prados e planícies, assegura à grande empresa uma considerável superioridade sobre a pequena.

Vou ainda mais longe, pois não me interessa fechar os olhos diante dos fatos devido a qualquer teoria preconcebida. Meu afã é descobrir a verdade. Eu

renunciaria imediatamente a cada frase que escrevi contra os marxistas ortodoxos se me convencesse de que já não coincide com os fatos. Por isso é que acrescento além do mais um segundo ponto. Considero viável que inclusive na criação de gado, onde a pequena empresa se ma-



nifesta mais energicamente, a maior produtividade em relação ao trabalho humano empregado se encontra na grande empresa racional, e que, de um ponto de vista puramente matemático, essa se evidenciaria por isso como superior. Mas há que levar em conta outro fato, que nesse mundo desempenha um grande papel e que, portanto, não deve ser ignorado, a saber: o fator psicológico no trabalho. Tomemos o caso de uma grande empresa de criação de gado. Aí o gado tem que ser cuidado também durante a noite. Segundo as circunstâncias, tem que ser limpo ao anoitecer, receber água e alimentos, e em todo caso tem que se velar por ele. Na grande empresa isso é realizado por um operário assalariado, um peão, e para ele é *trabalho*, que muito correta e logicamente considera como tal e quer que lhe seja pago, pois não o faz para si e nem tem um interesse pessoal nele. Agora, passemos à pequena propriedade de um camponês médio ou pequeno que tem gado. Ao anoitecer vai uma vez mais a seu estábulo e zela por seu gado. Mas não continua vendo isso como *trabalho*, para ele é só uma ocupação que em geral lhe

dá uma certa alegria, pois é *seu* gado, de que ele cuida com carinho. O gasto de força física, que indubitavelmente faz, é compensado ou aparece pelo menos consideravelmente reduzido pelo fator psicológico. Essa é uma das razões pelas quais, em todos os países, a pequena empresa se mantém extraordinariamente forte na criação de gado diante da grande empresa, e inclusive lhe ganha terreno.

O censo alemão de fábricas e indústrias de 12 de junho de 1907, cujos resultados são dados a conhecer agora pelas agências de estatísticas, mostrou que na Prússia e em outras partes da Alemanha os dados são ainda mais favoráveis para as explorações rurais, que, no caso das médias e pequenas, na agricultura aumentaram em mais de 10%, e não só quanto a seu número, mas também em relação à superfície cultivada, pois esta última aumentou ainda mais que o número das explorações, enquanto que o número e a superfície de cultivo das grandes explorações diminuiu.³ Quanto à concentração (que ninguém pode negar, que nem sequer o mais empedernido conservador nega, porque os fatos falam uma linguagem muito clara), nem sequer nela se percebe que tenha havido como resultado simplificar a divisão social da sociedade. Não só não se reduziu a classe dos capitalistas, mas, ao contrário, *aumentou* consideravelmente. Pois, por trás daquelas gigantescas fábricas, das quais falamos mais acima, não se encontra um capitalista mamute, não marcha só um batalhão, não marcha um par de batalhões, nem um regimento nem um par de regimentos, mas exércitos inteiros de proprietários na forma de acionistas de todos os tipos.

Em muitos de meus trabalhos chamei a atenção para esse fato e, entre outras coisas, fiz referência a que o muito famoso truste do aço dos Estados Unidos, que seguramente absorveu centenas de fábricas, tem por trás de si 50.000 acionistas. E manifestei – e o repito aqui – que as duas maiores fábricas de tecidos finos da Inglaterra, que se reuniram há 10 anos num truste têxtil, deram lugar desse modo a uma importante concentração em sua indústria, mas não reduziram o número dos capitalistas, já que o truste tinha cerca de 4.500 acionistas de diferentes tipos. Os mesmos fatos podem ser observados em todas as partes na indústria, ou seja, que a forma impessoal de propriedade aumentou progressivamente. Inclusive em empresas que originariamente foram criações de uma pessoa, a propriedade se divide de geração em geração, primeiro dentro da família do fundador, mas, depois, com a crescente expansão da empresa, também por transferência de ações para pessoas estranhas à família. Finalmente, para encontrar a forma adequada para uma propriedade coletiva – que é menos livre do que a propriedade por ações – se desenvolveu na Alemanha e em outras partes o instituto de sociedades de responsabilidade limitada. Como um exemplo típico do aumento do número de proprietários de empresas particulares devido ao incremento destas últimas, pode servir a história do *Times* londrino. Essa conhecida empresa foi criada há 125 anos por um homem chamado John Walter, em Londres. Depois se transmitiu hereditariamente a seus descendentes na forma de títulos de participação cada vez mais divididos, assim como a destacados membros da condução da empresa. Desse modo, $\frac{1}{32}$, $\frac{1}{64}$ e inclusive $\frac{1}{128}$ das ações do *Times* passaram de mão em mão até que, após alguns anos, o periódico chegou a ser propriedade de uma sociedade de responsabilidade limitada. Muitas grandes empresas revelam um desenvolvimento similar. A anteriormente mencionada companhia de eletricidade Siemens & Halske pertenceu originariamente a duas pessoas, a Werner Siemens, que era um importante técnico, e ao mecânico com participação comercial Hal-

ske. Mais adiante se ampliou o círculo de proprietários com a entrada dos filhos de Siemens na empresa; foi dada participação a outras pessoas, e do simples negócio de sócios se constituiu uma *sociedade em comodato*. Mas também essa forma de sociedade era muito estreita diante do crescimento da empresa, e hoje em dia é uma sociedade por ações, cujos acionistas, isto é, proprietários, são centenas, se não milhares.

Em nenhuma parte se pode encontrar uma estatística detalhada dos acionistas. Mas o aumento da classe de acionistas se manifestou na estatística de *rendas e patrimônio*. Pois bem, a estatística de rendas não revela uma diminuição, mas um *aumento* do número de *médias e grandes* rendas, e um incremento que é consideravelmente *maior do que o aumento da população*. Em meu trabalho, *As premissas do socialismo*, que – pelo que sei – também está traduzido para o holandês, para ilustrar esse fato citei alguns dados da estatística de rendas na Prússia. Esses dados foram atacados porque têm por base duas diferentes taxações de impostos, isto é, são tomadas duas épocas que tinham leis impositivas algo diferentes. Mas então isso não podia ser evitado se não se quisesse deixar completamente

de fora da análise a época mais recente ou se deviam ser comparados anos muito pertos um do outro, para proporcionar um quadro ilustrativo do movimento. De todos os modos, estou de acordo com a crítica de que essa comparação não podia ser tomada em termos absolutos, mas só tinha um valor relativo comprobatório. Atualmente, podemos falar com maior segurança.

Em 1891, tivemos na Prússia a última grande reforma do imposto de renda, a assim chamada reforma impositiva Miguel, e, pela primeira vez, com base nela, foi elevado o imposto de renda no ano de 1892. Em 1906, a lei foi algo modificada, e a partir de 1908 essa modificação se manifestou na taxação impositiva. Tomemos, então, os dados para o ano inicial e o ano final da imodificável validade da lei Miguel, a saber, 1892 e 1907. Então, vemos que nesse período na Prússia as rendas burguesas inferiores, de 3.000 a 6.000 marcos, aumentaram de 204.714 para 369.046, isto é, 80,37%; e as rendas burguesas aumentaram mais de 6.000 marcos anuais, de 112.175 para 190.445, isto é, 69,5%. Enquanto que a população no mesmo período havia crescido

somente 25,3%. Poderia continuar citando mais números e apresentar o movimento dos diferentes grupos da classe mais elevada de rendas, e se demonstraria então que em cada grupo o aumento foi consideravelmente maior do que o incremento da população.⁴ O número de capitalistas aumenta, em vez de diminuir. A sociedade se modifica em seus fundamentos, mas sua divisão não se simplifica.

A diferença entre a opinião originariamente extensa em círculos socialistas sobre o desenvolvimento das rendas e bens e o desenvolvimento real pode ser ilustrada mediante dois gráficos.

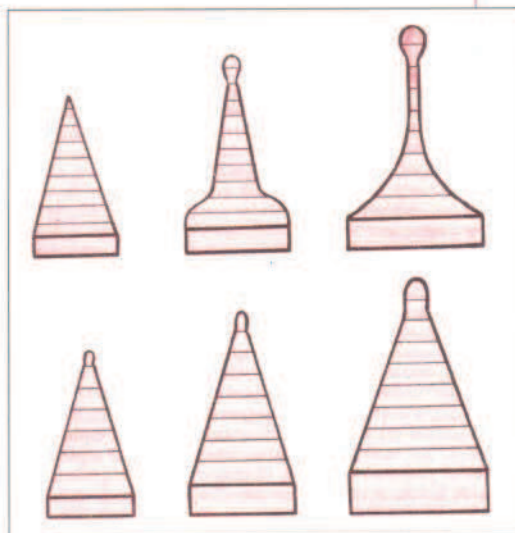
A parte superior corresponde à parte teórica do Programa de Erfurt da social-democracia alemã. Esse programa, que foi idealizado no ano de 1891 por Karl Kautsky, com minha assistência, reflete a concepção que nós os socialistas tínhamos antes do desenvolvimento da sociedade. Como ponto de partida temos uma



Capa do livro de Eduard Bernstein (Org.), *Die Geschichte der Berliner Arbeiter-Bewegung*.

pirâmide social que é formada por um bloco e um cone que regularmente se eleva sobre ela. O bloco é a parcela dos operários assalariados; a parte média ou as partes médias são as classes pequeno-burguesas ou burguesas médias; a parte superior, o cume, representa a classe dos latifundiários e grandes capitalistas. Segundo o Programa de Erfurt, o desenvolvimento deveria levar ou deveria ter levado a que a pirâmide se acercasse cada vez mais da forma conhecida no mundo científico como *pescoço de garrafa*. Isto é, que o cume crescesse na forma de cabeça, o centro se estreitasse formando um pescoço e a parte inferior adotasse uma forma cada vez mais maciça, como mostram no desenho superior as duas pirâmides seguintes. Um economista nacional burguês, o professor Julius Wolf, em Breslau, deu-se ao gosto de propor como última conseqüência dessa teoria um quadro que mostra somente acima a grossa cabeça dos milionários e embaixo o gigantesco bloco dos operários, enquanto que as camadas médias desapareceram por completo, e já não constituem nem sequer um pescoço da grossura de um cabelo. Evidentemente, essa situação não poderia jamais se dar. O grupo inferior das pirâmides, no que está baseada a verdadeira tendência atual da divisão social, mostra por certo uma modificação da forma da pirâmide, mas a estrutura superior continua sendo fundamentalmente um cone. A parte superior já não é aguda, mas truncada. A classe dos grandes capitalistas se fortaleceu, mas no restante das camadas intermediárias podem ser encontradas quase que na mesma graduação, e nenhum membro diminuiu nas camadas entre a classe operária e os muito ricos.

Desse fato se concluiu que, com semelhante desenvolvimento, tudo é muito bonito, e os socialistas não teriam motivos para se queixar da marcha das coisas. Mas isso é radicalmente falso. Veja-se somente a terceira pirâmide de baixo mais detalhadamente. O bloco, sobre o qual se erige o cone, cresceu poderosamente, a classe dos proletários, a classe dos que trabalham por um salário, aumentou enormemente, e junto com ela aumentou também outra mais: *o tamanho da distância entre o cume e a base*. Meu gráfico proporciona somente um quadro da tendência que se opera diante de nossos olhos, e não pretende ter exatidão matemática. O desenvolvimento poderia ser ilustrado também mediante um acordeão suspenso, em cuja parte inferior está amarrado um peso, enquanto que uma força algo superior puxa para cima. As partes superiores – a classe dos ricos – vão mais rapidamente para cima; reúnem-se bens cada vez mais vultosos em mãos particulares. Seguem os membros intermediários, nenhum fica de fora, mas quanto mais avançamos para baixo tanto mais lento é o movimento de elevação; onde é mais lento é no ponto mais abaixo, ou seja, onde estão os operários. Também aqui há uma certa elevação: a parte inferior não descendeu mais, para a classe operária a situação não está positivamente pior do que antes; contudo, a distância a partir de baixo até em cima aumentou consideravelmente e elevou o mal-estar social. Mas as camadas que ocupam os escalões superiores, a massa dos capitalistas, são ou vão



ser – coisa a que eles também aspiram como pessoas – consideradas economicamente como capitalistas cada vez mais parasitas, que não têm qualquer relação funcional com o trabalho produtivo, que participam só como acionistas no produto das empresas, mas que no restante não têm nenhuma responsabilidade.

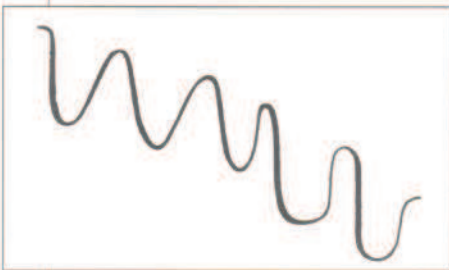
A TEORIA DO COLAPSO

Mas, tampouco num segundo ponto, se cumpriram as hipóteses marxistas. Quem ler o Programa de Erfurt vai encontrar no quarto ponto da primeira parte o seguinte parágrafo: “O abismo entre os possuidores e os despossuídos [todavia não há um abismo, se é que se deve entender a palavra num sentido econômico e não moral] se amplia ainda mais através das crises fundadas na natureza do modo capitalista de produção, que são *cada vez mais importantes e devastadoras*.” Quando foi redigido o Programa de Erfurt, nisso acreditavam todos os socialistas. Tínhamos a idéia de que o desenvolvimento econômico em relação às conjunturas do mercado adotaria o caminho de uma espiral que se estreita cada vez mais. Tal é o sentido desta frase, e com essa suposição recebeu sua formulação no Programa de Erfurt. Se se quer ilustrar graficamente a idéia do Programa de Erfurt, se obtém uma curva cujos descensos se tornam cada vez mais prolongados e cujas elevações

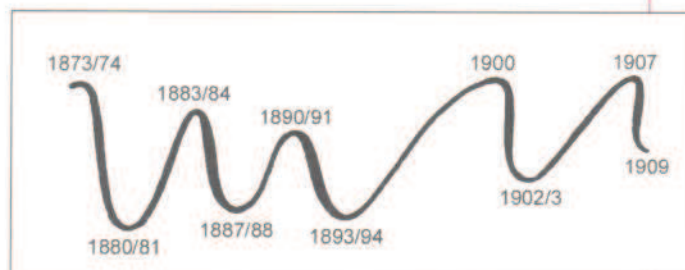
cada vez mais curtas, e também cada vez mais curtos se tornam os espaços intermediários entre o começo de um período de prosperidade e o de uma nova crise que eclode. Como mostra aproximadamente o gráfico ao lado.

Uma linha diretamente descendente das conjunturas. Mas como foi o verdadeiro desenvolvimento? Temos uma estatística e uma história das crises que nos oferecem informação sobre isso. Examinemos primeiro quais crises suportou

o império alemão desde sua fundação. De 1871 até 1873 tivemos um auge grandioso, a famosa e desacreditada crise do progresso, durante a qual tudo parecia nadar em ouro e somas enormes eram colocadas em duvidosas empresas. Mas, em 1874, depois da grande catástrofe de 1873, inicia-se um período de crise e depressão que se prolonga até 1880-1881, quase sete anos, e que foi tão devastador – eu o vivi como funcionário de um banco e como socialista ativo – que então se tinha em proporção mais desempregados e maior miséria do que em todas as crises anteriores. Só em 1881 se manifestou um certo crescimento, mas resultou muito débil e não durou muito, encontrando seu ponto máximo no ano de 1883. Então, sobreveio novamente uma depressão, que durou até 1887-1888, não de todo tão prolongada, mas quase tanto como a que se estendeu de 1874 até 1880. Logo se volta a ter um pequeno crescimento que é acompanhado por fortes movimentos operários, mas dura apenas três anos, ou seja, até 1890-1891. Em 1891 acabou-se o esplendor e esse é o ano em que foi redigido o Programa de Erfurt. É o primeiro ano de uma nova depressão nos negócios, que se prolonga até 1893. Então, começa um crescimento como nunca antes se havia experimentado, não só em relação à *intensidade*, mas também a respeito da *duração*, pois acaba só em 1900, quando aparece um novo período de depressão, mas não de muita intensidade e que termina outra vez em 1903. A melhoria que agora começa é outra vez muito forte e se



mantém até 1907. Agora, desde 1907, estamos de volta a um período de depressão, mas do qual não sabemos quanto vai durar e ao qual não podemos tomar como parâmetro. Contudo, na medida em que deixamos falar os fatos temos diante de nós uma curva muito diferente da que o programa traçou. Justamente a partir de 1891 observamos uma curva de conjunturas muito mais ascendente do que descendente. Observem a curva sobre a qual está baseado o verdadeiro curso descrito das conjunturas e comparem com o gráfico indicado pelo programa.



Trata-se de um quadro completamente diferente, um desenvolvimento das

conjunturas totalmente distinto daquele que a social-democracia tinha diante de seus olhos anteriormente. Forças contrárias, que antes não existiam na mesma medida, debilitaram o impulso dos fatores que promoviam as crises. A riqueza da sociedade aumentou tão descomunalmente e se expandiu tanto que para a ação contrária ao perigo de estancamento se oferecem na atualidade possibilidades muito diferentes das anteriores. A grande extensão do mercado criou possibilidades de nivelção como não havia antes, na mesma medida. Tudo isso e muito mais parece mostrar ao contrário que as crises e depressões da vida econômica se superam mais rapidamente do que antes. Eu não digo que todas essas sejam vantagens absolutas para o conjunto. Os cartéis podem ajudar certas indústrias a superar as crises, mas, ao contrário, agravam seu efeito sobre outras indústrias, pelo fato de que mantêm artificialmente elevado o nível de preços, enquanto que antes, nas crises, os descensos de preços tinham um efeito curativo. E se bem que hoje a linha de conjunturas se dispõe em geral melhor do que antes, permanece não obstante um elemento a respeito do qual o Programa de Erfurt tem razão: a *insegurança geral* não é menor do que antes. Ainda na atualidade a classe operária está exposta nos diferentes países ao jogo das conjunturas, depende de transformações industriais que se dão de forma contínua, que sempre jogam novamente mais operários no mercado geral de trabalho. E essa insegurança não existe só para a classe operária, mas também é válida para a maioria das demais classes industriais da sociedade, também para os homens de negócios. Poderia se comparar a relação com o movimento ondulatório que as tempestades provocam num lago e num oceano. Se a tormenta faz elevar as ondas num pequeno lago, então isso oferece um quadro terrível: as ondas e a destruição que elas ocasionam parecem enormes de acordo com a moderada extensão do lago. Outra tormenta pode elevar muito, muito mais altas as ondas no oceano, ocasionar muito maior dano, mas diante do quadro de conjunto que o oceano oferece poderá parecer insignificante. O que é o indivíduo num oceano? Também sem crise o operário acaba hoje jogado de um lado para o outro no oceano da economia mundial; a existência se tornou para o indivíduo na vida econômica mais esmagadora, insegura, ameaçada. Diariamente as ondas devoram vítimas em grande quantidade, enquanto sobe imperturbável a maré do mercado da economia mundial.

Não se pode esquecer essa circunstância, para que o velho esquema do desenvolvimento da crise, que vai se tornando insustentável, não nos induza a um

otimismo enganador. Mas o esquema tem que cair, e com ele são derrubadas todas as esperanças que foram formuladas a partir de sua base, especialmente a idéia de uma gigantesca catástrofe econômica que colocaria a sociedade moderna diante da ruína imediata, diante do colapso total. Essa idéia não só não ganhou em probabilidade, mas tal probabilidade diminui progressivamente. Todas as especulações que antes estiveram vinculadas a esse esquema de crises se tornaram caducas e só podem causar prejuízos.

O REVISIONISMO E A PRÁTICA SOCIALISTA

Mas se temos que abandonar a idéia da catástrofe, o que chamamos de *trabalho socialista atual* adquire evidentemente um *valor muito elevado*. Porque então se trata não só de adotar meios paliativos, que têm valor unicamente na medida em que são ganhos destinados a manter os operários em condições de

lutar até o advento da grande catástrofe, mas ele se converte num importante *trabalho preparatório fundamental*. Um fator básico que diferencia o revisionismo da antiga concepção da social-democracia é a grande valorização daquilo que pertence ao atual trabalho socialista. E isso se traduz na maior valorização do trabalho parlamentar, não tanto como agitação – se bem que ela tenha sua justificativa – mas muito mais como busca de resultados



Paul Singer, August Bebel e Wilhelm Pfannkuch

legislativos positivos, de leis orientadas para produzir as modificações as mais profundas possíveis no direito e na economia; e também numa maior valorização da atividade socialista nas comunidades; numa maior apreciação da importância social dos sindicatos de um ponto de vista de todas as funções que eles estão em condições de exercer na vida econômica. O maior interesse pelo desenvolvimento sistemático de suas organizações, assim como também em prol da ampliação e fomento das cooperativas operárias de consumo. Todo trabalho dessa índole adquire uma importância muito diferente, muito maior do que antes, quando se abandona a idéia daquele esquema de crise e a especulação sobre o grande colapso econômico, e se representa a sociedade tal como ela realmente se desenvolve.

Pois bem, contra esta afirmação se disse o seguinte: tudo o que aí se indica como uma tarefa atualmente necessária já se faz, a social-democracia já o faz na atualidade! Até certo ponto isso é correto, mas só até certo ponto. Porque a diferença está em que sob que pressupostos se realiza um trabalho. Quando apareceu meu livro sobre as premissas do socialismo e se defrontou com os mais violentos

ataques, um socialista polonês, o doutor Ludwik Gumplowicz, disse o seguinte numa assembléia em Londres (e foi o mais comovedor que poderia ter dito): “O que Bernstein propõe já fizemos antes, mas o fizemos com meio coração e com uma má consciência socialista. Bernstein nos pôs em condições de fazê-lo com todo o coração e com uma boa consciência socialista.” Se isso é verdade, não corresponde a mim decidir, mas é certo quanto ao propósito, e essas palavras de um companheiro de lutas de outro país foram o melhor elogio que pode receber um escritor político.

Na realidade, o movimento socialista – como se pode comprovar historicamente – foi levado por condições reais de sua luta e de seu próprio crescimento a abandonar um depois do outro os juízos que se desenvolveram com uma base ainda meio utópica. Originariamente, os socialistas pensavam que os parlamentos não interessavam em absoluto aos operários, que as coisas que ali se discutem eram insignificantes e nada tinham a ver com os grandes objetivos socialistas. Logo se concorreu ao parlamento, ainda que se considerou inútil quando não prejudicial participar das comissões parlamentares. Mas, agora que os partidos socialistas alcançaram importância nos parlamentos, se compreendeu que a classe operária tem que trabalhar em todos os corpos legislativos e administrativos com todas as suas forças e tem que buscar impregná-los cada vez mais com seu espírito. Assim ocorreu nesse aspecto, e assim há de continuar acontecendo nesse e em outros pontos. Derrotado nos congressos pela força da tradição, o revisionismo, contudo, se impõe vitorioso na prática.

Agora vêm alguns companheiros de partido e me dizem: até aqui tudo isso soa muito bem, mas com esse pequeno trabalho se perdem do horizonte os grandes pontos de vista, as grandes idéias sintetizadoras, e se você tira do trabalho além do mais o *objetivo final* socialista, então as coisas irão cada vez pior nesse terreno.

Minha resposta a essa reprovação freqüentemente ouvida é de que os operários modernos já não são crianças às quais se deve mostrar a lua para se agir de forma estimulante e incitante sobre eles. A classe operária moderna, que caminha para sua maturidade e em grandes camadas, já amadureceu, não necessita de nenhuma utopia e pode ser levada à luta socialista também sem o confuso “objetivo final”. O que se tem que mostrar aos operários para infundir-lhes entusiasmo e sentido para perseguirem grandes objetivos é algo muito diferente. Por um lado, sua crescente importância na sociedade moderna, a *missão* histórica de sua classe, que se manifesta no fato de que eles constituem a única classe que como tal pode enfrentar na atualidade totalmente livre de prejuízos qualquer verdadeiro progresso no conhecimento, na técnica, na economia, etc.; cujo interesse não está ligado a nenhuma coisa envelhecida nem envelhedora, como ocorre com outras classes da sociedade, que são em parte reacionárias, mas que participam somente em parte do progresso, porque com o progresso perdem isto ou aquilo como classe. Só os operários, tão logo como aparecem como classe, estão ligados em todos os aspectos ao progresso social, são sua vanguarda mais segura, como expressou belamente Lassalle com as palavras que dirigiu aos trabalhadores no programa operário: “Eles são a rocha sobre a qual será erigida a igreja do presente.” Se se diz tal coisa aos operários e lhes demonstramos a possibilidade de uma ascensão contínua, que talvez se efetue lentamente mas que, em consequência de sua crescente importância social, lhes está assegurada na medida em que avancem unidos, então com isso lhes mostramos um grande objetivo, que tem que exercer

um efeito tanto maior, posto que é um objetivo no qual também pode crer o crítico desapassionado. Observemos uma vez mais o quadro da pirâmide social, tal como se desenvolve nos fatos. Acima o cone pressiona o bloco da classe operária e impede seu completo desenvolvimento. Os parasitas, que o cone encerra em número crescente, são o peso que reprime o bloco. Mas o bloco se torna cada vez maior, a classe operária aumenta proporcionalmente mais do que as outras classes, o bloco se acerca cada vez mais do cone em extensão, e cada vez maior se torna sua capacidade de defesa. Isso é importante mostrar aos operários, já que com isso não lhes tiramos o entusiasmo para trabalhar conosco os socialistas, com isso não lhes tiramos as grandes perspectivas, mas somente lhes mostramos como de fato têm que lutar na sociedade, e lhes despertamos uma confiança em si mesmos que pode incendiar os espíritos, também num avanço lento, até o máximo aproveitamento de suas forças.



Direção do SPD

va agora se modifica, e se abre outro panorama. A perspectiva que temos pela frente nos mostra a luta diária dos operários que se desenvolve e se reitera apesar de todas as perseguições; o crescimento dos operários em número, em poder social, em influência política, à qual já nenhum partido pode ignorar. Essa perspectiva nos mostra o caminho da classe operária não só *para frente*, mas também *para cima*, não só um fortalecimento quanto a seu número, mas também uma elevação de seu nível econômico, ético e político, uma crescente capacitação e atuação como fator de co-governo no Estado e na economia. E no sentido dessa perspectiva operou e opera na atualidade decididamente aquela orientação na social-democracia cujos prosélitos são chamados de revisionistas.

A velha experiência baseada nas explicações de Marx sobre o colapso social iluminava a nós outros, os social-democratas, que somos todos discípulos de Marx e Engels, e apresentava o quadro de um exército que avança por rodeios, sobre rochas e em meio a espinhais e que, contudo, é sempre levado de novo para trás nesse caminho, até que finalmente chega a um grande abismo do outro lado do qual, através de um mar embravecido – que segundo alguns era um mar *vermelho* – se vislumbrava o ambicionado objetivo: o Estado do futuro. Essa perspecti-

TESES SOBRE A PARTE TEÓRICA DE UM PROGRAMA PARTIDÁRIO SOCIAL-DEMOCRATA

Já que o informe se dirigiu a um público geral e não lhe quis dar uma extensão que cansasse a platéia, pude tratar somente das questões fundamentais

do revisionismo socialista e considerar unicamente algumas conclusões que delas derivam para a prática socialista. Outras conclusões, ao contrário, tiveram que ficar pendentes. A elas pertencem, por exemplo, a questão da prática social-democrata diante dos partidos burgueses e das organizações políticas intermediárias, assim como a questão, relacionada com ela, de se a social-democracia tem que continuar sendo um partido da classe dos operários ou tem que tender a se converter num partido popular socialista. Em parte se prejudica sobre essas questões devido à forte acentuação da idéia de desenvolvimento colocada pelos revisionistas; a palavra revisionismo, que no fundo só tem sentido para questões teóricas, traduzida para o político significa *reformismo*, política do trabalho sistemático de reforma em oposição à política que tem presente uma catástrofe revolucionária como um estágio do movimento desejado ou reconhecido como inevitável. A última política vai diferenciar os partidos não-socialistas em suma por razões oportunistas de utilidade, mas também na luta contra os partidos aliados vai se comportar tanto mais áspera e bruscamente quanto mais próxima seja pensada a catástrofe. Ao assumir a rejeição da teoria da catástrofe, o reformismo deve prever causas e necessidades periódicas de cooperação com partidos não-socialistas, e na luta com eles adaptar segundo as circunstâncias a linguagem. Nesse sentido, o reformismo significa também *moderação*. Mas se trata de uma superstição, que se deve combater com suficiente energia, a de crer que semelhante moderação implica a renúncia a meios de luta enérgicos, uma política de fraca transigência e de encobrimento das contradições. Como se pode ser revisionista ou reformista e estar por sua vez a favor da greve política, da tomada de assalto às ruas e meios similares? A esta pergunta respondi incontáveis vezes: “Eu sou a favor dessas medidas *porque* estou a favor de uma conseqüente política de reformas. Pois quanto mais claramente se coloca em primeiro plano a idéia de tal política, tanto mais eficazes resultarão esses meios.” Uma acentuação conseqüente da idéia de reforma torna, aliás, desnecessário qualquer ocultamento do caráter da social-democracia como partido da classe operária.

Participo totalmente da opinião de que a social-democracia tem que conservar esse caráter. Só a consciência de que é o partido dessa classe da sociedade, que todos os fios de suas condições de existência e de desenvolvimento dependem do progresso econômico como fundamento do progresso social e cultural, garante a unidade de vontade que é o fator mais seguro da unidade na ação. É a *bússola* indispensável para as complicadas questões da política, diante das quais a social-democracia tem que tomar posição, como a política agrária, a política externa, a política comercial, a política colonial, etc. Política da classe operária não significa aqui um antagonismo absoluto com os interesses das outras classes, mas liberdade dos interesses particulares e específicos das outras classes. A social-democracia pode, por exemplo, impulsionar uma política agrária que ofereça vantagens também para os camponeses, mas não pode impulsionar uma política que signifique uma política da classe dos camponeses. Assim, se pode converter num “partido do povo” só no sentido e na medida em que os próprios operários se convertam no elemento determinante do povo, em torno do qual se agrupem outras camadas sociais, como pertencentes essencialmente a ele. O fato de que a classe operária esteja no melhor caminho para tal objetivo é mostrado pelo censo das profissões e indústrias.

Ele nos indica que as classes dos operários assalariados e empregados são as classes da população que mais rapidamente aumentam. Se também as pequenas

empresas na indústria e no comércio aumentam de forma mais rápida do que a média da população – na Prússia, entre 1895 e 1907, as empresas de 2 a 5 pessoas aumentaram de 593.884 para 767.200, isto é, cerca de 29,2%, enquanto que o incremento da população foi de 19% –, então não se deve esquecer que um considerável número dessas empresas é parte de empresas maiores, e uma grande percentagem de pequenos empresários hoje se identifica muito mais com os operários, pois, embora sua classe se mantenha, as existências individuais dentro delas se assentam em grande parte em bases muito inseguras, e reina em seu interior um fluxo ativo. Se bem que se possa dizer isso dos camponeses somente em menor medida, contudo a estatística apresentada na nota 3 mostra que inclusive a camada das explorações rurais que se desenvolve de modo mais favorável fica cada vez mais atrasada em relação ao aumento da população. Enquanto esta última cresceu 19%, as explorações rurais médias aumentaram 10,9% e as pequenas explorações inclusive diminuíram. Os camponeses não são arruinados pela grande exploração agrária, mas pela degradação enquanto classe social.

Estes são os pontos de vista a partir dos quais têm que ser revistos os programas social-democratas que tentam caracterizar o desenvolvimento social de acordo com o modelo do Programa de Erfurt da social-democracia alemã. Eu consideraria adequado renunciar a tais detalhes no programa partidário e, depois de algumas frases introdutórias de caráter geral, como Marx concebeu tão magistralmente no programa mínimo do partido operário francês, colocar no programa só postulados e aspirações e apresentar, ao contrário, a fundamentação teórica em manifestos que possibilitem uma análise mais detalhada do que aqueles que têm que ser brevemente redigidos. Mas se se quer conservar o esquema do Programa de Erfurt, então as partes teóricas têm que ser redigidas de tal maneira que a exatidão científica não seja sacrificada pelo efeito retórico. Que isso é perfeitamente possível nos mostram as teses que redigi para o informe de Charlottenburg, mencionado no “Prefácio”. A seguir, incluo essas teses com a ressalva de que se tratou somente de um esboço do *conteúdo ideológico*, e não de um projeto acabado em seu aspecto formal:

- 1) Nos países civilizados da atualidade o sistema econômico capitalista domina a produção e a troca de bens. A empresa equipada com grandes recursos, especialmente na indústria e no comércio, relega por completo a um segundo plano as pequenas empresas. A camada dos pequenos empresários independentes, o pequeno camponês, o pequeno artesão, o pequeno comerciante e demais pequenos fabricantes constituem uma fração cada vez menor da população. Em troca, aumenta de forma progressiva a classe *dos operários assalariados* empregados em empresas capitalistas e de *empregados que trabalham em troca de uma remuneração*. Mais de $\frac{3}{4}$ do aumento da população estão condenados a uma dependência econômica permanente.
- 2) Para a massa dos empregados, e especialmente para os operários assalariados, o capitalismo significa, juntamente com a *dependência*, uma *crescente insegurança da existência*. Transformações técnicas que liberam horas de trabalho humano expulsam continuamente de sua esfera operários qualificados, e, além do mais, a mudança de conjuntura ascendente e a estagnação dos negócios, originada pelo caráter especulativo da economia, significam para a grande massa de operários e

empregados uma permanente *mudança de sobre-tensão das forças e desemprego*. Mas quanto mais aumenta a classe operária, de forma tanto mais paralisante repercute sobre toda a vida econômica o desemprego e a ruína de milhares de industriais.

- 3) Certamente, as modernas uniões de capitais, os sindicatos e os cartéis buscam submeter a produção a uma certa regulação. Mas não o fazem em benefício e para o bem-estar de toda a economia nacional, mas com o propósito de *manter altos os preços*, e assegurar lucros mais elevados possíveis em suas indústrias especiais. Em conseqüência disso, não podem evitar os prejuízos ocasionados pelas periódicas estagnações dos negócios, mas só modificar suas *formas de manifestação*, enquanto que o fato de manter os preços artificialmente elevados *piora ainda mais* os efeitos das estagnações para a grande comunidade trabalhadora.
- 4) A produção capitalista leva a um *grande aumento da riqueza social*. Mas essa crescente riqueza da sociedade flui somente para a menor parte das classes trabalhadoras. Nas diferentes formas de *lucro* e da *renda da terra* os *latifundiários* e as *classes possuidoras de capital* atraem para si quantidades cada vez maiores de mais-valia. Aumenta cada vez mais o número daqueles que baseados em títulos de propriedade desfrutam de *rendas sem trabalhar*, e, num grau ainda maior que seu número, aumenta sua riqueza de capital. Enormes bens, como nenhuma época anterior conheceu, se acumulam em mãos particulares, cresce descomunalmente a *distância entre a renda da grande massa* que se esforça por um salário ou um pagamento similar, por um lado, e a *renda da aristocracia capitalista*, por outro, cujo luxo aumenta desmedidamente e corrompe a vida pública.
- 5) Enquanto a produção e a troca, com o crescimento das empresas, adquirem um caráter cada vez mais social, pelo desenvolvimento das formas coletivas de propriedade — sociedade por ações —, a *relação dos proprietários* das empresas com sua exploração *distancia-se* progressivamente. Uma parte cada vez maior do capital global da sociedade se converte em propriedade dos *acionistas* que *não têm nenhuma relação funcional com as empresas*, que só estão interessados no lucro que elas têm que dar, mas que no restante permanecem indiferentes e sem assumir responsabilidades diante delas. Atrás das grandes empresas monopolistas há um grande exército de acionistas que fortalecem seu poder social como consumidores de renda sem trabalho, mas que, para a economia nacional, levam uma existência parasitária.
- 6) Contra essa *proliferação do parasitismo*, contra a pressão monopolista do capital exercida em dois sentidos — sobre o salário e o preço —, os operários e empregados estariam, como indivíduos, impotentes. Somente por meio da coalizão *política, sindical e corporativa* podem oferecer resistência às tendências que os oprimem. Liberdade de coalizão e o mesmo direito eleitoral democrático são as premissas necessárias para a libertação do operário na sociedade capitalista.
- 7) De todas as classes da sociedade que se opõem ao poder do capital *somente a classe operária constitui um poder revolucionário no sentido*

do progresso social. As outras classes ou camadas anticapitalistas são diretamente reacionárias – querem deter a roda da história ou no possível rodá-la para trás –, ou então se movem, dado que são formações intermediárias, no seio de contradições e deficiências. Somente os *operários* têm como classe, diante do capitalismo, que *defender interesses exclusivamente progressistas*. Como classe, os operários têm o maior dos interesses no aumento das riquezas naturais a serviço da produção; como classe, têm o maior dos interesses na eliminação das formas parasitárias de empresa e na eliminação dos elementos sociais parasitários.

- 8) Seu interesse de classe reclama a *transferência dos monopólios econômicos para as mãos da sociedade*, e sua exploração para benefício da sociedade; em seu interesse de classe se encontra a extensão do *controle social* sobre todos os ramos da produção, a incorporação das empresas atrasadas à produção regulada. A organização dos operários como classe significa, contudo, sua organização num partido político especial, e o partido político dos operários é a *social-democracia*.
- 9) A social-democracia luta pela realização da democracia no *Estado*, na *província*, na *comunidade*, como um meio para a efetivação da igualdade política e como uma alavanca para a socialização do solo e das explorações capitalistas. Ela *não é* partido dos operários no sentido de que só aceita operários em suas fileiras, mas que pertence a suas fileiras aquele que admite e defende seus princípios, que diante das questões da vida econômica toma posição em favor do trabalho criador contra a propriedade exploradora. Mas ela se dirige fundamentalmente aos operários, pois a *libertação dos trabalhadores tem que ser antes de tudo obra dos próprios trabalhadores*. A principal missão da social-democracia é inculcar essa idéia nos operários, e organizá-los política e economicamente para a luta.
- 10) A luta da social-democracia não é limitada a um só país, mas envolve todos os países nos quais o moderno desenvolvimento apareceu. Compenetrada do reconhecimento de que o desenvolvimento do moderno sistema de comunicações produz uma solidariedade crescente entre os operários de todos esses países, e que os antagonismos nacionais dos quais ainda se fala na atualidade têm sua origem em relações de dominação e exploração, por cuja eliminação luta a classe operária, a social-democracia defende na luta econômica e na ação política o *princípio da internacionalidade*, que tem como objetivo a união livre dos povos baseada no direito de autodeterminação nacional no marco da solidariedade da humanidade civilizada.

NOTAS

- ¹ Segundo outra interpretação, *Whig* é um derivado de *Whiggamore* = “arrieiro de cavalos”.
- ² Com grande reserva, mas de um modo um tanto mais eficaz para o leitor atento, o marxista russo Tscherewanin apresentou a questão no trabalho *Das Proletariat und die russische Revolution* (Stuttgart: J. H. W. Dietz). Contudo, à própria parte econômica aí só medianamente se lhe faz justiça.
- ³ Ver os dados correspondentes da estatística oficial:

	1895	1907	aumento ou diminuição em %
Exploração minúscula (menos de ½ hectare)	1.238.190	1.352.845	+ 9,26
Exploração parcial (de ½ a 2 hectares)	808.923	748.132	- 7,63
Exploração pequena (de 2 a 5 hectares)	522.780	520.914	- 0,36
Exploração média (de 5 a 20 hectares)	528.729	583.160	+ 10,29
Exploração rural grande (de 20 a 100 hectares)	188.114	175.976	- 6,45
Exploração grande (mais de 100 hectares)	20.390	19.117	- 6,24
Totais	3.308.126	3.400.144	- 2,78

Segundo os dados, desses grupos só aumentaram os menores (parcelas de trabalhadores, etc.) e as explorações médias – este último é justamente o grupo dos camponeses pequenos e médios. De uma coletânea detalhada que, como a precedente, foi publicada na correspondência estatística do Departamento Estatístico Imperial Prussiano, de 3 de março, resulta também que dos grupos vizinhos das explorações médias, aqueles grupos inferiores que se encontram mais próximos destes últimos se desenvolveram mais favoravelmente. Enquanto que todo o grupo das pequenas explorações mostra um retrocesso, sua camada superior (de 4 a 5 hectares) aumentou 4,98%, e nas grandes explorações rurais, que no total diminuiram 6,45%, a diminuição no grupo inferior, de 50 a 100 hectares, é de 11,87% (de 31.252 para 27.542), mas a diminuição das explorações rurais mais médias, de 20 a 50 hectares, é só de 4,31% (de 155.439 para 143.949). A respeito da superfície de cultivo, os grupos médios revelam o seguinte movimento:

	Superfície total de cultivo em 1.000 hectares		Aumento ou diminuição em %
	1895	1907	
De 4 a 5 hectares	448	475	+ 5,91
De 5 a 10 hectares	1.947	2.233	+ 14,70
De 10 a 20 hectares	2.797	3.144	+ 12,43
De 20 a 50 hectares	4.553	4.497	- 1,25

Segundo isto, em cada um desses grupos *aumentou* a média da superfície de cultivo por exploração. Não se deve esquecer que esse resultado é em parte um efeito da política de colonização prussiana nas províncias orientais – a parcelização de grandes propriedades com o propósito da colonização por camponeses alemães nas zonas ameaçadas pela Polónia –, assim como da ação oposta dos poloneses, que também, segundo as possibilidades, criam propriedades rurais. E assim os números falam claramente contra a teoria do “desaparecimento das explorações rurais”. Sobre a capacidade produtiva das explorações rurais pequenas em comparação com a grande exploração na criação de gado, o doutor Arthur Schultz, que por sua vez é um agricultor prático, nos informa fatos dignos de atenção nos *Socialistischen Monatshefte* (ver o artigo “Grossbetrieb und Kleinbetrieb in die Viehhaltung und Viehzucht”, em *Sozialistischen Monatshefte*, n.º 7, de 1909).

- ⁴ O que no informe não se mostrou factível para não cansar a audiência com a leitura de muitos números, pode ser recuperado aqui. Da renda de mais de 6.000 marcos os grupos característicos mostram o seguinte desenvolvimento:

	1892	1907	Aumento em %
Burgueses médios abastados (6.000-9.500 marcos)	63.112	90.145	42,8
Burgueses médios altos (9.500-30.500 marcos)	40.618	79.630	96,1
Grandes burgueses (30.550-100.000 marcos)	6.665	17.109	156,7
Ricos (mais de 100.000 marcos)	1.780	3.561	100,0
	112.175	190.445	69,5

O imposto de renda ("Imposto suplementar") mostrou entre 1895 – quando foi criado – e 1908, nas camadas que podem ser caracterizadas como *proprietárias*, um desenvolvimento similar:

	1895	1908	Aumento em %
Propriedade moderadamente burguesa (32.000-52.000 marcos)	162.262	203.818	25,6
Propriedade burguesa alta (52.000-200.000 marcos)	179.862	240.391	33,7
Grande propriedade burguesa (200.000-500.000 marcos)	29.373	43.336	47,5
Riqueza (mais de 500.000 marcos)	13.631	21.002	54,1
Totais	385.128	508.547	32,0

Em todos os grupos o aumento superou a proporção do incremento da população, que cresceu pouco mais de 20%. De qualquer forma, pode ser que uma parte desse aumento dos contribuintes tenha se dado pela aplicação mais precisa do método de taxaço. Porém, o fato de que as classes salientadas aumentem em lugar de diminuir não admite discussão. Todo o desenvolvimento da vida moderna fornece provas disso.

ROSA LUXEBURG E AS ORIGENS DA REFUNDAÇÃO COMUNISTA

Marcos Del Roio*

I

O lugar de Rosa Luxemburg no interior do marxismo e na trajetória do movimento operário e socialista foi polêmico desde quando era viva. Sua solidão existencial e o difícil enquadramento de seu pensamento podem ser parcialmente explicados pela sua vida conflitiva em todos os aspectos, desde o caráter pessoal, passando pelo embate classista à frente do operariado polonês ou alemão, até a batalha das idéias. Rosa alimentou polêmicas nas mais variadas frentes, alternou alianças e mudou aspectos importantes de sua perspectiva teórica. Aliou-se e confrontou-se com Karl Kautsky, confrontou-se e aliou-se a Lênin, ajudou a fundar o SDKPiL (Partido Social-Democrata da Polônia e da Lituânia), contestou o Bund (agrupamento socialista judaico), combateu o PPS (Partido Socialista Polonês), travou batalhas no interior do SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), interferiu nas querelas do RSDRP (Partido Operário Social-Democrata da Rússia), participou das greves de massa na Alemanha e da revolução de 1905 na Polônia e na Rússia, lutou contra a guerra e pela revolução socialista na Alemanha e sonhou transferir-se para a Itália.

Mas talvez seja precisamente essa biografia de militante revolucionária litigante e de teórica do marxismo que pode ajudar numa justa inserção histórica de Rosa Luxemburg para além das divergências e dos litígios que alimentou em vida e das avaliações críticas que lhe foram feitas, enfatizando um ou outro aspecto de sua vida e obra. Avaliações essas, muitas das quais de caráter acentuadamente instrumental, ainda que usadas eventualmente com sinais de sentido oposto, para desqualificação ou exaltação. Uma inserção, antes de tudo, definida por um espaço sociocultural composto por dois impérios – a Rússia e a Áustria-Hungria – que intentaram sem sucesso o trânsito para o capitalismo por meio de uma “revolução passiva” (na acepção de Gramsci) e por dois Estados que surgiram exatamente de “revoluções passivas” mais ou menos bem-sucedidas – Alemanha e Itália. Do ponto de vista do movimento operário e da história do marxismo, podemos iden-

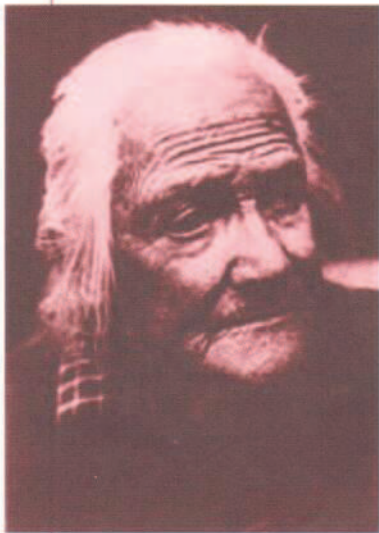
* Professor de Ciência Política da FFC-Unesp, *campus* de Marília, e presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

tificar essa vasta zona como o espaço no qual ocorreu a refundação comunista do início do século XX.

A refundação teórica do comunismo (ou da crítica socialista) definiu-se em torno de algumas linhas que foram convergindo no correr do tempo e tornaram-se indissociáveis: o resgate do método crítico-dialético como instrumento de análise sócio-histórica e de luta ideológica, a percepção do imperialismo como elemento distintivo da acumulação do capital na virada para o século XX e a solidariedade ativa com os povos vitimados pela expansão do Ocidente, a luta contra a guerra imperialista e a necessidade da cisão com o reformismo. Essas linhas distintivas do movimento de refundação comunista ocorreram com intensidade e ritmo diferenciado de acordo com o país e com a capacidade de elaboração teórica em meio ao conflito social. É certo que a refundação se mostra por inteiro apenas com a eclosão da revolução socialista na Rússia (1917) e com a fundação da Internacional Comunista (1919), quando todas as linhas referidas se entrelaçam e a crise das outras correntes do movimento operário – tanto do reformismo quanto do sindicalismo revolucionário – fica patente. As primeiras sementes da refundação, no entanto, foram plantadas em 1898 em torno do chamado *Bernstein-Debatte*. Ano emblemático que demarca as linhas de tensão, tanto da refundação teórica do comunismo crítico, quanto do imperialismo como seu sujeito antagonônico. Lênin apresentava obra importante sobre a particularidade do desenvolvimento capitalista na Rússia e ajudava a fundar o RSDRP, enquanto uma insurreição popular antiimperialista ocorria na China, e os EUA, por meio da guerra contra a Espanha, começavam a corrida pelo império do mundo – era o início do longo século americano.

É bastante notório que a radicalidade crítica da teoria social fundada por Marx estava perdendo fôlego desde as origens da Segunda Internacional, pelo menos. Na verdade, desde a derrota da Comuna de Paris (1871) e o deslocamento do eixo do movimento operário internacional para o império germânico, com a fundação do SPD (1875), podia-se perceber os indícios de inserção do movimento operário no seio do Estado liberal-burguês, assim como a origem de uma ideologia subalterna ao movimento do capital. As críticas cerradas de Marx ao programa do novo partido foram seguidas por seu crescente interesse pelo potencial revolucionário presente na Rússia, como se estivesse intuindo a direção do movimento que faria uso de seu nome.

Apesar dos esforços de Engels em preservar a concepção crítico-dialética do amigo, publicando suas obras e incidindo na ação política do movimento socialista, seu próprio papel ficou permeado de ambigüidades. Engels nunca deixou de estar atento às transformações sociais e políticas que acompanhavam o processo de acumulação do capital, empenhando-se em estabelecer diretrizes políticas adequadas ao movimento revolucionário. Mas, de certa maneira, foram essas suas análises a legitimar o “reformismo” de viés “ortodoxo” como ideologia do movimento operário. A “Introdução”, de 1895, ao livro de Marx *As lutas de classes em*



Clara Zetkin

operário internacional para o império germânico, com a fundação do SPD (1875), podia-se perceber os indícios de inserção do movimento operário no seio do Estado liberal-burguês, assim como a origem de uma ideologia subalterna ao movimento do capital. As críticas cerradas de Marx ao programa do novo partido foram seguidas por seu crescente interesse pelo potencial revolucionário presente na Rússia, como se estivesse intuindo a direção do movimento que faria uso de seu nome.

Apesar dos esforços de Engels em preservar a concepção crítico-dialética do amigo, publicando suas obras e incidindo na ação política do movimento socialista, seu próprio papel ficou permeado de ambigüidades. Engels nunca deixou de estar atento às transformações sociais e políticas que acompanhavam o processo de acumulação do capital, empenhando-se em estabelecer diretrizes políticas adequadas ao movimento revolucionário. Mas, de certa maneira, foram essas suas análises a legitimar o “reformismo” de viés “ortodoxo” como ideologia do movimento operário. A “Introdução”, de 1895, ao livro de Marx *As lutas de classes em*

França 1848-1850, ainda que descaracterizada pelo editor, e o texto de 1892, *O partido socialista alemão e a paz*, no qual defendia o apoio do movimento operário ao Estado imperial germânico em caso de guerra com o czarismo russo, são exemplos significativos.

II

A legalização do SPD e a consolidação da estratégia parlamentar permitiram o afluxo de uma vaga de novos militantes, sindicalistas e pequenos proprietários, que deram o substrato cultural do reformismo. Desde 1891, um líder sindical da Baviera, von Vollmar, defendia abertamente a ênfase nas tarefas imediatas, a necessidade de os trabalhadores aproveitarem a fase expansiva do capital para melhorar sua situação econômica, além de prestar apoio à “política de paz da tríplice Aliança”. A necessidade de ampliar e diversificar a base social do partido de modo a angariar votos em outras camadas e em regiões mais atrasadas forçou alterações não só no programa como na composição social do SPD. Dirigentes sindicais, funcionários do partido e representantes parlamentares foram os principais fautores da inserção subalterna do movimento operário e da social-democracia na ordem do capital, limitando sua luta a melhores condições de vida e direitos de cidadania dentro do Estado, ainda que fosse em troca do apoio à militarização e às conquistas imperialistas em detrimento de outros povos.

Na verdade, a morte de Engels, em 1895, possibilitou o empreendimento de Eduard Bernstein e dos intelectuais agrupados no *Sozialistischen Monatshefte* visando adequar a teoria à prática existente do movimento operário alemão. Bernstein, um dos mais brilhantes intelectuais da social-democracia, não só estivera muito próximo de Engels como também passou algum tempo na Inglaterra, país no qual recebeu o influxo decisivo do reformismo fabiano, que nada tinha em comum com a teoria social de Marx.

Certamente esse não era um problema que decorria somente disso, pois se sabe o quanto a tradição herdada de Lassalle, que valorizava o Estado alemão e defendia a importância da classe operária ser parte dele, pesava na cultura política do SPD. O fato é que o comunismo crítico fundado por Marx nos últimos anos do século XIX não era mais do que residual no movimento operário da Alemanha (e em toda a Segunda Internacional).

Entre 1896 e 1898, Bernstein publicou na *Die Neue Zeit* uma série de artigos cujo objetivo era “revisar” a obra de Marx e oferecer uma via de saída para a crise estratégica na qual se encontrava a social-democracia e resolver o descompasso entre o discurso e a prática política. Antes de tudo, Bernstein contestava a chamada “teoria do colapso”, argumentando que o capitalismo havia dado solução às crises econômicas de caráter cíclico. As nascentes “sociedades anônimas” indicariam formas de descentralização do capital, em oposição à tese de Marx. Negava, ademais, a proletarianização crescente, diante do surgimento de novas camadas sociais intermediárias. Com isso, o socialismo não seria produto de uma ruptura da ordem, conseqüência de uma crise de grandes proporções, mas sim de uma série de reformas sociais legais, decorrentes da luta sindical que transferiria parte da riqueza social para os trabalhadores e da democratização política. Assim, poder-se-ia promover um crescente controle soci-

al da produção e o paulatino esvaziamento das contradições de classe, a generalização da cidadania e a dissolução do Estado na “sociedade”, permitindo então a difusão da justiça social.

As críticas foram muitas, tendo sido Bernstein atacado entre outros por Parvus, Mehring e Plekhánov, mas no final das contas a contenda resumiu-se entre a defesa da doutrina marxista “oficial” da social-democracia e a “heresia” revisionista de Bernstein. O que nenhum dos lados poderia imaginar era a irrupção no debate de uma jovem intelectual judia-polonesa lançando os germens de uma re-fundação da crítica socialista que anos depois deixaria claro que tanto a “ortodoxia” de Kautsky quanto o “revisionismo” de Bernstein não passavam de duas faces da subsunção real da cultura política do movimento operário pelo Estado e pela ideologia do capital.

Em 1893, Rosa Luxemburg fazia parte de um pequeno grupo de jovens que fundaram o SDKP (que, em 1900, com a fusão com os lituanos, tornar-se-ia o SDKiL). Vivendo em Zurique, fez um curso universitário (fato não muito comum

entre os militantes revolucionários do tempo), tendo-se doutorado em direito e ciência política em 1º de maio de 1897 com um trabalho sobre *O desenvolvimento industrial da Polônia*. Um ano depois, Rosa partiu para Berlim para militar no SPD, tendo encontrado um ambiente efervescente com o *Bernstein-Debatte*. Ao mesmo tempo, tinha a lamentar a virtual destruição do SDKP e a engolir – não sem ironia – a notícia de que os russos (aos quais chamava de tártaros) tinham sido capazes de fundar seu partido operário.

Desde os dias de julho, quando o seu livro sobre o capitalismo na Polônia estava para ser publicado e fora nomeada colaboradora do periódico social-democrata *Sächsische Arbeiterzeitung*, Rosa empenhava-se em escrever uma réplica às teses de Bernstein, cujo objetivo imediato era incidir no congresso do SPD programado para o mês de outubro

em Stuttgart. Uma série de artigos de Rosa Luxemburg criticando as teses de Bernstein foi publicada entre 21 e 28 de setembro de 1898 nas páginas do *Leipziger Volkszeitung*, tendo obtido uma excelente repercussão.

Mas foi no Congresso de Stuttgart que Bernstein apresentou suas idéias de uma maneira mais sistemática, aquilo que viria a ser o livro *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia), publicado em 1899. Essa foi a origem de uma nova fase do *Bernstein-Debatte*, com a publicação de um livro de Kautsky intitulado *Bernstein und das sozialdemokratische Programm* (Bernstein e o programa da social-democracia), assim como uma segunda série de artigos de Rosa Luxemburg publicada nos dias 4 a 8 de abril no mesmo veículo da anterior. O conjunto dos artigos de Rosa, acrescido de textos sobre o militarismo e de um apêndice, vieram mais tarde a compor o livro *Sozialreform oder Revolution?* (Reforma social ou revolução?), publicado em 1899.



Die Kommunistische Internationale

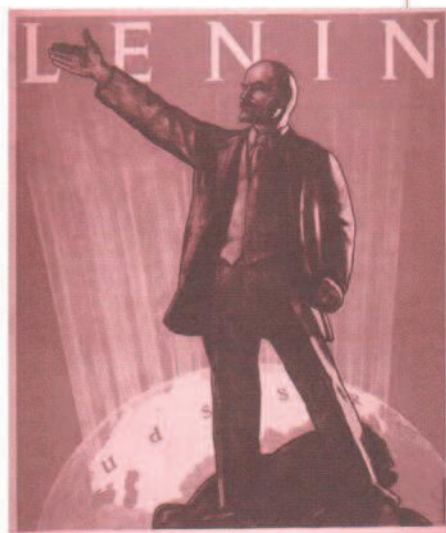
III

Esse livro de Rosa Luxemburg viria a ser o primeiro gérmen da refundação comunista do início do século XX, pois nessas poucas páginas estão contidos os seus elementos distintivos mais importantes: a defesa da dialética enquanto método de análise e de ação política revolucionária, a oposição ao reformismo (designado então como oportunismo) e à guerra imperialista. É bastante evidente, no entanto, que Rosa Luxemburg via no “revisionismo” de Bernstein apenas um desvio no seio da social-democracia alemã, contra o qual se deveria travar dura batalha, e não uma manifestação teórica do caráter fundante daquela organização do movimento operário. Ainda assim, o foco da análise era correto, ao notar que “o endereço oportunista no partido, formulado teoricamente por Bernstein, não é outra coisa senão a aspiração inconsciente de assegurar o predomínio dos elementos pequeno-burgueses que afluíram ao partido [...]”¹ O que estaria em jogo ao se discutir o tema das reformas sociais e da revolução era o caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário e da social-democracia. Assim, Rosa antecipava o fundamento da cisão que viria a ocorrer no movimento operário como desdobramento da época imperialista que se iniciava e a própria razão de ser da refundação teórico-prática do comunismo.

Rosa notava que Bernstein havia promovido uma verdadeira ruptura teórico-prática de longo alcance ao cortar o nexo existente entre a luta por reformas sociais e a luta pela revolução socialista. Para Bernstein, a reforma social deveria ser o meio e o fim da ação política do movimento operário, enquanto Rosa insistia em que a reforma é um meio indispensável para que se alcance o objetivo histórico do socialismo. Na verdade,

[...] para a social-democracia, a luta prática cotidiana pelas reformas sociais, pela melhoria das condições do povo trabalhador mesmo no terreno da ordem existente, por instituições democráticas constitui a única via para conduzir a luta de classe proletária e para trabalhar em vista do objetivo final que é a tomada do poder político e abolição do assalariamento.²

As conclusões políticas de Bernstein, segundo Rosa, derivam do método de análise da evolução do capitalismo, sendo portanto esse o ponto fulcral a ser criticado. E isso porque a análise de Bernstein divisa um curso para o capitalismo qualitativamente diferente daquele posto por Marx. Para o teórico da “revisão”, a capacidade estrutural do capitalismo de se adaptar, combatendo seus próprios males, indica que não há perspectiva de uma crise degenerativa e tampouco há a necessidade da revolução socialista (que passa a ser um falso problema). Rosa reafirma que na teoria marxiana as contradições do capitalismo apontam para a impossibilidade de sua existência perdurar indefinidamente, embora não se possa saber o momento e a forma pela qual sua reprodução se tornará impossível.



O socialismo é objetivamente necessário e possível em decorrência da articulação de três tendências presentes no curso histórico do capitalismo: a anarquia da produção comandada pelo capital, a socialização do processo produtivo e a constituição do proletariado em classe revolucionária. Quando Bernstein nega que a anarquia da produção constitua uma tendência histórica do capitalismo, significa que a socialização do processo produtivo deverá agir em benefício do capital, que se permitirá garantir condições melhores de vida para os trabalhadores. Claro que isso pressupõe o entendimento da burguesia como uma classe moralmente elevada e qualificada. Do socialismo restaria, então, na melhor das hipóteses, somente a ética.

Mas Rosa percebe que o essencial é contrastar a argumentação de Bernstein no seu próprio terreno, procurando mostrar que aquilo que é considerado como fazendo parte do processo de “adaptação” do capitalismo e de esvaziamento das contradições, na verdade também porta em si as contradições do processo de acumulação, e portanto acabaria por induzir novas e mais graves manifestações de



Lênin e Trotsky

Bernstein sugere ser uma forma de adaptação do capitalismo tendente a minorar as contradições e a prevenir as crises. Por sua vez, Rosa afirma que os trustes apenas potencializam a crise, já que o controle que essas organizações empresariais exercem é sobre a queda da taxa de lucro, deixando inativa uma parte do capital acumulado. Quando, porém, o mercado começa a contrair-se, esse capital inativo deverá atingir proporções muito grandes, dando um novo estímulo à concorrência. Assim, afirma Rosa:

Definitivamente, portanto, também os cartéis, assim como o crédito, se manifestam como fases determinadas da evolução econômica, que em última análise não fazem mais que fazer crescer a anarquia do mundo capitalista e determinar a manifestação e o amadurecimento de suas contradições internas.³

Da mesma forma, Rosa contesta a interpretação de Bernstein sobre a sobrevivência de camadas médias e do pequeno capital empresarial, insistindo na

crise. É o caso do sistema de crédito, que, ao estimular a capacidade expansiva da produção e da circulação de mercadorias, leva a contradição entre a produção em expansão e a limitação da capacidade de consumo a uma fase crítica que dá início à crise. Nesse momento, o crédito se retrai e afeta destrutivamente as forças produtivas.

No momento em que se desenrola o *Bernstein-Debatte*, a natureza dos cartéis e trustes empresariais é ainda pouco conhecida.

necessidade histórica da existência deste último, lembrando, porém, que a tendência é o aumento progressivo do capital mínimo, um período de vida sempre mais breve do pequeno capital individual e uma instabilidade social sempre maior dentro da classe dos capitalistas. Em uma palavra, Rosa critica Bernstein no seu próprio terreno, que é o da análise da evolução recente do capitalismo. No entanto, o cerne da crítica incide sobre a questão do método bernsteiniano, que identifica algumas tendências relativas àquele importante momento de transição com uma mudança na natureza mesma do capitalismo. Ademais, Bernstein descaracteriza a totalidade do capital em processo, compartimentando e fragmentando a realidade. Para infirmar sua hipótese, Bernstein aponta para a não-repetição dos ciclos econômicos de cerca de dez anos que Marx havia notado em seu tempo.

A inovação teórica proposta por Bernstein ao movimento social-democrata, ao fim das contas, era a negação da presença dos fundamentos econômico-sociais do socialismo no processo produtivo do capital. Com isso, o socialismo voltava a ser uma proposição ética e não uma necessidade histórica definida na materialidade das relações econômicas do capitalismo. Isso, antes de tudo, porque Bernstein não aceita a formulação teórica nuclear da crítica da economia política de Marx, que é a teoria do valor-trabalho. E ainda mais, Bernstein localiza na obra de Marx uma dissonância entre as pretensões de cientificidade e a indicação da necessidade histórica do socialismo. Para o teórico da “revisão”, a obra científica de Marx, assim, padeceria de uma intrusão subjetiva na análise científica, a qual deveria ser inteiramente positiva. A fim de revisar a teoria social de Marx, Bernstein apela para o cientificismo positivista em voga na alta cultura burguesa daquela virada de século.

Já que pela leitura que Bernstein fazia o socialismo era irrealizável do ponto de vista econômico, diante da “adaptabilidade” do capitalismo sua natureza só poderia ser deduzível de uma fundamentação ética e valorativa, qual seja de um ideal de justiça de conhecida estirpe neokantiana. A realização do socialismo dar-se-ia, então, por meio da instrumentalização de instituições presentes no próprio seio da ordem do capital, particularmente o sindicato e a cooperativa. O sindicato deveria ser o instrumento de realização da democracia econômica, de distribuição eqüitativa da riqueza social, e a cooperativa a forma de limitar a exploração do capital mercantil.

Rosa percebe, desde logo, a insustentabilidade da crítica revisiva de Bernstein ao garantir que o objetivo final do socialismo deriva da “[...] necessidade econômica (e da consciência dessa necessidade), à qual conduz a eliminação do capitalismo por obra da massa popular e que se manifesta antes de tudo na anarquia *capitalista*”.⁴ Mas é precisamente

[...] porque Marx considerava antes de tudo como socialista, *i. é, do ponto de vista histórico*, a economia capitalista, pôde decifrar seus hieróglifos; porque ele fazia do ponto de vista socialista o *ponto de partida* da análise científica da sociedade burguesa, pôde vice-versa dar bases assim sólidas ao socialismo.⁵

Se os fundamentos da argumentação “revisionista” são insustentáveis, então sua construção econômica e política não passa de um castelo de cartas, de um programa idealista fundado na idéia de justiça.

IV

Mas se uma mudança nos próprios fundamentos do capitalismo ocorrera, de modo a exigir uma “revisão” da teoria social de Marx, segundo pensava Bernstein, a decorrência lógica seria uma redefinição da estratégia do movimento operário e da social-democracia, que deveria voltar sua ação para instauração progressiva do socialismo. Na teoria da “adaptação do capitalismo”, tal qual concebida pelos “revisionistas”, luta sindical e luta política por reformas sociais deveriam levar a um controle social da produção sempre maior, esvaziando o capitalista de seus direitos de gestão da propriedade até que se instaurasse a gestão social. Essa concepção, capaz de captar simpatias fáceis à primeira vista, foi contestada em profundidade por Rosa Luxemburg, antes de tudo entabulando uma discussão sobre o papel do sindicato na ordem capitalista.



Rosa Luxemburg e Paul Levi

O sindicato é o meio que a classe trabalhadora tem para realizar a lei capitalista do salário, negociando ocasionalmente a venda da força de trabalho no mercado. Mas como não pode interferir na necessidade que o capital tem de força de trabalho e nem na oferta existente em decorrência da proletarização das camadas intermediárias, o sindicato “no melhor dos casos pode manter a exploração capitalista nos limites considerados ‘normais’ por um determinado período, mas de maneira alguma pode eliminar gradualmente a exploração”.⁶ Se a atividade sindical se limita à luta por melhores salários e pela redução da jornada de trabalho, não pode ele próprio interferir no processo de produção.

Mais uma vez contrariando o raciocínio da teoria da “revisão”, Rosa afirmava que em vez de os sindicatos tenderem ao fortalecimento dentro da ordem, em defesa dos interesses da classe operária, as dificuldades de valorização do capital no mercado mundial tenderão a colocar o movimento sindical em crescente dificuldade, já que

[..] antes de tudo piora para a mão-de-obra a conjuntura objetiva do mercado, pois a procura aumenta mais lentamente e a oferta mais rapidamente do que ocorre agora, e, em segundo lugar, o próprio capital, para indenizar-se das perdas sofridas no mercado mundial, se recomporá obstinadamente sobre a porção do produto referente ao trabalhador.⁷

Uma brilhante antecipação das dificuldades do sindicalismo na atual época de mundialização do capital sobre a qual Rosa ainda adverte: “Contrapartida desse curso geral das coisas deve ser um novo vigor na luta de classe *política* e socialista”.⁸

Rosa sabe que os sindicatos “[...] não são outra coisa senão a *defesa* organizada da força de trabalho contra os ataques do lucro, a defesa da classe operária contra a tendência opressiva da economia capitalista”,⁹ e isso porque sua função é a de valorizar a mercadoria força de trabalho e melhorar suas condições de vida, aumentando sua participação na riqueza social. Mas a atuação do sindicato é apenas defensiva, porque o processo de proletarização aumenta sempre mais a

oferta de força de trabalho no mercado, e assim provoca o aumento da produtividade do trabalho social. A cooperativa, por seu turno, ao voltar sua ação contra o capital mercantil, visa o controle de um ramo secundário do capital,

já que o fato de que sua atuação geral pressupõe antes de tudo a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial em pequenos grupos locais de produção e de troca é portanto essencialmente um retorno da economia mercantil do capitalismo desenvolvido àquela medieval.¹⁰

Rosa entende ainda que “a teoria da instauração gradual do socialismo por meio de reformas sociais pressupõe – e este é o ponto essencial – um determinado desenvolvimento objetivo tanto da propriedade capitalista quanto do Estado”.¹¹ Por isso é que deve se objetar antes de tudo que um Estado de classe só toma a iniciativa da realização de reformas sociais visando o “controle da organização de classe do capital sobre o processo produtivo do capital”.¹² Bernstein confunde, portanto, regulamentação da propriedade e da produção capitalista, como a introdução de leis sobre as fábricas, com limitação da propriedade e mesmo com expropriação gradual.

A análise de Rosa sobre o Estado é refinada. Ela nota que, com a vitória política da burguesia, o Estado se transformara em Estado capitalista, e que o próprio desenvolvimento capitalista altera a natureza do Estado, “[...] alargando sempre mais a esfera de suas atividades, atribuindo-lhe sempre novas funções e, particularmente, em relação à vida econômica, tornando sempre mais necessária a sua ingerência e o seu controle”.¹³ Assim, no decorrer de um certo período de sua evolução, além de ser uma organização da classe dominante, o Estado também assume funções que são do interesse

geral. Isso ocorre enquanto os interesses da classe dominante coincidem com interesses sociais mais amplos, mas essa situação não dura indefinidamente, pois “quando o desenvolvimento atingiu um certo grau, os interesses da burguesia como classe e aqueles do progresso econômico começam a divergir, mesmo em sentido capitalista”.¹⁴

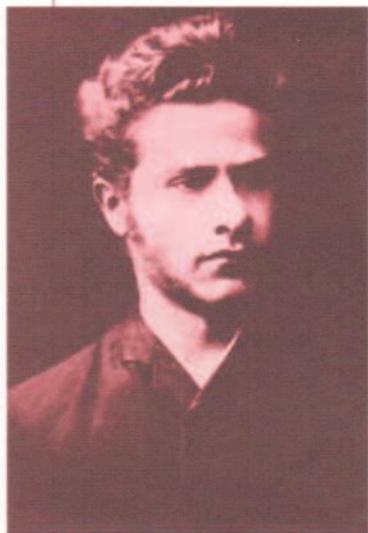
O grave erro de análise de Rosa estava em supor que esse momento já havia chegado quando a era imperialista estava apenas em seus albores, tendo localizado na política de proteção industrial e no militarismo os sintomas mais fortes dessa tendência. A proteção visava não mais a garantia da ascensão da indústria, mas servir de meio de disputa entre industriais de países diferentes, assim como também cartelizar os produtos em detrimento dos consumidores. O militarismo, por sua vez, teria deixado de ser um estímulo ao desenvolvimento capitalista e passado a cumprir outras funções: meio de concorrência entre burguesias de diversos países, principal meio de envolver o capital financeiro e industrial, e instrumento de contenção da classe operária no interior de cada país.



Rosa Luxemburg falando em um comício

O programa econômico da teoria da revisão funda-se no fortalecimento do sindicato e da cooperativa, na transferência de riqueza social para os trabalhadores e na possibilidade do controle social da produção. Tudo isso, no entanto, é inócuo se no campo político não estiver ocorrendo um desenvolvimento contínuo e progressivo da democracia. A exemplo da análise da evolução econômica do capitalismo do quarto de século precedente, na qual fragmenta e recompõe o processo histórico, Bernstein entende que a tendência manifesta da democratização liberal presente nos “[...] resultados de uma pequena ponta extrema da evolução burguesa dos últimos 25 ou 30 anos aproximadamente”¹⁵ seja o resultado de uma lei histórica geral, à qual todas as forças políticas devem se submeter.

Na verdade, a revolucionária polonesa percebia que esse processo de democratização, desencadeado em alguns Estados capitalistas importantes a partir da década de 1870, estava perdendo vigor e mesmo assistindo a uma inversão de tendência. Por outra parte, Rosa concebe a democracia vinculada aos fundamentos econômico-sociais e às condições históricas particulares de cada formação social. Isto quer dizer que “a forma política significa em cada caso o resultado complexo de fatores políticos internos e externos, e acolhe dentro dos próprios confins toda a escala que conduz da monarquia absoluta à república democrática”.¹⁶ Então, para Rosa, não só não existe uma lei histórica geral da progressão democrática, como devem ser observados os elementos que levam a sociedade burguesa a abandonar as conquistas precedentes. (Como demonstrou a irrupção do fascismo e tem sido com o neoliberalismo.)



Leo Jogiches

Na análise de Rosa, a democracia teria servido à burguesia no processo de construção dos modernos Estados capitalistas, tanto no que se refere a saldar internamente os novos Estados, quanto na transformação da máquina político-administrativa de feudal em burguesa. Realizadas essas tarefas, a democracia deixa de ser indispensável à dominação burguesa. Ademais, no momento em que escreve, Rosa chama a atenção para dois elementos de novidade fundamental na vida dos Estados e que se expressam como aspectos da fase do desenvolvimento capitalista com a qual se defrontava: a política mundial (que mais tarde seria chamada de imperialismo) e o movimento operário, uma atuando contra a democracia e outro a favor.

O próprio desenvolvimento da economia mundial, com a luta pelo controle do mercado mundial, serviu de estímulo para que o militarismo se tornasse o fulcro da vida dos grandes Estados capitalistas. “Mas se política mundial e militarismo são uma tendência em expansão na fase atual, a democracia burguesa deve conseqüentemente mover-se ao longo de uma linha descendente”,¹⁷ anota Rosa. Por outra parte, enquanto Bernstein temia que as reivindicações operárias pudessem colocar em risco a democracia, Rosa afirmava

que hoje o movimento operário socialista é e pode ser o *único* ponto de apoio da democracia e que não só os destinos do movimento socialista não estão ligados à democracia burguesa, mas os destinos do desenvolvimento democrático estão ligados ao movimento socialista.¹⁸

Rosa Luxemburg, então, não só tem muito claro que democracia burguesa e democracia socialista são formas políticas diferentes que têm diversos fundamentos econômico-sociais, como indica que a burguesia tende a descartar a democracia, enquanto a ação do movimento operário tende a radicalizá-la.

A questão fica ainda mais nítida quando se considera que na argumentação de Bernstein (e de todo o “revisionismo”) os valores da justiça e do socialismo emergem por dentro do desenvolvimento da democracia burguesa, o que tornaria supérflua a já impossível tomada do poder político e a revolução socialista. As reformas sociais que dariam conteúdo ao programa revisionista não poderiam senão ocorrer por meio de reforma na legislação votada no parlamento. As coisas são mais complexas na visão de Rosa Luxemburg, para quem “reforma legislativa e revolução [...] são momentos diversos no desenvolvimento da sociedade classista, que se condicionam e se completam reciprocamente, ao mesmo tempo que reciprocamente se excluem [...]” E ainda: “Uma revolução social e uma reforma legislativa são momentos diversos, não por sua *duração*, mas por sua *natureza*.”¹⁹

Na verdade, como bem demonstra Rosa Luxemburg, a via da reforma legislativa auspiciada por Bernstein, na melhor das hipóteses, leva somente a uma reforma do capitalismo, a uma diminuição da exploração, mas jamais à superação do capitalismo. Mas a suposição de Bernstein sobre as possibilidades da via legislativa se funda na crença de que a sociedade burguesa esteja baseada em direitos legitimamente adquiridos e não em determinadas relações econômicas. Com isso, deixa de lado o problema essencial de que o assalariamento não é uma determinação legal, mas uma relação econômica.

Assim, o desenvolvimento da democracia burguesa, ao oposto do que pensa Bernstein, não leva à atenuação dos conflitos de classe. O desenvolvimento da democracia, pelo contrário, não é capaz de abolir os antagonismos e o predomínio de uma classe, mas apenas tende a torná-lo mais explícito. No momento em que Rosa avalia que a democracia está se tornando não só supérflua mas também um obstáculo para a burguesia, essa própria democracia passa a ser o meio necessário e indispensável para a classe operária na consecução do objetivo socialista. Para Rosa apenas a revolução socialista é capaz de preservar a democracia e é por isso que enfatiza que “a democracia em suma é indispensável, não enquanto torna supérflua a conquista do poder político por parte do proletariado, mas, ao contrário, porque faz dessa conquista uma *necessidade* e ao mesmo tempo a *única possibilidade*”.²⁰

Ainda que por meios legais e parlamentares, Bernstein insiste no risco do proletariado chegar ao governo democrático cedo demais. É por demais óbvio que para Rosa Luxemburg essa preocupação de Bernstein não tem qualquer sentido, já que o programa da revolução socialista deve conter não só a formulação teórica do desenvolvimento histórico da passagem do capitalismo ao socialismo, como a análise de suas fases intermediárias, podendo com isso indicar ao proletariado a conduta mais adequada em cada momento da luta política, tendo sempre em vista a aproximação do objetivo socialista. Se, em qualquer circunstância, a revolução é um processo histórico, “[...] é absolutamente impensável que um revolvimento tão formidável como a passagem da sociedade do regime capitalista ao regime socialista advenha de um só golpe, por um único ataque vitorioso do proletariado”.²¹ De qualquer maneira,

a revolução socialista pressupõe uma longa e aguerrida batalha, no curso da qual muito provavelmente o proletariado será obrigado a recuar mais de uma vez, de modo que, na primeira vez, do ponto de vista do resultado final da luta, este chegará necessariamente ao poder “cedo demais”.²²

Isso, na verdade, significa que o proletariado não apenas deve se apossar do poder tão cedo quanto possível, mas deve conquistá-lo continuamente.

V

Embora Rosa não pudesse ter percebido as imensas possibilidades presentes no desenvolvimento capitalista, que se desabrocharam cerca de meio século depois, sob a forma de Estado assistencial, não deixa de estar correta a sua análise que sugere que, com o acirramento da contradição entre os interesses particulares

da burguesia e os interesses gerais, o Estado surge sempre mais claramente como Estado de classe, como sugerem os regimes neoliberais do fim do século XX. Com isso, a tese bernsteiniana de se alcançar o socialismo gradualmente com auxílio de uma possível maioria parlamentar social-democrata não passa de uma fábula da qual o “revisonismo” contemporâneo se desfez, abandonando de vez o ideal e a meta socialista intercambiada pela “democracia”.

Enquanto, como foi visto, Rosa nega as formulações teóricas de Bernstein no seu próprio campo, sua argumentação é bastante forte. Mas quando desloca o terreno do debate para o confronto sobre a prática da social-democracia, sua argumentação perde substância, pois Bernstein estava mais próximo do cotidiano do aparato partidário e sindical do movimento operário alemão e Rosa, por sua vez, tinha a necessidade de defender a tradição política social-democrata e de aliar-se a Kautsky na luta contra o “revisonismo”, mantendo as possibilidades

teóricas existentes em seu texto subordinadas à “ortodoxia” formalmente marxista.

A teoria revisionista,

à primeira vista e formalmente, não se diferencia em nada da práxis até agora adotada na luta social-democrata. Sindicatos, luta pelas reformas sociais e pela democratização das instituições políticas são a mesma coisa que sempre constituiu o conteúdo formal da atividade social-democrata de partido. A diferença não está portanto no que, mas no como.²³

Enquanto a posição oficial da social-democracia, que Rosa defende, concebe em tese a luta sindical e parlamentar como meios de educar o proletariado para a conquista do poder político, a concepção “revisionista” entende considerar apenas os resultados imediatos. A posição que Rosa supunha ser da social-democracia procurava mostrar ao proletariado os limites da luta sindical e parlamentar,



Karl Liebknecht falando em um comício

apontando para a necessidade da tomada do poder, enquanto que Bernstein partia da impossibilidade da tomada do poder e da necessidade de se manter no seio da luta sindical e parlamentar a fim de se chegar ao socialismo. O nó da questão fica sendo que se a posição “revisionista” não levava ao socialismo, mas, ao contrário, mantinha o movimento operário nos contornos da ordem, também a política prática da social-democracia sob o invólucro da “ortodoxia” levava ao mesmo resultado. E isso Rosa ainda não podia perceber e a refundação teórica da crítica socialista não podia ainda se manifestar.

Com a crítica da formulação “revisionista” Rosa Luxemburg reconhece a profunda importância histórica da obra de Bernstein como sendo uma tentativa de oferecer uma base teórica para o “oportunismo” no seio do movimento operário e socialista. Se em Bernstein encontramos uma teoria explícita do reformismo, em clara oposição à teoria social de Marx, a qual permite a Rosa Luxemburg, na sua contraposição, plantar as raízes da refundação comunista do início do século XX, seu atrelamento à “ortodoxia” social-democrata de Kautsky não permite que se aperceba de dois aspectos entrelaçados fundamentais: que a “ortodoxia” é uma outra face do reformismo e que na sua crítica a Bernstein estava surgindo a refundação do comunismo crítico. E Rosa, com grande lucidez, já enuncia o fundamento teórico-prático de tal movimento,

[...] o qual deve assim operar procedendo por todo o curso do seu desenvolvimento entre dois abismos: o abandono do caráter de massa e o abandono do objetivo final, entre recair na seita e precipitar no movimento reformista burguês, entre anarquismo e oportunismo.²⁴

Embora, sem qualquer sombra de dúvida, tenha sido Lênin aquele que levou mais longe as possibilidades da refundação do comunismo crítico do início do século XX, foi Rosa Luxemburg quem lançou os primeiros fundamentos desse movimento teórico-prático. As divergências entre os dois teóricos e ativistas revolucionários foram significativas e ocorreram em diversos momentos, sem que, no entanto, tenham se colocado em campos opostos.

Rosa não compreendeu o alcance da teoria da organização do partido revolucionário de vanguarda proposto por Lênin, com o tema subjacente dos intelectuais, não só para o Oriente russo como para a teoria da organização em geral. Em função de sua concepção do movimento de massa inexoravelmente desencadeado pelas contradições capitalistas, Rosa via o partido mais como um produto do movimento do que como uma organização conectada ao movimento operário.

Também uma polêmica de caráter mais teórico entre Rosa e Lênin eclodiu em torno da questão do imperialismo, quando diferenças na teoria econômica e na interpretação da obra de Marx se fizeram sentir. O mais importante é que ambos chegaram à conclusão de que o imperialismo era a marca da época em que se estava vivendo e que levaria necessariamente à guerra e à revolução.

Dois outros temas importantes de divergência entre Lênin e Rosa diziam respeito particularmente à luta revolucionária no interior do império russo e referiam-se à questão das nacionalidades e da terra: Lênin defendia a autodeterminação dos povos oprimidos pelo czarismo como questão de princípio e forma de ampliar o apoio à causa revolucionária; Rosa entendia que o território do império deveria se confundir com o espaço da revolução e não se poderia correr o risco

de algum desses povos (pensava antes de tudo nos poloneses) se aliar à contra-revolução. Em relação à questão agrária a posição de Rosa, num primeiro momento, coincidiu com o programa agrário proposto por Lênin de centralização da terra em mãos do Estado revolucionário, mas, em outro, após a tomada do poder pelos soviéticos, discordou da concessão feita ao campesinato e aos socialistas-revolucionários, de aceitar a partilha da terra. Nesse ponto Lênin sugeria um elemento de novidade presente na refundação comunista, de que Rosa passava ao largo, que é a importância decisiva da aliança operário-camponesa.

Mas a discordância fundamental no que se refere ao tema geral da refundação comunista, entre Lênin e Rosa, deve ser localizada na questão da cisão com o reformismo. Embora, antes, Rosa tenha se movido nessa direção, com a áspera polêmica travada com Kautsky a partir de 1910, que culminou na formação de um pequeno agrupamento de esquerda no seio do SPD que propugnava a luta por uma república democrática na Alemanha, foi Lênin quem percebeu a necessidade da cisão para que o movimento pela refundação do comunismo crítico pudesse se desenvolver. Enquanto Rosa, em 1912, defendia a unidade tanto do SDKPiL quanto do RSDRP, Lênin partia para a cisão definitiva entre bolcheviques e mencheviques.

Mesmo com o início da guerra e a bancarrota da Segunda Internacional, Rosa persistiu na defesa da unidade do movimento operário socialista, entendendo que a disputa entre reformistas e marxistas revolucionários deveria ser travada no interior de renovados partidos socialistas e no seio da Internacional. Por sua vez, Lênin passava a defender enfaticamente a necessidade da cisão com os reformistas e da fundação de uma nova Internacional a fim de delimitar com clareza o campo da refundação comunista e da revolução em processo.

O paradoxo presente na formulação política de Rosa Luxemburg era que entendia, em detrimento da cisão, ser crucial a unidade do movimento de massas

na Alemanha devido ao peso maior do Estado e das classes dominantes e ao apego do campesinato à propriedade privada, o que determinava um ritmo mais lento para o processo revolucionário. Assim, ao mesmo tempo em que Rosa resistiu em levar às últimas conseqüências um dos elementos distintivos da refundação comunista, sua proposição acabou por antecipar a fórmula política da frente única, exposta em 1921 (dois anos após sua trágica morte) por Paul Levi, um de seus colaboradores na Liga de Spartakus. Encampada por Lênin e pela Internacional Comunista, a fórmula política da frente única distinguiria a segunda fase da refundação comunista do início do século XX. Na situação concreta na qual esse paradoxo foi proposto – os ritmos do processo revolucionário e a passagem de uma fase a outra da refundação comunista –, deve ser buscada a causa da derrota de Rosa Luxemburg e da revolução socialista na Alemanha.



Franz Mehring

NOTAS

- ¹ Rosa Luxemburg, “Riforma sociale o rivoluzione?”, em *Scritti politici*, organizados por Lelio Basso (Roma: Editori Riuniti, 1976), p.146.
- ² *Ibid.*, p. 145.
- ³ *Ibid.*, p. 154.
- ⁴ *Ibid.*, p. 180.
- ⁵ *Ibid.*, p. 182.
- ⁶ *Ibid.*, p. 159.
- ⁷ *Ibid.*, p. 161.
- ⁸ *Ibidem.*
- ⁹ *Ibid.*, p. 185.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 184.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 162.
- ¹² *Ibidem.*
- ¹³ *Ibid.*, p. 164.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 165.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 188.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 189.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 190.
- ¹⁸ *Ibid.*, pp. 190-191.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 192.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 196.
- ²¹ *Ibid.*, p. 198.
- ²² *Ibidem.*
- ²³ *Ibid.*, p. 169.
- ²⁴ *Ibid.*, p. 205.